

2ª Fase

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

SUMÁRIO

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA	31
1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO	32
1.1. ANÁLISE GEOPOLÍTICA	32
1.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO TERRITORIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL	33
1.2. ANÁLISE HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	34
1.2.1. COMENTÁRIOS SOBRE A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ	40
1.2.2. RETRATO DA MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE	45
1.3. RETRATO DA MICRORREGIÃO DE PARANAVAÍ	48
1.3.1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO ESTADO COMPARADA À EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ	54
2. CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO	56
2.1. CLIMA	58
2.2. CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA	66
2.3. ASPECTOS PEDOLÓGICOS	69
2.4. TOPOGRAFIA	72
2.5. CONDICIONANTE GEOTÉCNICO	77
2.6. RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE DA ÁGUA	78
2.6.1. POTENCIAL HÍDRICO DO ESTADO DO PARANÁ.....	79
2.6.2. POTENCIAL HÍDRICO DA MESORREGIÃO NOROESTE.....	80
2.6.3. POTENCIAL HÍDRICO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR	80
2.7. PONTOS DE POLUIÇÃO.....	87
2.8. COBERTURA FLORESTAL E VEGETAÇÃO	89
2.9. ÁREA DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PERMANENTE	92
2.10. ÁREA PÚBLICA DE LAZER.....	98
2.11. ÁREA DE EXPANSÃO URBANA.....	99
3. IDENTIFICAÇÃO DAS TENDÊNCIAS SÓCIO-ESPACIAIS DE MIRADOR ...	99
3.1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL ENTRE 1991 E 2000	103
3.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH DE MIRADOR.....	106
3.3. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO / ESCOLARIDADE	109
3.4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE MIRADOR ENTRE OS ANOS DE 1991 A 2006	112
3.4.1. ANÁLISE DOS INDICADORES DE SAÚDE MUNICIPAL.....	112
3.4.2. IDENTIFICAÇÃO DAS TENDÊNCIAS ESPACIAIS NA ÁREA DA SAÚDE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.....	114

3.5.	EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS	117
3.6.	EVOLUÇÃO MUNICIPAL DO USO DA ENERGIA ELÉTRICA E ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	120
3.7.	EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA.....	124
4.	IDENTIFICAÇÃO DA TENDÊNCIA ECONÔMICA DE MIRADOR	126
4.1.	ESTRUTURA PRODUTIVA REGIONAL E MUNICIPAL – EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS.....	127
4.2.	CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DE MIRADOR	129
4.3.	PRODUTO INTERNO BRUTO DE MIRADOR E PIB <i>PER CAPITA</i>	130
4.4.	OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO A RENDA.....	130
4.4.1.	<i>SETOR PRIMÁRIO</i>	132
4.4.2.	<i>SETOR SECUNDÁRIO</i>	134
4.4.3.	<i>COMÉRCIO E SERVIÇOS</i>	135
4.4.4.	<i>POTENCIAL TURÍSTICO</i>	136
4.4.5.	<i>FATORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL</i>	137
4.4.6.	<i>PAPEL E FUNÇÃO DO MUNICÍPIO NA MESORREGIÃO</i>	138
4.4.7.	<i>REDE URBANA, ÁREA DE INFLUÊNCIA E RELAÇÕES COM OS MUNICÍPIOS VIZINHOS</i>	139
5.	CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DO USO DO SOLO E DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	140
5.1.	EVOLUÇÃO DO PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.....	140
5.2.	DINÂMICA DO MERCADO DE TERRAS E SUA EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS	141
5.3.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	143
5.4.	USO DO SOLO RURAL	150
5.5.	DEMANDA POR SOLO URBANO NA ATUALIDADE E NOS PRÓXIMOS 10 ANOS	151
5.6.	ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR.....	152
5.7.	CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS SUBUTILIZADAS, OCUPAÇÃO DO SOLO E ÁREAS COM PRECARIIDADE DE INFRAESTRUTURA	152
5.8.	POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR.....	153
6.	SITUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	154
6.1.	SANEAMENTO AMBIENTAL.....	154
6.1.1.	<i>ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS</i>	155
6.1.2.	<i>DRENAGEM URBANA – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS</i>	158

6.1.3. RESÍDUOS SÓLIDOS – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	160
6.2. SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE.....	165
6.2.1. PAVIMENTAÇÃO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS	170
6.2.2. CALÇAMENTO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS	172
6.2.3. TRÂNSITO.....	173
6.2.4. ARBORIZAÇÃO PÚBLICA.....	177
6.2.5. ÁREA PÚBLICA DE LAZER.....	179
6.3. ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES.....	180
6.3.1. ENERGIA ELÉTRICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	180
6.3.2. ILUMINAÇÃO PÚBLICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	181
6.3.3. TELECOMUNICAÇÕES SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	182
6.4. EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	186
6.4.1. EDUCAÇÃO – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS	186
6.4.2. SAÚDE - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS....	191
6.4.3. AÇÃO SOCIAL - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS	194
6.4.4. SEGURANÇA PÚBLICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	195
6.4.5. ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	195
6.4.6. IGREJAS E TEMPLOS.....	198
6.4.7. CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS.....	199
7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MIRADOR.....	201
7.1. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.....	202
7.1.1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	205
7.2. PODER LEGISLATIVO DE MIRADOR.....	206
7.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	206
7.3.1. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL – CAPÍTULO DA POLÍTICA URBANA.....	207
7.3.2. PLANO PLURIANUAL – LEI 61/2009.....	207
7.3.3. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO).....	208
7.3.4. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).....	208
7.3.5. LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA.....	209
7.4. DESEMPENHO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MIRADOR.....	209
7.4.1. INDICADORES DE RECEITA.....	209

7.4.2. INDICADORES DE DESPESA	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211

ÍNDICE DE PRANCHAS

PRANCHA 1: Histórico da Ocupação do Paraná I.....	44
PRANCHA 2: Histórico da Ocupação do Paraná II.....	45
PRANCHA 3: Mesorregiões do Estado do Paraná	52
PRANCHA 4: Microrregiões do Noroeste Paranaense.....	53
PRANCHA 5: Clima Segundo Koppen	59
PRANCHA 6: Temperatura Média Anual	60
PRANCHA 7: Temperatura Média Máxima.....	61
PRANCHA 8: Temperatura Média Mínima.....	62
PRANCHA 9: Precipitação Média Anual	63
PRANCHA 10: Umidade Relativa Anual	64
PRANCHA 11: Indicação da Direção dos Ventos	65
PRANCHA 12: Geologia do Estado do Paraná.....	68
PRANCHA 13: Solos do Município de Mirador	71
PRANCHA 14: Declividade Municipal	74
PRANCHA 15: Declividade Urbana.....	75
PRANCHA 16: Hipsometria Municipal.....	76
PRANCHA 17: Localização das Bacias Hidrográficas Paranaenses	83
PRANCHA 18: Sub-bacias Hidrográficas do Município.....	84
PRANCHA 19: Drenagem Municipal.....	85
PRANCHA 20: Exposição de Vertentes no Município.....	86
PRANCHA 21: Cobertura Vegetal do Paraná.....	90
PRANCHA 22: Cobertura Vegetal Original do Município	91
PRANCHA 23: Evolução Urbana	142
PRANCHA 24: Uso do Solo Urbano	148
PRANCHA 25: Tipologia Construtiva.....	149
PRANCHA 26: Rede de Abastecimento de Água	157
PRANCHA 27: Rede de Drenagem Urbana	159
PRANCHA 28: Coleta de Lixo	162
PRANCHA 29: Varrição Pública.....	164
PRANCHA 30: Sistema Viário Municipal.....	168
PRANCHA 31: Pavimentação Urbana.....	171

PRANCHA 32: Tráfego e Transportes.....	176
PRANCHA 33: Arborização Urbana	177
PRANCHA 34: Rede de Energia Elétrica	183
PRANCHA 35: Telecomunicação.....	184
PRANCHA 36: Equipamentos Urbanos I.....	190
PRANCHA 37: Equipamentos Urbanos II.....	197
PRANCHA 38: Equipamentos Urbanos III	201

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Relação de Municípios Integrantes da Mesorregião Noroeste	46
TABELA 2: Relação das Microrregiões Localizadas no Estado do Paraná	48
TABELA 3: Relação dos Municípios Pertencentes às Microrregiões de Paranavaí, Umuarama e Cianorte.....	48
TABELA 4: Evolução da População Total e Urbana no Estado, entre 1960 e 2007.....	55
TABELA 5: Evolução Populacional do Noroeste Paranaense entre os Anos de 1970 e 2007.....	55
TABELA 6: População da Mesorregião Noroeste e Estado do Paraná.....	55
TABELA 7: Comparativo entre as Microrregiões no Noroeste do Paraná por População Total entre 1980 e 2000	55
TABELA 8: Assoreamento de Corpo D'Água na Municipalidade de Mirador	80
TABELA 9: Poluição do Ar em Mirador	88
TABELA 10: Poluição do Recurso D'Água em Mirador	88
TABELA 11: Ações de Controle da Poluição.....	89
TABELA 12: Contaminação do Solo em Mirador	89
TABELA 13: Área, Localização e Âmbito de Governo das Unidades de Conservação (UC) da Mesorregião Noroeste – Paraná – 2003.....	93
TABELA 14: Área de Proteção Ambiental da Mesorregião Noroeste	94
TABELA 15: Cadastro Eleitoral 2008	100
TABELA 16: Distribuição da População no Território Municipal das Décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000	101
TABELA 17: Grau de Urbanização do Município de Mirador da Década de 1990 a 2000	101
TABELA 18: Distribuição da População Masculina e Feminina no Território Municipal nas Décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.....	102
TABELA 19: População Censitária Segundo as Faixas Etárias e Sexo – 2000.....	102

TABELA 20: População Censitária Segundo as Faixas Etárias e Sexo – Contagem 2007	103
TABELA 21: Taxa Geométrica de Crescimento Anual de Mirador	104
TABELA 22: Projeção Populacional de Mirador	104
TABELA 23: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) para Mirador ..	106
TABELA 24: Comparativa entre os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 1991.....	107
TABELA 25: Comparativa entre os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 2000.....	107
TABELA 26: Índice de Desenvolvimento Municipal – IDH de 1991 e 2001 dos Municípios da Microrregião de Paranaíba.....	107
TABELA 27: Indicadores de Exclusão Social para o Município de Mirador - 2000	108
TABELA 28: Indicadores de Pobreza para o Município de Mirador - 2000	109
TABELA 29: Nível Educacional da População para Crianças e Adolescentes – 1991 e 2000	110
TABELA 30: Nível Educacional da População Adulta (25 Anos ou mais), 1991 e 2000	110
TABELA 31: Percentual de Pessoas de 25 Anos ou Mais Analfabetas, 2000.....	111
TABELA 32: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 1991 e 2000	112
TABELA 33: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 1991 – 2000 – Ranking de Mirador dentre os Municípios do Paraná.....	112
TABELA 34: Número de Óbitos e Principais Causas em Mirador – 2006.....	113
TABELA 35: Número Total e Distribuição Percentual das Internações Hospitalares do SUS, Segundo Grupos de Causas – 2008	115
TABELA 36: Rede Ambulatorial do SUS, Segundo Tipos de Unidades em Mirador – 2009	116
TABELA 37: Cobertura Vacinal do Município	117
TABELA 38: Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos Segundo os Ramos de Atividades – 2006.....	118
TABELA 39: Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 2000	118
TABELA 40: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000	119
TABELA 41: Percentual de População em Domicílios Atendidos por Energia Elétrica e Utensílios.....	120

TABELA 42: Abastecimento de Água, pela SANEPAR, Segundo as Categorias – 2008	122
TABELA 43: Percentual de População em Domicílios Atendida por Serviços Públicos Básicos – Indicadores de Qualidade de Vida, 1991 e 2000.....	122
TABELA 44: Número de Domicílios Segundo Uso e Zona - 2000.....	124
TABELA 45: Moradores em Domicílios Particulares e Permanentes por Situação do Domicílio – 1991 e 2000	125
TABELA 46: Empreendimentos Administrados pela COHAPAR no Município	125
Tabela 47: Valor Adicionado Fiscal Segundo os Ramos de Atividades – 2008.....	129
TABELA 48: PIB a Preços Básicos Segundo os Ramos de Atividades – 2009	130
TABELA 49: Distribuição Setorial dos Ocupados no Município de Mirador - 2000..	131
TABELA 50: Domicílios Segundo Renda do Chefe da Família – 2000.....	132
TABELA 51: Número de Estabelecimentos Agrícolas em Mirador e no Paraná.....	132
TABELA 52: Área Colhida, Produção, Rendimento Médio e Valor da Produção Agrícola de 2010	133
TABELA 53: Efetivo de Pecuária e Ave.....	133
TABELA 54: Emprego e Número de Estabelecimentos nas Indústrias de Mirador – 2008	135
TABELA 55: Bens de Serviços Urbanos Disponíveis, 2010.....	136
TABELA 56: Demanda Estimada de Lotes Urbanos.....	151
TABELA 57: Situação de Regularização Fundiária.....	152
TABELA 58: Relação entre Densidade Demográfica e Suporte de Infraestrutura.....	152
TABELA 59: Instrumentos e Políticas Habitacionais de Mirador	153
TABELA 60: Conjuntos Habitacionais da COHAPAR em Mirador	153
TABELA 61: Abastecimento de Água pela SANEPAR, Segundo as Categorias – 2010	155
TABELA 62: Domicílios Particulares Permanentes por Forma de Escoamento da Instalação Sanitária – 2000.....	156
TABELA 63: Estradas dentro do Território do Município	165
TABELA 64: Número de Veículos no Município de Mirador – 2010.....	174
TABELA 65: Consumo de Energia Elétrica por Classe nos Anos de 2006 a 2008.....	181
TABELA 66: Número de Consumidores de Energia Elétrica por Classe nos Anos de 2006 a 2008	181
TABELA 67: Estabelecimentos de Ensino de Mirador.....	186
TABELA 68: Cobertura Vacinal do Município	193

TABELA 69: Equipamentos Culturais.....	196
TABELA 70: Composição do Quadro de Pessoal da Administração Direta	203
TABELA 71: Cadastro Imobiliário	203
TABELA 72: Instrumentos de Planejamento Municipal	204
TABELA 73: Instrumento de Gestão Urbana	204
TABELA 74: Situação da Agenda 21 Local no Município de Mirador.....	205
TABELA 75: Relação de Conselhos Municipais de Mirador	205
TABELA 76: Relação dos Vereadores Eleitos de Mirador para a Gestão 2009-2012.	206
TABELA 77: Receitas Municipais Segundo as Categorias – 2008	209
TABELA 78: Receitas Correntes Municipais Segundo as Categorias – 2008.....	209
TABELA 79: Receitas Tributárias Municipais Segundo as Categorias – 2008.....	210
TABELA 80: Despesas Municipais Segundo as Categorias – 2008.....	210
TABELA 81: Despesas Correntes Municipais Segundo as Categorias – 2008	210
TABELA 82: Despesas de Capital Municipais Segundo as Categorias – 2008.....	211
TABELA 83: Despesas Municipais por Função – 2008	211

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Plano de Colonização do Paraná - 1947	43
FIGURA 2: Mapa do Projeto Costa Rica	51
FIGURA 3: Zona Rural	68
FIGURA 4: Processos Erosivos em Meio a Pastagem.....	70
FIGURA 5: Uso Potencial do Solo	70
FIGURA 6: Áreas Potenciais à Degradação do Solo	71
FIGURA 7: Vista Panorâmica da Área Urbana.....	73
FIGURA 8: Perfil Topográfico Municipal	73
FIGURA 9: Margem do Ribeirão do Lica.....	82
FIGURA 10: Hidrografia, Bacias e IQA	82
FIGURA 11: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade.....	95
FIGURA 12: Cobertura Vegetal Nativa – Regiões Fitogeográficas	96
FIGURA 13: Cobertura Vegetal e Reflorestamento – 2001-2002	97
FIGURA 14: Unidades de Conservação, Corredores de Biodiversidade e Terras Indígenas Demarcadas	97
FIGURA 15: Grau de Urbanização – 2000	101
FIGURA 16: Esperança de Vida ao Nascer – 2000	113
FIGURA 17: Rede Hospitalar do SUS – 2002	115

FIGURA 18: Índice de Gini – 2000	119
FIGURA 19: Participação do Município no Total do Emprego Formal - 2003.....	119
FIGURA 20: Consumo de Energia Elétrica Residencial por Município do Paraná – 2000	121
FIGURA 21: Consumo de Energia Elétrica Rural por Município do Paraná – 2000 ..	121
FIGURA 22: Domicílios Atendidos por rede geral de Abastecimento de Água – 2000	123
FIGURA 23: Domicílios Atendidos por Rede de Esgoto Sanitário por Rede Geral ou Pluvial – 2000.....	123
FIGURA 24: Ocupação por Setores Predominantes da Mesorregião Centro-Occidental – 2000	131
FIGURA 25: Barracões da Empresa Frabgos Canção	134
FIGURA 26: Rede de Cidades – 2000	140
FIGURA 27: Imagem Aérea Urbana de Mirador.....	144
FIGURA 28: Uso Residencial na Sede.....	145
FIGURA 29: Uso Residencial no Distrito.....	145
FIGURA 30: Problema de Locação.....	146
FIGURA 31: Fossa no Passeio Público.....	156
FIGURA 32: Ribeirão do Lica – Assoreado	158
FIGURA 33: Perfil da Rua Munhoz de Mello	166
FIGURA 34: Perfil da Avenida Paraná.....	166
FIGURA 35: Perfil da Rua São Tadeu	166
FIGURA 36: Perfil da Avenida Tiradentes	167
FIGURA 37: Perfil da Avenida Guaíra (trecho sem canteiro central)	167
FIGURA 38: Perfil da Avenida Guaíra (trecho com canteiro central).....	167
FIGURA 39: Exemplo da Pavimentação Urbana na Avenida Frei Ulrico.....	170
FIGURA 40: Condição das Calçadas	172
FIGURA 41: Obstáculos na Calçada.....	173
FIGURA 42: Ponto de Ônibus na Avenida Frei Ulrico.....	175
FIGURA 43: A Inadequação no Canteiro Central na Av. Frei Ulrico	177
FIGURA 44: Estádio Municipal.....	179
FIGURA 45: Academia da Terceira Idade – ATI	180
FIGURA 46: Antena Parabólica.....	182
FIGURA 47: Antena.....	182
FIGURA 48: Escola	187

FIGURA 49: Escola Municipal	187
FIGURA 50: Centro de Saúde na Sede	192
FIGURA 51: Policia Civil	195
FIGURA 52: Templo - Deus é Amor	198
FIGURA 53: Igreja Só o Senhor é Deus	198
FIGURA 54: Igreja Católica no Distrito de Quatro Marcos	199
FIGURA 55: Capela Mortuária	200

SIGLAS

Área de Proteção Ambiental – APA;

Área de Proteção Permanente – APP;

Centro de Especialidades Odontológicas – CEO;

Centro Municipal de Ensino Infantil – CMEI;

Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;

Código Brasileiro de Trânsito – CBT;

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP;

Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR;

Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL;

Companhia Saneamento Básico do Paraná – SANEPAR;

Confederação Nacional dos Municípios – CNM;

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;

Constituição Federal – CF;

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

Empresa de Correios e Telégrafos – ECF;

Empresa Paranaense de Equipe Técnica e Extensão Rural – EMATER;

Floresta Estacional Semidecidual - FES;

Floresta Ombrófila Mista – FOM;

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;

Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;

Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU;

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH;

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M);

Índice de Qualidade das Águas – IQA;

Instituto Ambiental do Paraná – IAP;

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES;
Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional – ITDE;
Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO;
Lei Orçamentária Anual – LOA;
Lei Orgânica Municipal – LOM;
Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL;
Minerais do Paraná – MINEROPAR;
Organização das Nações Unidas – ONU;
Produto Interno Bruto – PIB;
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR;
Programa Saúde da Família – PSF;
Reserva Particular de Proteção Natural – RPPN;
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE;
Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA;
Secretaria Estadual de Saúde – SESA;
Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI
Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental do Paraná – SUCEAM;
Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDHERSA;
Unidade de Conservação – UC;
Universidade Estadual de Maringá – UEM;
Universidade Federal do Paraná – UFPR;
Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UFTPR;
Valor Adicionado Fiscal – VAF;
Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná – ZEE.

AValiação Temática Integrada

Esta primeira parte do trabalho consistiu no levantamento de informações e avaliação geral das condições de desenvolvimento do Município de MIRADOR. Com o apoio em dados quantitativos e qualitativos relevantes foram levantados e avaliados os aspectos mais significativos no sentido de reproduzir o melhor perfil do que representa o município no momento presente. Entre esses aspectos destaca-se, o histórico do município e da região na qual se insere MIRADOR, os aspectos regionais que interferem na dinâmica socioeconômica e ambiental do município, os aspectos socioeconômicos próprios do município assim como sua caracterização sócio-espacial, de infra-estrutura e serviços públicos, e, por fim, seus aspectos administrativo-institucionais.

As análises que seguem permitiram caracterizar o atual estágio de desenvolvimento de MIRADOR, com a identificação da natureza e extensão dos problemas que atualmente condicionam o seu crescimento e afligem sua população, com o reconhecimento das deficiências e potencialidades do município, bem como a percepção de possíveis soluções para essas deficiências e para o aproveitamento dessas potencialidades.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO

1.1. ANÁLISE GEOPOLÍTICA

O Município de Mirador é parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Paraná, exercendo a competência e autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica.

As coordenadas geográficas que localizam o território são as Longitude de 52°46'35" Oeste e a Latitude de 23°15'27" Sul. Quanto às características gerais do território, Mirador está inteiramente compreendido na Zona Fisiográfica do Rio Ivaí, com uma altitude média de 550m do nível do mar. O território municipal é composto pelo Distrito Administrativo de Mirador, sede do município, o Distrito de Quatro Marcos, o Assentamento Monte Azul e as propriedades rurais. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Mirador é reconhecida pelo código 411590, localiza-se na Mesorregião Noroeste Paranaense e agrupa-se na Microrregião de Paranaíba.

Os limites político-administrativos de Mirador estão estabelecidos com os municípios de Amaporã, com divisas a noroeste, Guaporema ao sul, Paraíso do Norte, com divisas a sudeste, Nova Aliança do Ivaí a leste e Paranaíba com divisas a nordeste. Mirador é Distrito Judiciário pertencente à Comarca de Paraíso do Norte e é compreendido na 100ª Zona Eleitoral. O código de Discagem Direta à Distância – DDD é o número 044 e o Código de Endereçamento Postal – CEP 87.840-000.

Os feriados municipais festejados são: o dia 13 de novembro, quando se comemora o aniversário da cidade e o dia 24 de junho, quando se comemora o Padroeiro São João Batista.

Através do último censo demográfico nacional realizado em 2000, com a publicação de dados em 2001, Mirador possui área de 221,976km², representando 0,11% do Estado do Paraná, 0,038% da Região Sul e 0,0026% de todo o Território Brasileiro. A população local totalizou 2.500 habitantes, densidade demográfica de 11,32 hab./Km² e taxa de urbanização em 63,04%. Seu nativo é denominado miradoreense.

1.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO TERRITORIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

O Município de Mirador não possui nenhum documento onde relata a sua história e surgimento de sua sede. Sabe-se que seus primeiros habitantes (colonizadores) eram descendentes de alemães, japoneses e de estados brasileiros como Ceara, São Paulo, Minas Gerais e outros, atraídos pela fertilidade das terras, apropriadas para o cultivo do café. Vieram por volta do ano de 1951 e dentre eles figuram como pioneiros os nomes de Gabriel Fay Neves e Jose das Dores.

O povoado cresceu e no ano de 1954 já contava com duas casas comerciais, de propriedade de Eleutério Ghenon e Sney Natsuga. O Sr. Fay Neves foi quem promoveu o loteamento do perímetro urbano Municipal baseado num projeto apenas planimétrico distribuindo a sede urbana em eixos principais, da intersecção dos eixos parte o traçado das vias locais em forma de áreas concêntricas.

A origem do nome do município: Etimologia – Origina-se do catalão “mirador”, de “mirar” do latim “mirari”, designando lugar elevado de onde se pode ver longe, ponto de observação ver com admiração, lugar bem situado para contemplar uma paisagem ou acontecimento.

De acordo com a Lei nº 107 de 10/01/55, Mirador foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente ao Município de Paranavaí. E através da Lei nº 4338, de 25/01/61, foi elevado a categoria de Município, desmembrando-se parte de seu território do Município de Paranavaí, parte de Nova Aliança do Ivaí (antiga Guarita), parte de Amaporã (antiga Jurema) e parte de Paraíso do Norte, sendo instalado no dia 13/11/61 a categoria de Município. O primeiro Prefeito empossado de Mirador foi o Sr. Valdir Bernardino da Silva.

Ao longo dos anos a estrutura urbana foi se consolidando. No entanto até hoje ainda são acentuados os problemas básicos como carência de hospital, pavimentação, rede de esgoto. O principal problema é a falta de compatibilidade entre a cartografia documental existente e a posse de registros de imóveis no perímetro urbano.

1.2. ANÁLISE HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná é uma organização espacial ocorrida numa relação de tempo. Didaticamente, região é uma unidade básica de organização social, econômica e espacial ocorrida em certo espaço de tempo. Portanto o Paraná é uma região, pois apresenta e conserva estas características.

O território paranaense tem uma área absoluta de 199.323 km², representando 2,34% do território nacional. Conforme suas posições geográficas, o Estado se encontra na coordenada 22°30'58'' ao norte e na coordenada 26°43'00'' a sul, ambas coordenadas localizadas ao sul da Linha Imaginária do Equador. Tendo como referência o meridiano de Greenwich, o Paraná se encontra na coordenada 48°05'37'' a leste e na coordenada 54°37'08'' a oeste.

Os limites político-administrativos são o Estado do São Paulo a norte/nordeste; a centro-ocidental apresenta-se o Estado do Mato Grosso do Sul; a sul/sudeste apresenta-se o Estado de Santa Catarina. O Estado do Paraná também faz divisas com a República do Paraguai a oeste e a República Argentina a sudoeste. A fronteira marítima do Estado é o Oceano Atlântico numa fronteira de 98 km.

As cidades principais do Estado do Paraná são a sua capital Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, São José dos Pinhais e Paranaguá. A economia está pautada na agropecuária e industrialização. O Estado é reconhecido pela potencialidade agrícola, principalmente na sua capacidade de produção de grãos; e, no aspecto social pela diversidade de etnias que o formaram.

O Paraná é dividido geograficamente em 10 mesorregiões e 39 microrregiões. Mais informações sobre o Paraná serão apresentadas nos textos a seguir, principalmente sobre as matrizes produtivas. O território de Mirador localiza-se na Mesorregião Noroeste Paranaense e está agrupado na Microrregião de Paranaíba, com ocupação e colonização recente, se comparada aos primeiros núcleos e povoados.

A pré-história paranaense ainda é um vasto campo a ser estudado pela Arqueologia. As pesquisas realizadas por Igor Chmyz (Cardoso, 1986) encontraram vestígios da ocupação mais antiga no Paraná, datadas até 7500 a.C., denominada por ele como Fase Vinitu¹, a qual se concentrou na margem esquerda do Rio Paraná, no trecho entre os rios Piquiri e Iguaçu.

¹ Fase, segundo a terminologia de Chmyz, significa qualquer complexo cerâmico, lítico, padrões de habitação, etc. relacionados no tempo e no espaço, num ou mais sítios.

A Tradição Humaitá² foi encontrada em vários sítios, datados entre 5000 e 2500 a.C., localizados sobre a mesma região da Fase Vinitu, e em outros sítios em Porto Rico, ao longo do Médio Ivaí e Alto Ivaí, próximo à Foz do Rio Corumbataí e também na foz do Rio Pirapó e do Rio Itararé com o Rio Paranapanema. Deste mesmo período são datados vários sítios da Fase Bituruna, encontrados ao longo do Médio Iguaçu e em Guaratuba, além de vários sambaquis, na Baía de Paranaguá.

De 2500 a.C. até o Ano 0, restam vestígios reduzidos da Tradição Humaitá apenas na foz do Rio Itararé, no Médio Ivaí e no Rio Paraná, próximo à foz do Iguaçu. Entretanto, a Tradição Umbu floresce ao longo do Médio Iguaçu, espalhando-se rio acima, até chegar à Serra do Mar. Vários sambaquis atestam a presença litorânea destes povos durante este período.

A Tradição Itararé substitui a Tradição Humaitá, porém, ocupando menor área, principalmente ao longo do Médio Iguaçu até 1000 d.C. Apenas um sambaqui deste período de 0 a 500 d.C. é encontrado na Ilha dos Ratos, no litoral paranaense. A Tradição Tupi-Guarani surge nos mesmos locais ocupados, 3500 anos antes, pela Tradição Humaitá, mesclados com a Tradição Casa de Pedra e Itararé em poucos locais.

A história do Paraná tem sido desde a chegada dos portugueses e espanhóis, até o século XX, a história da formação de uma unidade social sobre um território, cujo resultado se deve a três grandes movimentos colonizadores, dividindo o estado no que se chamou de Paraná Tradicional e Paraná Moderno (CARDOSO, 1986).

A partir da chegada dos portugueses e espanhóis, inicia-se o primeiro movimento colonizador em meio à disputa pela posse da terra entre Portugal e Espanha. O Tratado de Tordesilhas dispunha que as terras situadas até 370 léguas da mais ocidental das ilhas de Cabo Verde pertenceriam a Portugal, e as terras situadas além de 370 léguas pertenceriam à Espanha. Segundo a interpretação portuguesa, era legítima sua ocupação e conquista até a altura de Laguna, em Santa Catarina. Para os espanhóis, todavia, o meridiano de Tordesilhas perdia-se no mar, na altura da barra de Paranaguá. Assim, para eles era inexistente qualquer pretensão portuguesa, quer no Ocidente, como ao Sul de Paranaguá.

O português Aleixo Garcia, participando da expedição de Juan de Solis, em 1516, veio ter ao litoral catarinense. Em busca das faladas e prodigiosas riquezas que se diziam existir em império governado por um rei branco no interior do Continente, partiu Aleixo Garcia da ilha de Santa Catarina, varando terras e rios do território paranaense,

² Grupo de elementos ou técnicas acumuladas durante várias fases.

descobrir o Paraguai. Ele próprio jamais regressaria, havendo sido dizimado, com toda a sua expedição, por índios bravios de regiões paraguaias.

Martim Afonso, ante as notícias de riquezas no Ocidente, envia também, por terra, rumo ao Paraná, a expedição de Francisco Chaves e de Pero Lobo, a qual jamais regressaria, destroçada que foi por tribos indígenas, em território paranaense.

O rei Dom João III, atendendo a conselhos e compreendendo o perigo de ataques estrangeiros, adota no Brasil o sistema de Capitânicas Hereditárias. Em 1536, duas foram criadas no litoral paranaense: a de São Vicente, na região entre a barra de Paranaguá e Bertioga, doada a Martim Afonso, e a de Sant'Ana, desde a barra de Paranaguá, descendo pelo litoral Sul, até onde fosse legítima, pelo Tratado de Tordesilhas, a conquista e ocupação portuguesa, doada a Pero Lopes de Souza.

O alemão Hans Staden, naufragando na barra do Superaguí, em 1549, publica no ano de 1557 a primeira notícia sobre a baía de Paranaguá, bem como seu primeiro mapa.

Considerada legítima a posse espanhola, no Ocidente, Dom Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em 1541, a partir da ilha de Santa Catarina, seguiu por terra, trilhando os passos de Aleixo Garcia, embrenhando-se na mata da orla atlântica, e vindo repontar nos Campos Gerais, de onde continuou pelos caminhos do Peabirú, varando por duas vezes o Iguaçu, até o Rio Paraná, atingindo seu objetivo, Assunção, através das terras do Paraná.

Os espanhóis procuraram estabelecer-se nas regiões ocidentais do Paraná, a fim de defender e efetivar sua posse, resguardando riquezas e índios, além de legitimar seus direitos segundo o Tratado de Tordesilhas.

Desse modo, em 1554, sob o governo de Martinez Irala, Diego de Vergara fundou a povoação de Ontiveiros, à margem oriental do Rio Paraná, pouco acima da foz do Rio Iguaçu. Em virtude da sua precariedade, a nova povoação seria, em 1557, transferida por Ruy Dias Melgarejo para a foz do Rio Piquiri sob o nome de Ciudad Real del Guairá. Foi ainda Melgarejo que, em 1576 fundou, na confluência do Rio Corumbataí com o Rio Ivaí, a Villa Rica del Espiritu Santo, situada hoje no município de Fênix. O objetivo dessas povoações era segurar os caminhos do Peabirú ante uma avançada dos portugueses, rumo ao Ocidente.

Muitos outros viajantes palmilharam os caminhos do Paraná nessa conjuntura, sendo o mais conhecido o alemão Ulrich Schmidel, que deixou importante relato da viagem que realizou, em 1553, desde o Paraguai até o litoral paulista.

Os moradores de São Vicente e Cananéia intensificaram sua presença na baía de Paranaguá, procurando manter comércio com os índios do litoral. Há referências que alguns se estabeleceram na ilha de Cottinga, por volta de 1560-80.

Nas últimas décadas do século, os paulistas abrem ofensiva contra os indígenas. Assim, devem ser registradas as entradas de Jerônimo Leitão em 1585, Jorge Correia em 1594, Manoel Soeiro em 1595 e João Pereira de Souza em 1596, no território paranaense.

Os índios guairenhos reagiram ao sistema de “encomiendas” adotado pelos espanhóis na região do Guairá e, de modo geral, contra o seu domínio. Hernando Arias Saavedra, adelantado de Assunção, teria sido abatido pelos indígenas. Ante as dificuldades de submissão dos índios, Saavedra recomendou ao rei que a sua pacificação e conversão fosse confiada aos jesuítas espanhóis. A sugestão foi aceita, criando-se, por Carta Régia de 1608, a Província del Guairá, abrangendo justamente as terras do Ocidente do Rio Paraná. Ali seriam estabelecidas as Reduções Jesuíticas do Guairá.

Segundo o Padre Antônio Ruiz de Montoya, reduções eram povoados de índios que, vivendo a sua antiga usança, haviam sido reduzidos pela diligência dos padres a povoações grandes e à vida política e humana.

A terra era de uso comunal. As lavouras - mandioca e milho - eram coletivas. A criação de gado efetivada sob o regime comunitário. Aos homens, em geral, cabiam os trabalhos mais pesados, da agricultura, da caça e da pesca, além dos ofícios especializados, como carpinteiros, pedreiros e outros. As mulheres ocupavam-se das artes, tecendo ou fiando panos e fios de algodão. Em geral, as atividades econômicas das Reduções estiveram ligadas à coleta e produção da erva-mate, exportada para a região do Prata.

Foram estabelecidas as Reduções de Nossa Senhora de Loreto, Santo Ignácio Mini, São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Encarnação, São José, Sete Arcanjos de Taioba, São Paulo de Iniaí, Santo Antônio, São Miguel, Jesus Maria, São Tomé, São Pedro e Nossa Senhora da Conceição.

Os jesuítas tiveram pouco tempo para viver a experiência do Guairá, ameaçados pela oposição dos espanhóis e pela guerra movida pelos paulistas. Estes preferiam buscar suas presas nas Reduções, pois que os índios ali reunidos, além do grande número, estavam praticamente incorporados à civilização e habituados aos trabalhos agrícolas da mandioca e do milho.

A bandeira que arrasou a empresa jesuítica do Guairá foi à de Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, organizada em São Paulo com 69 paulistas, 900 mamelucos e 3.000 índios, no final de 1628. Depois dos primeiros choques desde Encarnação, em janeiro de 1629, os paulistas atacaram Santo Antônio, cujo diretor, Padre Mola, recusara-se a entregar o índio Tataurana que ali se refugiara. Depois de continuados ataques, em março de 1629 estava destruída a obra dos jesuítas no Guairá. As povoações espanholas do Ocidente do Rio Paraná também foram atacadas, de modo que tanto Ciudad Real como Villa Rica foram abandonadas em 1632. Os bandeirantes contiveram assim a expansão espanhola rumo ao Atlântico, afirmando para o domínio português as terras até a margem esquerda do Rio Paraná.

Todavia, com os ataques bandeirantes, a destruição das Reduções e o abandono das vilas e cidades espanholas, o Ocidente do Rio Paraná ficou em abandono por mais de um século.

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, com base no princípio do *uti-possidetis*. Assim, por esse Tratado, poderiam ser legitimadas as conquistas territoriais portuguesas, além do meridiano de Tordesilhas.

O Paraná, a não ser em estreita faixa litorânea, era pertencente à Espanha; porém, devido aos bandeirantes e, depois, à pertinácia dos Capitães-generais e seus comandados, que realizaram as expedições militares de conquista, seria, em função do tratado de Madri, todo ele incorporado à Coroa portuguesa.

Dentre as várias expedições militares de conquista, ocorridas entre 1768 e 1774, a mando do Capitão-general Dom Luiz Antônio, organizadas por Afonso Botelho e que exploraram, sobretudo os rios Tibagi, Ivaí, Piquirí e Iguaçu, chegando até o Rio Paraná, as mais longas, que mais adentraram pelo sertão paranaense são destacadas a seguir.

A expedição de Francisco Lopes da Silva e Estevam R. Baião que, em 1769, saindo do porto São Bento, no Tibagi, seguiu pela mata descobrindo o Rio Ivaí, e por ele desceu até as Sete Quedas no Rio Paraná. Na volta, a expedição desceu pelo Rio Paraná até o Rio Iguaçu (Prancha 01).

Francisco Nunes Pereira, também em 1769, seguindo o mesmo caminho de Francisco Lopes da Silva pelo Rio Ivaí, onde encontrou as ruínas da Villa Rica del Espiritu Santu, desceu o Rio Paraná, explorou as correntezas do Rio Piquirí, subiu novamente o Rio Paraná alcançando a foz do Rio Tietê, por onde seguiu até São Paulo.

Também a expedição de Antônio Silveira Peixoto que, no mesmo ano, partindo de Caiacanga, próximo a Lapa, desceu o Rio Iguaçu e chegou às missões espanholas, onde foram presos e remetidos a Buenos Aires.

O segundo movimento colonizador começa em 1829, com a vinda das primeiras famílias de imigrantes alemães que se estabeleceram na Lapa e em Rio Negro.

Por volta de 1847, chegam novos colonos europeus, agora franceses, suíços, ingleses, italianos, alemães e outros, fundam várias colônias como a Colônia Thereza, e outras em Assungui e Superagui no litoral.

O Paraná passa de comarca de São Paulo, à Província do Paraná, emancipando-se pela Lei 704 de 20 de agosto de 1853, em troca da resistência à Revolução Farroupilha.

De 1860 a 1880 se estabelecem 27 colônias nos arredores de Curitiba, Paranaguá, Morretes, Araucária, São José dos Pinhais, Antonina, Lapa, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa.

Uma nova frente colonizadora começa em 1860, quando fazendeiros paulistas e mineiros iniciam a formação de fazendas de café no Norte do Paraná, utilizando mão-de-obra nacional, e fundam a Colônia Mineira em 1862, e Tomazina em 1865.

Simultaneamente, no Sudeste do Paraná, se abrem mais 34 colônias, com imigrantes italianos, poloneses e ucranianos. Inicia-se a entrada dos sírios e libaneses. Ao cair do império, em 1889, o governo imperial concedeu à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, subsidiária da Brazilian Railways Company, uma imensa área de terras devolutas, no Sudoeste, Oeste e Norte do Paraná, assim como as terras compreendidas em até nove quilômetros para cada lado da ferrovia, por onde passasse.

Na Primeira República novas concessões, agora de apenas 50.000 ha, foram realizadas pelo governo paranaense, para o assentamento de colônias de imigrantes nacionais e estrangeiros. É um período difícil devido ao agravamento das questões limítrofes com São Paulo, com a Província de Santa Catarina, com a Argentina e Paraguai. A questão de limites entre Santa Catarina e Paraná foi definida somente pelo acordo de 1916, após as guerrilhas do Contestado.

Em 1927, o governo realiza várias concessões de terra, mediante venda a preços baixos, em favor da Companhia de Terras Norte do Paraná, hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Os povoadores recém chegados eram, sobretudo, paulistas, mineiros e nordestinos. Colonos estrangeiros, de várias procedências e origens, também aí se estabeleceram, espontaneamente ou dirigidos pelas companhias colonizadoras, como é o caso de Assaí e Uraí, fundadas pela Bratac - Brazil Tokushoku

Kaisha, e pela Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, com imigrantes japoneses e seus descendentes.

Enquanto isso, o Sudoeste e o Sul do estado eram explorados pelas companhias concessionárias, que extraíam erva-mate e a madeira de modo depredatório, deixando atrás de si apenas caboclos miseráveis espalhados pelo mato arrasado.

É neste contexto que teve início, em grande escala, a entrada da corrente povoadora vinda de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constituída principalmente de agricultores de origem alemã e italiana. Entraram por Pato Branco, inflitando depois pelos vales dos rios Chopim, Piquiri e Paraná, ocupando principalmente o Sudoeste do Paraná.

O Governo prossegue com sua política de colonização de terras devolutas e de antigas concessões retornadas ao seu patrimônio, no Oeste paranaense, fundando à margem esquerda do Rio Piquiri, as colônias Piquiri, Cantú, Goio-Bang e Goio-Erê e, à margem direita do Ivaí, as colônias de Manuel Ribas, Muquidão e Mourão.

A Companhia Maripá - Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A., com capitais rio-grandenses, adquirindo terras de companhias concessionárias, realiza a marcação e distribuição de terras na região, fundando cidades e organizando as propriedades em lotes urbanos, chácaras de 1 alqueire e colônias de 10 alqueires, em média. Em pouco tempo, quase todas as colônias já estavam vendidas.

Nesse período, a colonização oficial estabelecera ao Norte do Estado às colônias de Içara, Jaguapitã, Centenário, Interventor e Pagu, e mais a Centro-Occidental, a colônia de Paranaíba. Não sem conflitos de proprietários contra posseiros, intrusos e grileiros, até o final da década de 1960, estava finalizada a ocupação territorial do Estado do Paraná (Prancha 02).

1.2.1. COMENTÁRIOS SOBRE A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ³

As regiões Norte, Oeste e Sudoeste foram às últimas áreas do Estado do Paraná a serem integralmente ocupadas e colonizadas. Sobre o norte paranaense, verificou-se 03 (três) fases de colonização denominadas Norte Pioneiro, Norte Novo ou Central e Norte Novíssimo ou Noroeste, onde se destacou a inovação da colonização e o uso e ocupação do solo agrícola.

³ Texto resumido do Plano Diretor do Município de Cianorte de 1994.

O primeiro movimento de colonização da região norte do Paraná é conhecida como Norte Pioneiro e foi o resultado do fluxo inicial de fazendeiros de Minas Gerais e São Paulo que cruzaram o Rio Itararé à procura de terras férteis para a cafeicultura, por causa do declínio desta cultura em seus respectivos Estados. A ocupação inicial se realizou em colônias e fazendas, áreas hoje compreendidas pelos municípios de Jacarezinho, Tomazina, Siqueira Campos e Joaquim Távora.

Este movimento atravessou as margens do Rio das Cinzas procurando novas fronteiras agrícolas mais amplas e produtivas, se estabelecendo à margem ocidental do Rio Tibagi, onde foram confrontados com as dificuldades de escoamento da produção. O Poder Público Estadual se associou com empresas colonizadoras privadas – nacionais e estrangeiras - que aí atuavam para fundar a “Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná”, com o objetivo de construir 29 km de trilhos entre Cambará e Ourinhos (SP) já ligada a São Paulo e ao Porto de Santos pela Estrada de Ferro Sorocabana - objetivo que foi alcançado em 1925.

A partir de então, inicia-se o processo de colonização do Norte Central por meio de concessões de terras devolutas às empresas de capital estrangeiro, com o objetivo de ocupar e expandir as fronteiras agrícolas e expandir as ligações ferroviárias para o interior do estado. A principal empresa colonizadora, responsável pela montagem da rede urbana do Norte Central do Paraná foi a inglesa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e sua sucessora, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Sobre uma área de 544.017 alqueires paulistas, a empresa implantou um projeto de colonização com as seguintes diretrizes:

a) ao longo o divisor de águas principal da região seria estendido um grande eixo rodo-ferroviário, do qual se ramificaria uma extensa rede de rodovias secundárias, também sobre os espigões;

b) a área rural seria subdividida em sítios com área média de 12 alqueires, tendo frente para a estrada de acesso e fundos para um curso d'água;

c) na parte alta dos lotes seria desenvolvido o cultivo do café e na parte baixa estariam localizadas a residência, horta e criação de animais para consumo da família, sendo a água obtida de poços ou do próprio rio;

d) sobre o eixo rodo-ferroviário principal seriam fundados quatro grandes centros urbanos, distanciados de 100 km, em média, e destinados ao provimento de bens e serviços para a região, sendo contados, de leste para oeste: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama;

e) sobre o eixo principal e os secundários, seriam criados núcleos urbanos menores, distanciados de 10 a 15 km, para o abastecimento da população rural vizinha e para o desembaraço da produção cafeeira.

O Norte do Paraná apresentava as condições ideais para satisfazer essa procura, basicamente em função dos seguintes fatores:

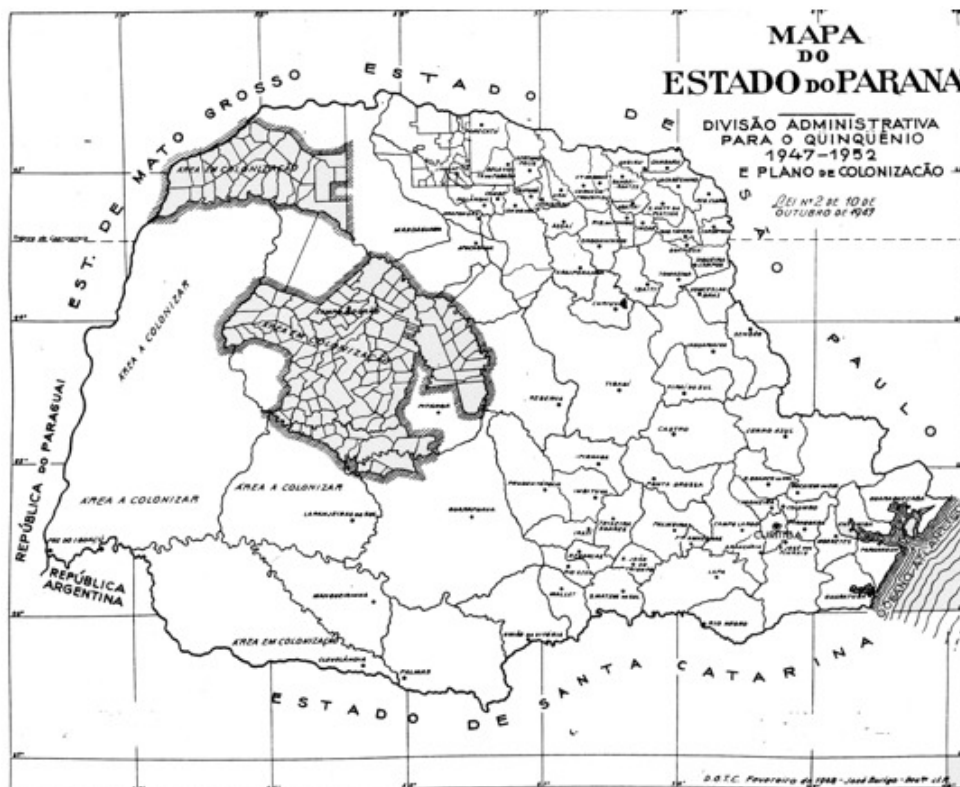
- a) grande fertilidade dos solos inexplorados de terra roxa;
- b) disponibilidade de terra a preços atraentes nas vastas glebas da CMNP que, por serem devidamente legitimadas, ofereciam segurança aos compradores;
- c) infra-estrutura viária adequada para acesso ao território e escoamento da produção;
- d) existência de uma ampla rede de assentamentos urbanos para atendimento às necessidades da população e aos requisitos da principal atividade produtiva.

Esses fatores, atuando do lado da oferta, sob a pressão de uma demanda consistente pelo café no mercado internacional, determinaram uma veloz apropriação territorial na Região, com o extraordinário crescimento da população rural, que perdurou até o final dos anos de 1960.

A alta densidade demográfica, fruto do módulo fundiário adotado e da intensiva ocupação de mão-de-obra pela cultura cafeeira, combinada com a grande fertilidade do solo e a elevada renda gerada pelo café, criou um vasto mercado para o setor terciário, ensejando o crescimento ainda mais rápido da população urbana, possibilitou a sólida estruturação de uma densa rede de cidades na Região. Foi nessa conjuntura de acelerada apropriação do espaço produtivo e excepcional crescimento demográfico que se completou a implantação do projeto de colonização que a CMNP levou a cabo no Norte do Paraná, e que resultou na venda de 41.741 propriedades rurais, além de 70.000 lotes urbanos, distribuídos pelas 62 vilas e cidades que fundou na região norte.

Seguindo o modelo adotado pela companhia inglesa, o estado do Paraná, durante o primeiro governo de Moyses Lupion (1947-1951), elabora o Plano de Colonização que inclui glebas na região de Paranavaí e Campo Mourão, o que resultaria na última fase de ocupação do norte paranaense. A figura a seguir, demonstra o Plano de ocupação do Paraná, em 1947:

FIGURA 1: PLANO DE COLONIZAÇÃO DO PARANÁ - 1947



Fonte: Instituto Brasileiro Geografia Estatística

PRANCHA 1: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO PARANÁ I

PRANCHA 2: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO PARANÁ II**1.2.2. RETRATO DA MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE**

O IBGE promove a divisão regional nos Estados Brasileiros, dividindo o território em áreas diferenciadas, fazendo com que a região tenha uma característica uniforme procedente da natureza, de acontecimentos históricos, econômicos e políticos. De acordo com a doutrina especializada são características do processo de regionalização:

- diferenciação de áreas (região como paisagem geográfica);
- classificação lógica-formal neopositiva;
- instrumento de ação (planejamento).

O Brasil possui 137 mesorregiões, sendo 10 localizadas em território paranaense (Prancha 03). As mesorregiões paranaenses são: Norte Pioneiro, Norte

Central, Centro-Occidental, Noroeste, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste, Centro-Oriental, e Metropolitana de Curitiba.

A Mesorregião Noroeste Paranaense é uma divisão promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE dentro do Estado do Paraná, com caráter de estudo, planejamento e aperfeiçoamento de políticas públicas. (Prancha 04)

A Mesorregião Noroeste, objeto de estudo, possui uma área constituída de 2.481.601,5 ha, equivalente a 12,4% do território estadual. Suas fronteiras são ao norte com o Estado de São Paulo, tendo como divisa o Rio Paranapanema; a oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como divisa o Rio Paraná, ao sul com a Mesorregião Oeste, tendo como divisa o Rio Piquiri, a sudeste com a Mesorregião Centro-Occidental e a leste com a Mesorregião Norte Central, tendo como divisas critérios político-administrativos.

A mesorregião é constituída por 61 municípios, o qual está incluído o município de Mirador, se destacando as 03 maiores cidades: Umuarama, Paranavaí e Cianorte. A mesorregião é agrupada em 03 microrregiões sediadas nos municípios citados acima. O Caderno Leituras Regionais do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES conceitua de forma sucinta toda ocupação e expansão fronteiriça:

A Mesorregião Noroeste integra a vasta região Norte do Paraná cuja história de ocupação em larga escala, deflagrada essencialmente a partir de 1940, confunde-se com a da expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola estadual, capitaneada pela atividade cafeeira paulista. A expansão fronteiriça paranaense alastrou-se rapidamente por sobre áreas de terras da mais alta fertilidade, praticamente desabitadas, que passaram a constituir uma excelente válvula de escape para inversões lucrativas de amplas parcelas do capital acumulado no núcleo mais dinâmico do capitalismo nacional, localizado na região sudeste do país, centrado em São Paulo (IPARDES, 2004, pg. 21).

As tabelas a seguir trazem a relação de cidades localizadas na Mesorregião Noroeste:

TABELA 1: RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA MESORREGIÃO NOROESTE

MUNICÍPIO
Alto Paraná
Alto Piquiri
Altônia
Amaporã
Brasilândia do Sul
Cafezal do Sul
Cianorte
Cidade Gaúcha
Cruzeiro do Oeste
Cruzeiro do Sul
Diamante do Norte
Douradina

Esperança Nova
Francisco Alves
Guairaçá
Guaporema
Icaraíma
Inajá
Indianópolis
Iporã
Itaúna do Sul
Ivaté
Japurá
Jardim Olinda
Jussara
Loanda
Maria Helena
Marilena
Mariluz
Mirador
Nova Aliança do Ivaí
Nova Londrina
Nova Olímpia
Paraíso do Norte
Paranacity
Paranapoema
Paranavaí
Perobal
Pérola
Planaltina do Paraná
Porto Rico
Querência do Norte
Rondon
Santa Cruz de Monte Castelo
Santa Isabel do Ivaí
Santa Mônica
Santo Antônio do Caiuá
São Carlos do Ivaí
São João do Caiuá
São Jorge do Patrocínio
São Manoel do Paraná
São Pedro do Paraná
São Tomé
Tamboara
Tapejara
Tapira
Terra Rica
Tuneiras do Oeste
Umuarama
Vila Alta
Xambrê

Fonte: IPARDES, 2009.

1.3. RETRATO DA MICRORREGIÃO DE PARANAVÁÍ

De acordo com o IBGE, o que caracteriza uma microrregião é a sua organização sócio-econômica. Na doutrina especializada, encontram-se outras características que identificam uma microrregião:

- aporte da centralidade
- centro sub-regional;
- aporte metropolitano;
- aporte tradicional;
- aporte da população urbana.

O Brasil é dividido em 558 microrregiões, sendo 39 delas localizadas no Estado do Paraná, conforme demonstra a tabela abaixo.

TABELA 2: RELAÇÃO DAS MICRORREGIÕES LOCALIZADAS NO ESTADO DO PARANÁ

01- Paranavaí	14 – Assaí	27 – Pato Branco
02 – Umuarama	15 - Cornélio Procópio	28 – Pitanga
03 – Cianorte	16 – Jacarezinho	29 – Guarapuava
04 – Goioerê	17 – Ibaiti	30 – Palmas
05 – Campo Mourão	18 – Wenceslau Braz	31 – Prudentópolis
06 – Astorga	19 – Telêmaco Borba	32 – Irati
07 – Porecatu	20 – Jaguariaíva	33 – União da Vitória
08 – Floraí	21 – Ponta Grossa	34 – São Mateus do Sul
09 – Maringá	22 – Toledo	35 – Cerro Azul
10 – Apucarana	23 – Cascavel	36 – Lapa
11 – Londrina	24 – Foz do Iguaçu	37 – Curitiba
12 – Faxinal	25 – Capanema	38 – Paranaguá
13 – Ivaiporã	26 – Francisco Beltrão	39 – Rio Negro

Fonte: IPARDES, 2009.

O município de Mirador está inserido na Microrregião de Paranavaí, juntamente com os demais municípios relacionados na tabela a seguir.

TABELA 3: RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES ÀS MICRORREGIÕES DE PARANAVÁÍ, UMUARAMA E CIANORTE.

01 - Microrregião Geográfica Paranavaí
Alto Paraná
Amaporã
Cruzeiro do Sul
Diamante do Norte
Guairaçá
Inajá
Itaúna do Sul
Jardim Olinda
Loanda
Marilena
Mirador
Nova Aliança do Ivaí

Nova Londrina
Paraíso do Norte
Paranacity
Paranapoema
Paranavaí
Planaltina do Paraná
Porto Rico
Querência do Norte
Santa Cruz de Monte Castelo
Santa Isabel do Ivaí
Santa Mônica
Santo Antonio do Caiuá
São Carlos do Ivaí
São João do Caiuá
São Pedro do Paraná
Tamboara
Terra Rica
02 - Microrregião Geográfica Umuarama
Alto Piquiri
Altônia
Brasilândia do Sul
Cafezal do Sul
Cruzeiro do Oeste
Douradina
Esperança Nova
Francisco Alves
Icaraíma
Iporã
Ivaté
Maria Helena
Mariluz
Nova Olímpia
Perobal
Pérola
São Jorge do Patrocínio
Tapira
Umuarama
Vila Alta
Xambê
03 - Microrregião Geográfica Cianorte
Cianorte
Cidade Gaúcha
Guaporema
Indianópolis
Japurá
Jussara
Rondon
São Manoel do Paraná
São Tomé
Tapejara
Tuneiras do Oeste

Fonte: IBGE – 2000.

Constituída por 29 municípios, a Microrregião de Paranavaí localiza-se sobre o Terceiro Planalto ou Planalto do Trapp do Paraná, o qual é constituído por derrames basálticos. Sua conformação da paisagem é bastante uniforme, com relevo levemente ondulado. Nessa porção do território encontra-se a formação do Arenito Caiuá, que se depositou sobre o derrame basáltico e deu origem a solos com baixo teor de argila, com baixa ocorrência de metais pesados e textura arenosa.

A cobertura vegetal existente na região garantia a deposição da matéria orgânica sobre o solo, assegurando sua fertilidade. Após o desmatamento e uso intensivo, os solos tornaram-se depauperados em curto prazo por consequência da grande vulnerabilidade ao processo erosivo eólico e hídrico. A microrregião se caracteriza por apresentar uma situação ambiental das mais degradadas do Estado, sendo que esse diagnóstico é consequência direta do intenso desmatamento e do uso inadequado do solo. Calcula-se algo em torno de 1% das áreas florestais ainda remanescentes. As duas importantes unidades de conservação que contribuem para esse percentual são: a Estação Ecológica do Caiuá com 1.427,3 ha e o Parque Estadual de Amaporã, com 204,0 ha de floresta nativa. Além dessas, mais 20 RPPN's e dois bosques municipais compõem o rol de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Na sua totalidade o solo da microrregião divide-se entre os localizados sobre os divisores de água, cujo uso potencial classifica-os como de boa qualidade, e os solos próximos aos córregos e nascentes de característica regular devido à tendência erosiva e a baixa fertilidade. Ainda, sobre o espigão principal encontram-se áreas pontuais classificadas como solos inaptos, também derivados do processo erosivo.

A baixa declividade favorece o surgimento de áreas alagadiças. A microrregião como um todo apresenta a declividade variando entre 0 e 10%. Às margens dos rios Paranapanema, Ivaí e Paraná encontram-se as mais baixas declividades, enquanto mais para leste da microrregião essas declividades vão levemente se acentuando.

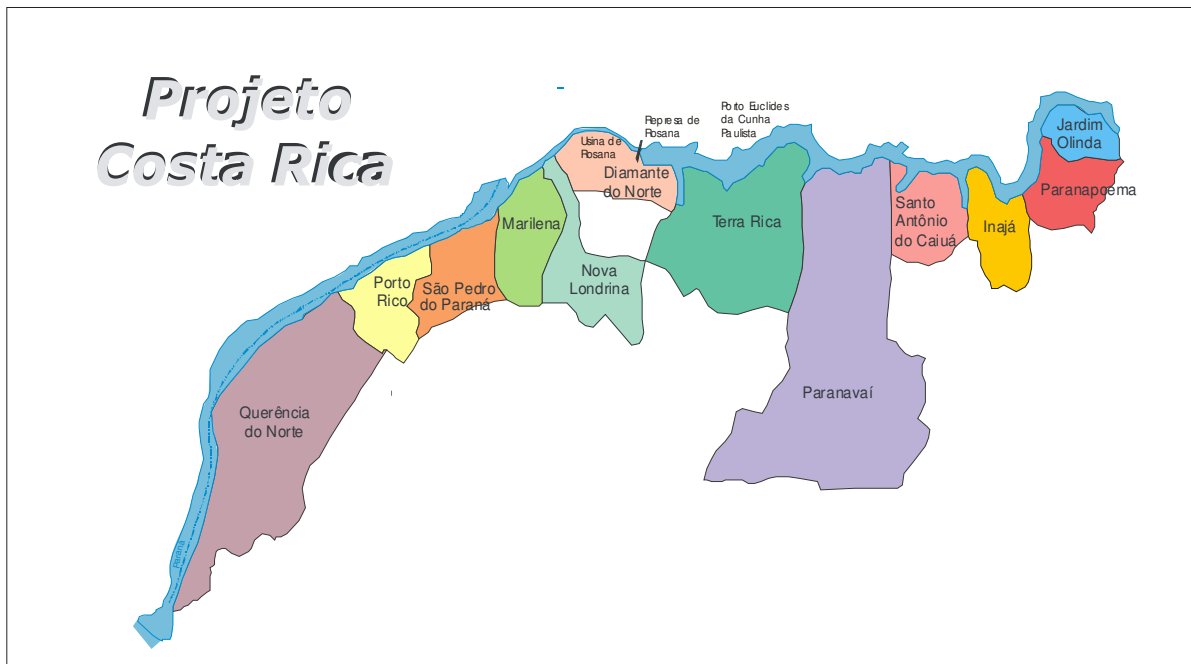
De acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná, a microrregião é cortada pelo Corredor da Biodiversidade Caiuá - Ilha Grande, fazendo parte do Programa Paraná Biodiversidade desenvolvido pelo Governo do Estado Gestão - 2007-2010. Junto à Área de Preservação Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná forma um corredor de conexão com o Parque Nacional do Iguaçu, possibilitando a conservação do bioma da região.

Do ponto de vista turístico, a microrregião apresenta ao longo de seus principais rios um sistema ecológico ainda latente e pouco explorado. No período de

verão, principalmente, é grande o afluxo de turistas em direção ao Rio Paraná, segundo dados do IPARDES.

Um desses projetos se chama projeto Costa Rica, envolvendo 12 (doze) municípios da região Noroeste do Paraná margeados pelos rios Paranapanema e Paraná (Nova Olinda, Paranapoema, Inajá, Santo Antônio do Caiuá, Paranaíba, Terra Rica, Diamante do Norte, Nova Londrina, São Pedro do Paraná, Marilena, Porto Rico e Querência do Norte) e visa aproveitar as potencialidades turísticas desses municípios, que oferecem praias em água doce e diversas modalidades de esportes náuticos. O mapa abaixo traz os municípios que fazem parte do Projeto Costa Rica.

FIGURA 2: MAPA DO PROJETO COSTA RICA



Fonte: Avaliação temática Integrada do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo de Terra Rica.

Para complementar as informações sobre turismo, estudos da ECOPARANÁ (2002) concluem que toda a Mesorregião Noroeste do Paraná possui potenciais roteiros turísticos em torno da bacia hidrográfica dos rios Ivaí, Paranapanema e Paraná. Encontra-se Turismo Rural em Planaltina do Paraná e Paranaíba, turismo de aventura em Terra Rica (conhecida como a capital paranaense de vôo-livre) além de turismo gastronômico com comidas típicas.

Apesar do desenvolvimento de algumas atividades de proteção ambiental ao longo da Área de Preservação Permanente do Rio Paraná, tais como monitoramento, zoneamento ecológico e convênios de fiscalização, pouca ênfase tem sido dada à educação ambiental da população e ao retorno econômico que pode vir a ocorrer com a utilização correta dessas áreas.

PRANCHA 3: MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ

PRANCHA 4: MICRORREGIÕES DO NOROESTE PARANAENSE

1.3.1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO ESTADO COMPARADA À EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ

Entre o início dos anos 1910 e 1960, o crescimento demográfico no Paraná refletiu o processo de colonização de vastas regiões até então inexploradas de seu território, traduzido num extraordinário aumento da população rural, fruto das levas de migrantes que aqui chegavam para engajar-se nas frentes agrícolas que cruzavam o Estado, e no enorme crescimento da população urbana em centenas de cidades e vilas que iam sendo criadas com o movimento de apropriação territorial.

Este sistema agrário brasileiro foi conhecido nacionalmente como Complexo Rural e no caso paranaense, denominado Complexo Cafeeiro. Moro & Endlich (2003) explica que o Complexo Rural era regulado pelo mercado externo e a adequação da produção à demanda do mercado contava com profunda intervenção estatal.

Na década de 1970, completada a colonização do Estado, ocorreram profundas alterações na estrutura produtiva da região norte do Paraná. As **transformações agrícolas** (racionalização da cafeicultura, assentada na erradicação dos cafeeiros antieconômicos e diversificação de culturas) e o **êxodo rural** (fenômeno da urbanização) fazem parte do conjunto de transformações verificadas em âmbito regional.

Moro & Endlich (2003) contribuem com o tema citando as seguintes dinâmicas na transformação do espaço regional que está inserida a Região Norte do Paraná:

- a) modernização agrícola, substituição de culturas e diversificação agropecuária;
- b) concentração fundiária;
- c) distribuição da população para as cidades;
- d) inovações na articulação cidade/campo;
- e) a constituição do termo técnico-informacional.

TABELA 4: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA NO ESTADO, ENTRE 1960 E 2007.

Censo	População Total		População Urbana		População Rural	
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
1960	4.268.239	100,0	1.305.927	30,6	2.962.312	69,4
1970	6.929.868	100,0	2.504.378	36,1	4.425.490	63,9
Variação	2.661.629	62,4	1.198.451	91,8	1.463.178	49,4
1980	7.629.392	100,0	4.472.561	58,6	3.156.831	41,4
Variação	699.524	10,1	1.968.183	78,6	-1.268.659	-28,7
1991	8.448.713	100,0	6.197.953	73,4	2.250.760	26,6
Variação	819.321	10,7	1.725.392	38,6	-906.071	-28,7
2000	9.563.458	100,0	7.786.084	81,4	1.777.374	18,6
Variação	1.114.745	13,2	1.588.131	25,6	-473.386	-21,0
Contagem 2007	10.284.503	100,0	8.657.809	84,1	1.623.694	15,9
Variação	721.045		871.725		-153.680	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2009.

TABELA 5: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO NOROESTE PARANAENSE ENTRE OS ANOS DE 1970 E 2007.

1970	1980	1991	2000	Contagem 2007
962.798	746.472	695.509	641.048	652.605

Fonte: IBGE, 2009.

TABELA 6: POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO NOROESTE E ESTADO DO PARANÁ

	1991	2000	Contagem 2007
NOROESTE	695.509	641.048	652.605
PARANÁ	8.448.713	9.563.458	10.284.503

Fonte: IBGE, 2009.

TABELA 7: COMPARATIVO ENTRE AS MICRORREGIÕES NO NOROESTE DO PARANÁ POR POPULAÇÃO TOTAL ENTRE 1980 E 2000

Município	1980	1991	2000
-----------	------	------	------

Microrregião	Pop.	Pop.	Var (%)	Pop.	Var. (%)
Maringá	168.239	240.292	42,8	288.653	20,1
Total da Microrregião de Maringá	405.408	511.353	26,1	658.265	28,7
Campo Mourão	75.427	82.318	9,1	80.476	-2,2
Total da Microrregião de C. Mourão	425.050	395.576	-6,9	346.648	-12,4
Umuarama	100.545	100.249	-0,3	90.690	-9,5
Total da Microrregião de Umuarama	469.551	390.608	-16,8	383.203	-1,9
Paranavaí	65.290	71.052	8,8	75.750	6,6
Total da Microrregião de Paranavaí	243.380	230.800	-5,2	257.881	11,7
TOTAL MESORREGIÃO	712.931	621.408	-12,8	641.084	3,2

Fonte: IBGE, 2009.

2. CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO

A ação destruidora por parte do Homem é universal e milenar e se agravou no século XX em razão do desmedido crescimento das populações e o avanço tecnológico e científico. A dominação das águas, da terra, do espaço aéreo por parte das nações civilizadas provocou a devastação das florestas, exaurimento do solo, da fauna e poluição da água.

Diante dessa realidade e o crescimento de uma consciência ecológica, os Estados Modernos se viram obrigados a preservar e tutelar o meio ambiente. Meirelles (2001) alega que esta preservação é vital “para assegurar a sobrevivência das gerações futuras em condições satisfatórias de alimentação, saúde e bem-estar social”.

Desde as conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Encontro de Estocolmo 1972 e ECO Rio 1992), os países vêm criando mecanismos e políticas próprias de sustentabilidade para o futuro do meio ambiente no Planeta. A criação do Direito Ambiental, de órgão de administração pública e de instrumentos como a Agenda 21 Global e Agenda 21 Local, determinam que as políticas públicas de desenvolvimento econômico e social se processem de forma sustentável, durável, permitindo a sobrevivência tanto da espécie humana, como das demais espécies que habitam a terra, garantindo um futuro melhor para as próximas gerações.

No Brasil o meio ambiente tornou-se pauta constitucional a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, considerando “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (artigo 225 CF).

Aos Municípios compete “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas” (CF, artigo 23 VI) e “suplementar a legislação federal e estadual ambiental no que couber, conforme suas peculiaridades”.

A Lei Orgânica Municipal de Mirador, dizendo que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Município e à comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações”.

O aperfeiçoamento constante do Ministério do Meio Ambiente, órgão planejador e supervisor da Política Nacional do Meio Ambiente, a execução desta política pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA e a manutenção do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONAMA tem o objetivo de cumprir o mandamento constitucional.

O processo de urbanização acelerado nas últimas décadas no Brasil provocou alterações nas características do meio ambiente urbano. Este fato é comprovado pelas palavras de Mota, 1999 “as condições climáticas de uma região, o seu relevo, tipos e formações de solos, os recursos hídricos, a cobertura vegetal, os ecossistemas, entre outras, são características de um ambiente que estão relacionadas com a urbanização, influenciando no processo ou sendo modificadas por ele”. Mota (1999) ainda conclui que “o meio urbano é formado pelo ‘sistema natural’ (solo, vegetação, animais, água, etc.) e o ‘sistema antrópico’ constituído pelo homem e suas atividades, as quais estão intimamente inter-relacionadas”.

A criação do Ministério das Cidades, a retomada dos Planos Diretores Municipais e a aprovação da Lei Estadual 15.229/2006 contribui para a criação de indicadores com o intuito de padronizar as ações a nível municipal e local, e despertar a consciência para o quesito problemática urbana x meio ambiente.

Os bens naturais que esta ATI identificará são:

- unidades de conservação instituídas e a instituir;
- as áreas frágeis alagadas e alagáveis;
- as encostas de morros e elevações com declividade superior a 30%;
- as áreas de preservação permanente – APP;
- as áreas de amortecimento no entorno das unidades de conservação
- os morros, mangues e ilhas;
- corpos d água e suas matas ciliares.

Para reconhecer as características físicas da paisagem de Mirador, se busca entender as hipóteses de evolução climática, as características geomorfológicas, litológicas, pedológicas existentes, entre outros, capazes de testemunhar o processo evolutivo, apesar da flora, através do tempo, bem como o impacto antrópico sofrido pela ocupação e uso da terra.

Todos os indicadores ambientais de Mirador estão embasados no Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do Estado do Paraná, o Caderno Leituras Regionais – Mesorregião Noroeste e levantamentos no município.

2.1. CLIMA

O clima é o resultado de um processo complexo envolvendo atmosfera, oceano, superfícies sólidas (vegetadas ou não), apresentando enorme variabilidade no tempo e no espaço.

O Estado do Paraná é cortado em sua porção norte pela linha imaginária do Trópico de Capricórnio. Isto equivale dizer que $\frac{1}{4}$ do território está localizado em faixa de clima tropical e $\frac{3}{4}$ está localizado em faixa de clima subtropical.

No clima tropical ocorre a alternância de estação seca e chuvosa, sendo que no inverno atuam as massas de ar frias e secas e no verão atuam as massas de ar originadas nos mares quentes. A precipitação média é de 1.300 a 1.500 mm/ano. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22° C e a dos meses mais frios é inferior a 18° C.

O clima subtropical é uma transição do clima tropical, com verões quentes e inverno ameno, chuvas bem distribuídas o ano inteiro e estações bem definidas. As precipitações têm uma média entre 1.600 e 1.900 mm/ano.

A linha imaginária do Trópico de Capricórnio corta pela metade a Mesorregião Noroeste paranaense, cruzando com o Rio Ivaí. Através desta análise verificamos que Mirador está localizada em área de clima tropical, com temperaturas médias mais quentes que no restante do Estado.

Vladimir Köppen entendia que clima são o estado médio e a evolução habitual do tempo de um determinado lugar. Trewartha & Horn (1980) traduziram este conceito: “o sistema de classificação climática de Köppen, baseado na vegetação, temperatura e pluviosidade, apresenta um código de letras que designam grandes grupos e subgrupos climáticos, além de subdivisões para distinguir características estacionais de temperatura e pluviosidade”.

Pela posição geográfica ocupada, o estado do Paraná normalmente encontra-se sob domínio da circulação do atlântico, representada pelo Anticiclone Tropical Marítimo – semi-estacionário – que provoca a formação de ventos vindos de leste, geralmente fracos. Isto resulta na destacada dominância, quase que durante todo o ano, de ventos daquela direção, os quais devido à conformação de relevo, Serra do Mar – Escarpa Devoniana –

Serra “Geral” e vales das principais bacias hidrográficas, podem em algumas regiões sofrer uma deflexão ora tendência para o Quadrante Norte, ora para o Quadrante Sul.

De acordo com a classificação climática de Köppen, o IPARDES cita o trabalho do geógrafo Rennhard Maack, que conceituou os aspectos climáticos da Mesorregião Noroeste:

Na maior parte do território ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), com verões frescos, geadas severas e freqüentes, sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C, e, dos meses mais frios, inferiores a 18°C (...). Ao longo dos vales dos rios Ivaí, Piquiri, Paraná e Paranapanema ocorrem o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes, geadas pouco freqüentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão. Apresenta temperatura média anual dos meses mais quentes superior a 22°C, e dos meses mais frios inferior a 18°C, chuvas entre 1.600 e 1.900 mm, e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica.

Em síntese, de acordo com a classificação climática de Köppen, o município de Mirador apresenta um clima do tipo **Cfa** - subtropical úmido mesotérmico, apresentando verões quentes e geadas pouco freqüentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C e a dos meses mais frios é inferior a 18°C. A precipitação média é de 1.600 mm. O índice médio de umidade relativa do ar é de 50% a 80%. Mirador está ao norte do Trópico de Capricórnio, não estando localizada na serra do mar e/ou da escarpa devoniana (Pranchas 05 a 11).

PRANCHA 5: CLIMA SEGUNDO KOPPEN

PRANCHA 6: TEMPERATURA MÉDIA ANUAL

PRANCHA 7: TEMPERATURA MÉDIA MÁXIMA

PRANCHA 8: TEMPERATURA MÉDIA MÍNIMA

PRANCHA 9: PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL

PRANCHA 10: UMIDADE RELATIVA ANUAL

PRANCHA 11: INDICAÇÃO DA DIREÇÃO DOS VENTOS

2.2. CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA

O relevo do Estado do Paraná caracteriza-se pela frequência de terrenos de baixada no litoral, onde predomina as planícies de aluvião, e a existência de planaltos e serras de formações rochosas cristalinas, como a escarpa da Serra do Mar. Seu relevo é dos mais expressivos, pois 52% do território ficam acima dos 600m e apenas 3% abaixo dos 300m. No relevo paranaense distinguem-se cinco unidades geomorfológicas que se seguem de leste para oeste, de acordo com os trabalhos de Rennhard Maack (Prancha 12):

- a) Litoral;
- b) Escarpa da Serra do Mar;
- c) Primeiro Planalto - Curitiba (Planalto Cristalino);
- d) Segundo Planalto - Ponta Grossa (Planalto Paleozóico);

e) Terceiro Planalto - Guarapuava (Planalto do Trapp do Paraná).

O terceiro planalto, conhecido também como Planalto de Guarapuava, ocupa cerca de 2/3 da área mais a oeste do Estado. Corresponde geologicamente ao derrame de rochas eruptivas como basalto, diabásicos, meláfiros e aos depósitos de arenitos (Botucatu e Caiuá), da era Mesozóica. O relevo do Terceiro Planalto são as Cuestas, típico de rocha sedimentar.

Tendo por base os rios Itararé, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, o Terceiro Planalto pode ser dividido nos seguintes blocos:

- a) Rio Tibagi /Rio Itararé – sub-planalto Cambará, conhecido também como São Jerônimo;
- b) Rio Tibagi/ Rio Ivaí – sub-planalto Apucarana;
- c) Rio Ivaí/Rio Piquiri – sub-planalto Campo Mourão;
- d) Rio Piquiri/ Rio Iguaçu – Planalto de Guarapuava;
- e) Rio Iguaçu/ Serra da Fartura (divisa PR/SC) Planalto de Palmas.

A Mesorregião Noroeste está localizada em toda a sua extensão territorial, no Terceiro Planalto, mais precisamente no sub-planalto Apucarana e sub-planalto Campo Mourão. Segundo Muzilli apud IPARDES (2004), na porção do Terceiro Planalto onde está localizada a Mesorregião Noroeste encontra-se a formação arenito Caiuá, camada de origem eólica que se depositou sobre o derrame de Trapp e deu origem a solos com baixo teor de argila, com baixa ocorrência de metais pesados e textura arenosa, com grande vulnerabilidade quanto à erosão hídrica (Prancha 12).

A Formação Paranaíba ocorre capeando quase que a totalidade da Formação Caiuá. Nakashima (1999) afirma que sua origem está ligada a processos deposicionais colúvio-aluvionares do material remobilizado da Formação Caiuá. A Formação Caiuá é extremamente suscetível à erosão, sendo que o manejo incorreto pode acarretar profundas voçorocas.

Mirador está localizado na unidade geomorfológica Terceiro Planalto – sub-planalto Apucarana, coberta pela camada de origem eólica denominada Formação Caiuá e com depósitos de aluviões recentes. Recobrimo planícies de inundação marginais aos rios e ilhas principalmente no Rio Ivaí. Segundo o mapa do Anuário Estatístico do Estado do Paraná – 2005 – geologia, mapa sobre geologia do Zoneamento Ecológico Econômico.

O perfil geomorfológico predominante de Mirador é caracterizado por um relevo plano a suavemente ondulado. As cotas variam entre 255m e 432m de altitude, sendo 300m na sede urbana. A declividade do município também é bastante regular. Em sua

grande maioria, a área urbana apresenta declividade abaixo de 10%, o que a configura como uma cidade plana a suavemente ondulada.

FIGURA 3: ZONA RURAL



Foto: Stella V. Magalhães, 2009.

PRANCHA 12: GEOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ

2.3. ASPECTOS PEDOLÓGICOS

De acordo com o agrônomo russo Dokoutchaev o solo é resultante das ações do clima e organismos sobre a rocha e o relevo e que a maior evolução destes solos está relacionada com o tempo geológico.

A doutrina especializada demonstra vários métodos analíticos voltados à pedologia para caracterizar as propriedades dos solos. Nakashima (1999) diz que a abordagem, baseada nas relações solos x fatores de meio deu aos estudos do solo uma característica mais atualista.

Os solos da Mesorregião Noroeste apresentam relação estreita com o relevo (declividades das vertentes) e a rocha (características físicas, químicas e mineralógicas). (SANTOS, M. L; NAKASHIMA, P. et al, 1999).

O substrato geológico de Mirador é composto da Formação Arenito Caiuá e de sedimentos recentes depositados nos leitos dos rios. As variações do clima, do tempo e da topografia produzem diferentes tipos de solos em Mirador (Prancha 13).

Nas áreas com substrato geológico Arenito com relevo plano a suave ondulado ocorre os Latossolos Vermelhos de textura média a arenosa. E nas áreas de relevo suave ondulado a ondulado ocorrem os Argissolos Vermelhos de textura Argilosa. Nas áreas de formação sedimentar mais recente ocorre o Neossolo Flúvico.

Constata-se no território municipal a presença de fenômenos erosivos, atingindo a cobertura pedológica, provocando sulcos e ravinas na zona rural, resultado da falta de curvas de nível e mata ciliar. Este problema está sendo resolvido com trabalho de conscientização e apoio da secretaria de agricultura e EMATER.

FIGURA 4: PROCESSOS EROSIVOS EM MEIO A PASTAGEM



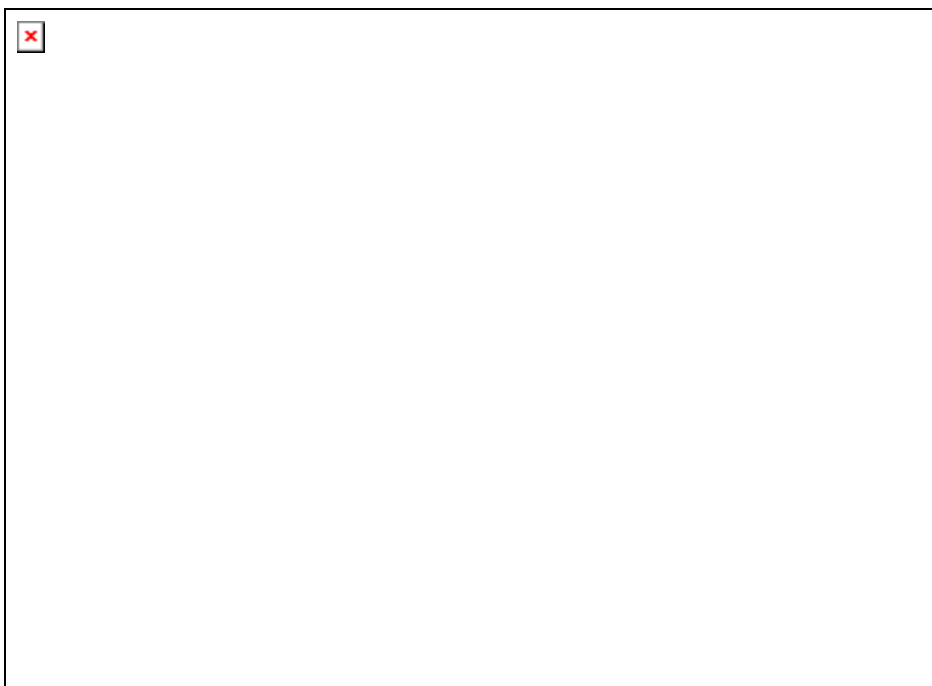
Foto: Cristina A. Oliveira, 2009.

FIGURA 5: USO POTENCIAL DO SOLO



Fonte: IPARDES – 2004.

FIGURA 6: ÁREAS POTENCIAIS À DEGRADAÇÃO DO SOLO



Fonte: ZEE, 2006.

PRANCHA 13: SOLOS DO MUNICÍPIO DE MIRADOR

2.4. TOPOGRAFIA

A Topografia é a ciência que estuda todos os acidentes geográficos definindo a situação e a localização deles numa área qualquer. Tem a importância de definir as medidas de área, localização, loteamento, variações de nível e cubagem de terra.

O termo só se aplica a áreas relativamente pequenas, sendo utilizado o termo geodésia quando se fala de áreas maiores. Para isso são usadas coordenadas que podem ser duas distâncias e uma elevação, ou uma distância, uma elevação e uma direção.

As zonas consideradas estáveis correspondem às áreas de topo dos interflúvios e setores de alta vertente com fracas declividades são as mais favoráveis à ocupação pelas condições topográficas, contudo, dada a grande susceptibilidade erosiva dos solos, também devem ser tomados os cuidados necessários para o controle do escoamento superficial.

A topografia municipal é caracterizada pela declividade e ou inclinação das vertentes de um território no que diz respeito à planialtimetria.

Levando em consideração o perfil topográfico transversal de Mirador, verificamos que a altimetria tem a menor altitude no Rio Ivaí, com 255m e a maior altitude a norte do município no divisor dos Ribeirões Paixão e Paranaíba, na fronteira com o município de Paranaíba, com 432m de altitude.

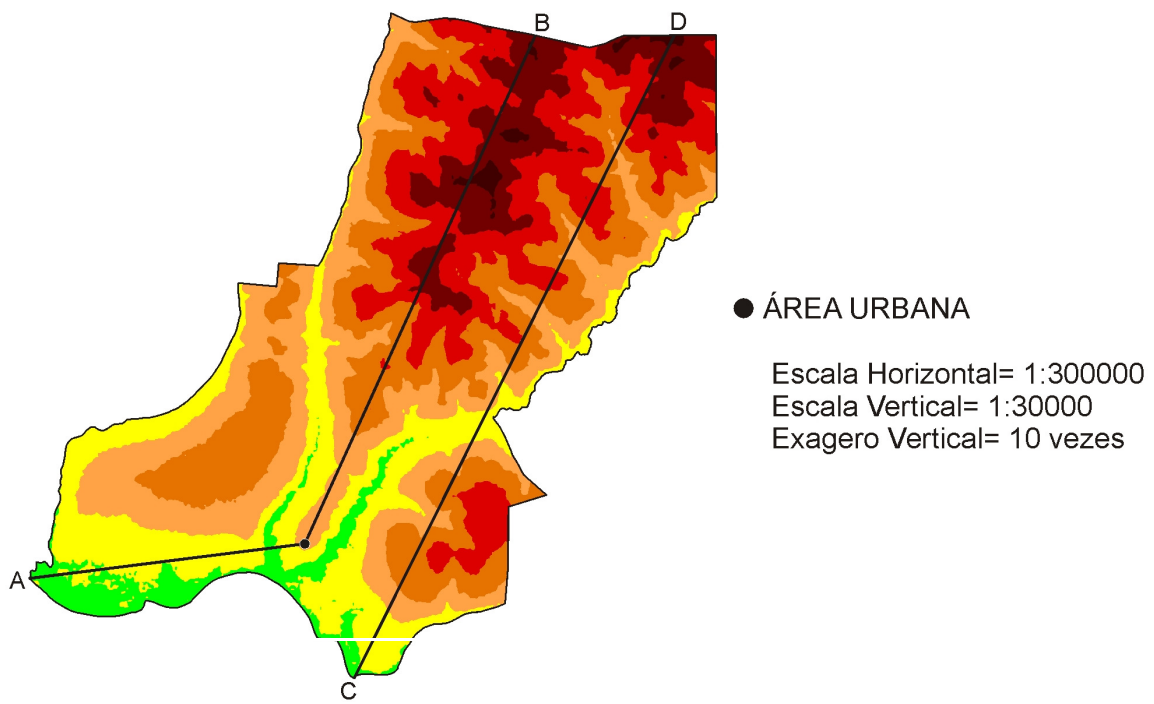
O perímetro urbano de Mirador está em zonas consideradas estáveis. Estas zonas correspondem às áreas de topo dos interflúvios e setores de alta vertente com fracas declividades são as mais favoráveis à ocupação pelas condições topográficas, contudo, dada a grande susceptibilidade erosiva dos solos, também devem ser tomados os cuidados necessários para o controle do escoamento superficial (Prancha 14 a 16).

FIGURA 7: VISTA PANORÂMICA DA ÁREA URBANA



Foto: Cristina A. Oliveira, 2009.

FIGURA 8: PERFIL TOPOGRÁFICO MUNICIPAL



Fonte: Elaborado pela consultoria com dados da SRTM/ NASA – 2005.

PRANCHA 14: DECLIVIDADE MUNICIPAL

PRANCHA 15: DECLIVIDADE URBANA

PRANCHA 16: HIPSOMETRIA MUNICIPAL

2.5. CONDICIONANTE GEOTÉCNICO

A área que é delimitada pelo perímetro urbano de Mirador apresenta como condicionante geotécnico que limita a atividade urbana a área de preservação permanente dos ribeirões Paixão e Paranaíba. A área urbana não apresenta nenhum quadro erosivo grave e o cemitério não está localizado em área central, contudo, este se localiza em área topográfica desfavorável, apresentando problemas de erosão, onde alguns túmulos já foram levados pela enxurrada.

Quanto à rodovia PR 559 que liga o perímetro urbano de Mirador a Paraíso do Norte não há problemas resultantes de tráfego intenso. Porém, existe tráfego constante de veículos pesados.

2.6. RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE DA ÁGUA

O sistema hidrográfico delimitado pelas bacias hidrográficas constitui-se da unidade territorial de planejamento sustentável. As diretrizes espaciais e econômicas devem levar em conta o sistema natural integrado, ou seja, quando um rio é alterado ou a impermeabilização excessiva do solo em uma área provoca o escoamento de águas para outras, essa corre o risco de sofrer com as enchentes, além de afetar o equilíbrio da biota.

A bacia hidrográfica, como unidade geográfica, é ideal para se caracterizar, diagnosticar e planejar o uso do solo e de seus recursos, concomitante com o conhecimento de fatores sócio-econômicos e sócio-espaciais. Para tanto, se faz necessário conceituar essa nova unidade.

Segundo Faustino (1996)

(...) a bacia hidrográfica é uma unidade geográfica, ou uma área, compreendida entre divisores de água, onde existe um sistema de drenagem superficial que concentra suas águas num rio principal o qual está ligado a um rio maior, lago ou ao mar. É toda uma área de captação da água da chuva que escoam superficialmente para um rio ou um tributário. O rio principal, que dá nome à bacia, recebe contribuição de seus afluentes, sendo que cada um deles apresenta inúmeros tributários menores, alimentados direta ou indiretamente por nascentes. Assim, em uma bacia existem várias sub-bacias e muitas micro-bacias (FAUSTINO, 1996, p. 60).

Para este trabalho será adotada a classificação das bacias hidrográficas de acordo com o grau de concentração da rede de drenagem: sub-bacia e micro-bacias, também conhecidas como bacias secundárias e terciárias. Ainda conforme Faustino, a sub-bacia é toda área com drenagem direta ao curso principal da bacia, onde várias sub-bacias formam uma bacia hidrográfica; a micro-bacia é toda área com drenagem direta ao curso principal de uma sub-bacia, enquanto várias micro-bacias formam uma sub-bacia. Também será adotado como micro-bacias parte de uma sub-bacia que contenha apenas pequenos afluentes e que se localiza dentro dos limites municipais, objetivando, com isso, diagnosticar pequenas parcelas do município e formular políticas ambientais a nível municipal.

As micro-bacias são consideradas como unidades fundamentais para a conservação e o manejo, uma vez que a característica ambiental de uma bacia reflete o somatório ou a sinergia das intervenções ocorridas no conjunto das micro-bacias nela contidas. Por se tratar de um sistema, as partes não coexistem isoladamente, assim as micro-bacias devem ser pensadas como partes de um conjunto maior, que não podem

ser analisadas fora do seu sub-sistema, ou seja, as micro-bacias e as sub-bacias devem ser trabalhadas conjuntamente.

De acordo com a classificação apresentada, será feito uma análise do complexo hidrográfico do Estado do Paraná, Mesorregião Noroeste e do Município de Mirador.

2.6.1. POTENCIAL HÍDRICO DO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná tem uma rede hidrográfica presidida por regime fluvial, subtropical, bem regular. Os rios são alimentados por chuvas, perenes, com excelente potencial hidrelétrico e ótimo sistema de drenagem. O Estado apresenta 02 sistemas hidrográficos bastante característicos onde se distinguem:

- A Bacia Atlântica, com rios desaguando diretamente no Oceano Atlântico;
- A Bacia do Rio Paraná, com 186.321km, tendo como seus principais afluentes (paranaenses) o Rio Paranapanema, Piquiri, Iguaçu, Ivaí, entre outros, percorrendo o sentido leste-oeste.

Devido à declividade do relevo paranaense, 92% das águas fluviais se dirigem para a bacia do Rio Paraná tornando-a a mais importante do Sul do país, com grande potencial hidráulico. Os outros 8% seguem à bacia litorânea (Prancha 17).

As grandes bacias hidrográficas do Estado do Paraná são:

- a) Bacia Atlântica
 - Bacia Litorânea;
 - Bacia do Rio Ribeira;
- b) Bacia do Rio Paraná
 - Bacia do Rio Itararé;
 - Bacia do Rio das Cinzas;
 - Bacia do Rio Paranapanema;
 - Bacia do Rio Tibagi;
 - Bacia do Rio Pirapó;
 - Bacia do Rio Ivaí;
 - Bacia do Rio Piquiri;
 - Bacia do Rio Iguaçu;
 - Bacia do Rio Paraná.

2.6.2. POTENCIAL HÍDRICO DA MESORREGIÃO NOROESTE

Com relação ao potencial hídrico das águas superficiais, a Mesorregião Noroeste é favorecida pela presença de quatro bacias hidrográficas, dos rios Paraná, Ivaí, Piquiri e Paranapanema, todos com curso parcial na mesorregião:

- a) Rio Paraná – 216,7 km, com seu curso se encontrando no trecho da Mesorregião Noroeste, repletos de ilhas e amplas várzeas ou campos de inundação;
- b) Rio Paranapanema – 133,5 km, se localizando neste trecho a Usina Hidroelétrica de Rosana, pertencente ao Estado de São Paulo;
- c) Rio Ivaí – 240,8 km, se localizando na mesorregião a foz do Rio Ivaí, que deságua no Rio Paraná;
- d) Rio Piquiri – 120 km, dividindo as mesorregiões Noroeste e Oeste, vindo à desaguar no Rio Paraná.

2.6.3. POTENCIAL HÍDRICO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR

De acordo com a classificação apresentada, o Município de Mirador situa-se totalmente na zona fisiográfica da bacia do Rio Ivaí. Todos os córregos e ribeirões correm em direção ao Rio Ivaí. A drenagem predominante nas micro-bacias onde se insere o município é do tipo dentrítico com orientação norte-sul das sub-bacias e microbacias e leste-oeste dos pequenos afluentes (Prancha 18).

A expansão da cafeicultura e posteriormente da mandioca, cana-de-açúcar e da bovinocultura, levou a região noroeste do Paraná ao total desmatamento, inclusive as Áreas de Proteção Permanente - APP (nascentes dos córregos e sua mata ciliar nas margens dos rios). Desta forma, o agrotóxico utilizado nas lavouras e no solo sem a devida proteção vegetal é levado pela enxurrada das chuvas, causando a contaminação e o assoreamento dos córregos.

Nas áreas afetadas de várzeas e fundos de vales sujeitos ao assoreamento, os processos ativos devem ser corrigidos e contidos através de obras específicas, quando necessário, e do controle da drenagem superficial e subterrânea, e reflorestamento das áreas marginais para evitar a evolução remontante dos processos erosivos. Conforme a tabela a seguir, foram identificados assoreamento do corpo d'água por causa da degradação da mata ciliar e do tipo de solo da região.

TABELA 8: ASSOREAMENTO DE CORPO D'ÁGUA NA MUNICIPALIDADE DE MIRADOR

Assoreamento de corpo d'água	Sim
------------------------------	-----

Aterro das margens	Não
Atividade de mineração/arrimmo	Não
Degradacão da mata ciliar	Sim
Desmatamento	Sim
Erosão e/ou deslizamento de encostas	Sim
Expansão de atividade agrícola	Sim
Outra causa de Assoreamento	Não

Fonte: Prefeitura Municipal de Mirador, 2010.

Com relação à qualidade das águas, localizam-se na mesorregião sete pontos de monitoramento do Índice de Qualidade das Águas Superficiais (IQA). De acordo com os relatórios da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA, os pontos de monitoramento:

Estão localizados no Rio Ivaí e seus afluentes. Nestes locais as águas enquadram-se na categoria boa (IQA entre 52 e 79), sendo considerados locais com águas moderadamente comprometidas. O Rio Piquiri tem um curso total de 485 km, dos quais 140,6 km encontram-se na região. Na bacia do Piquiri, a qualidade das águas apresentou IQA entre 52-79 na categoria considerada boa, sendo classificada como moderadamente comprometida. De seus afluentes no Rio Goioerê, o IQA ficou entre 52 e 79, assinalando águas de qualidade boa, e no Rio Xambê o índice de qualidade das águas variou de moderadamente comprometido a comprometido (IQA entre 37 e 79), indicando águas com qualidade de boa a aceitável (SUDHERSA apud IPARDES, 2004, p. 24).

Em relação à exposição das vertentes é importante salientar que, o mapa a seguir (Prancha 20) apresenta em azimutes os rumos Norte, Leste, Sul e Oeste e as áreas planas que não tem uma exposição definida, os graus definidos e agrupados nestes quadrantes foram: Norte de 315° a 45°, Leste de 45° a 135°, Sul de 135° a 225° e Oeste de 225° a 315°. Esta orientação determina o sentido de escoamento da água ao longo da vertente superficialmente e subsuperficialmente, ou seja, este processo faz parte da rede de drenagem.

A exposição das vertentes demonstra a questão da insolação dependendo da orientação da face. Geralmente as faces leste e oeste recebem maior insolação seguida da face norte e com menor insolação a face sul isto devido a posição de Mirador em relação à terra. No caso da insolação os terrenos voltados para face leste recebem radiação solar direta por toda parte da manhã, aquecendo a planta, enxugando o orvalho e favorecendo a fotossíntese. A face oeste recebe a radiação no período da tarde. Ao

longo do ano a incidência varia no sentido norte aumentando a insolação nesta face, geralmente a face sul é a que menos recebe radiação solar.

Em Mirador, a exposição das vertentes é influenciada principalmente pela rede de drenagem, no caso esta não é muito densa e fica claro o seu papel. A maior parte dos rios no município tem orientação norte-sul ou noroeste-sudeste e há maior predominância de faces leste e oeste como os ribeirões Paixão e Paranaíba. Quando os rios têm orientação leste-oeste há predominância das faces norte e sul.

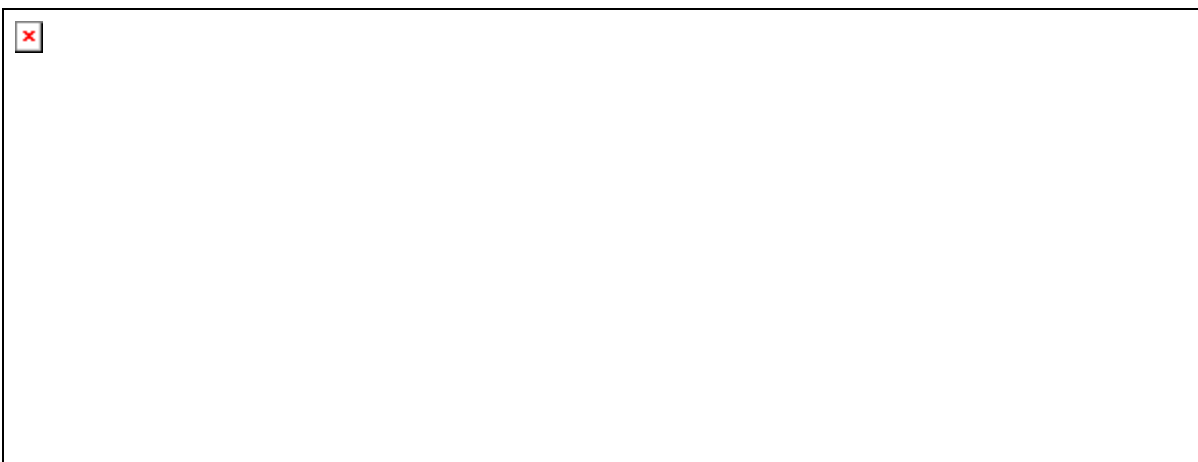
A posição do Rio Ivaí ao sul do município influencia nas faces sul, próximas a ele e nos afluentes de leste para oeste de predomínio da face sul. Também existem grandes áreas planas que recebem uniformemente a radiação solar durante o dia e durante o ano.

FIGURA 9: MARGEM DO RIBEIRÃO DO LICA



Foto: Cristina A. Oliveira, 2009.

FIGURA 10: HIDROGRAFIA, BACIAS E IQA



Fonte: IPARDES, 2004.

PRANCHA 17: LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARANAENSES

PRANCHA 18: SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO

PRANCHA 19: DRENAGEM MUNICIPAL

PRANCHA 20: EXPOSIÇÃO DE VERTENTES NO MUNICÍPIO

2.7. PONTOS DE POLUIÇÃO

Em sentido amplo, poluição é toda alteração das propriedades naturais do meio ambiente causada por agente de qualquer espécie, prejudicial à saúde, à segurança ou ao bem-estar da população sujeita aos seus efeitos.

De modo geral, as concentrações populacionais, as indústrias, o comércio, os veículos motorizados e até a agricultura e a pecuária produzem alterações no meio ambiente. Estas alterações só merecem combate quando se tornam intoleráveis e prejudiciais à comunidade, caracterizando poluição reprimível.

O legislador federal tem buscado estabelecer regras de proteção ao meio ambiente e coibir atividades poluidoras, com critérios e padrões técnicos uniformes em todo território nacional, servindo de diretrizes para as normas estaduais e municipais.

Meirelles (2001) leciona a respeito:

Impõe-se, ainda, a fixação de uma política geral descontrolada de poluição, uniforme e realística, que leve em consideração não só a preservação ambiental, como também as determinantes do desenvolvimento local, regional e nacional, para a correta localização das atividades poluidoras, a situação das indústrias e do comércio já instalados, os meios técnicos de contenção ou eliminação dos elementos poluentes e os estímulos do poder público para o combate à poluição, a fim de se obter o equilíbrio ecológico e econômico, num amparo recíproco dos interesses coletivos e dos direitos individuais, protegendo a comunidade sem aniquilar a iniciativa privada, propulsora do desenvolvimento nacional (MEIRELLES, 2001, p. 545).

A Mesorregião Noroeste apresenta grande suscetibilidade em comprometer-se ambientalmente, tanto pelas condições naturais do solo quanto pela urbanização, que implica densificação populacional e concentração de atividades econômicas, em particular com segmentos agroindustriais marcadamente poluidores. Em Mirador segundo a Secretaria de Agricultura não existem pontos de poluição.

As tabelas a seguir dão uma noção das condições ambientais de Mirador:

TABELA 9: POLUIÇÃO DO AR EM MIRADOR

Poluição do ar	
Poluição do Ar	Não
Atividade agropecuária	Não
Atividade industrial	Não
Incineração de lixo	Não
Mineração	Não
Odores de lixo	Não
Queimadas	Não
Termoelétrica	Não
Veículos automotores	Não
Vias não pavimentadas	Não
Outros tipos	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002 e EMATER.

TABELA 10: POLUIÇÃO DO RECURSO D'ÁGUA EM MIRADOR

Poluição do recurso água	
Poluição da Água	Não
Mineração/garimpo	Não
Combustível e óleo	Não
Criação de animais	Não
Despejo de vinhoto	Não
Despejo resíduos industriais	Não

Despejo esgoto doméstico	Não
Resíduos sólidos/ lixo	Não
Ocupação irregular curso d'água	Não
Ocupação irregular áreas de lençóis subterrâneos	Não
Por uso de agrotóxico ou fertilizante	Não
Outros tipos	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002 e EMATER.

TABELA 11: AÇÕES DE CONTROLE DA POLUIÇÃO

Ações de controle da poluição	
Fiscal/combate ao despejo resíduos domésticos	Sim
Fiscal/combate ao despejo resíduos industriais	Não
Fiscal/controle atividades industriais poluidoras	Não
Fiscal/controle atividades extrativas	Não
Fiscal/combate poluição veículos automotores	Não
Gestão de resíduos tóxicos	Não
Implantação /operação de estação de qualidade do ar	Não
Implantação de aterros sanitários	Não
Programa coleta seletiva do lixo	Não
Reciclagem de lixo	Não
Outras	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente, 2002.

TABELA 12: CONTAMINAÇÃO DO SOLO EM MIRADOR

Contaminação do solo	Não
Extração mineral	Não
Atividade pecuária	Não
Chorume	Não
Aterro Sanitário	Não
Resíduos tóxicos e/ou metais pesados	Não
Resíduos de unidades de saúde	Não
Uso de fertilizantes e agrotóxicos	Não
Outros tipos	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente, 2002.

2.8. COBERTURA FLORESTAL E VEGETAÇÃO

O Estado do Paraná apresenta um quadro botânico bem diversificado, com várias características peculiares e área de transição, composta de florestas e campos. Entre as florestas mais conhecidas temos a Floresta Ombrófila Mista, conhecida como Mata das Araucárias, Floresta Ombrófila Densa, conhecida como Mata Atlântica (Serra do Mar) e Floresta Estacional Semidecidual, conhecida como Floresta Fluvial Tropical (Prancha 21).

De acordo com o Caderno Leituras Regionais do IPARDES:

A mesorregião encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos, dos quais a Floresta Estacional Semidecidual (FES) é dominante, ocorrendo, ainda, Campos Inundáveis, nas zonas de várzeas dos vales de rios, e, em proporções muito reduzidas, as Estepes. Segundo o levantamento fitogeográfico feito por Maack (1950), a cobertura vegetal original da Mesorregião Noroeste era formada em 98% por FES, sendo que, desta formação, 83,2% era original, 4,6% estava alterada e 10,2% era do tipo FES aluvial, 1,8% por Campos Inundáveis e 0,2% por Estepe. Os desmatamentos ocorridos decorrentes da ocupação do território determinaram uma redução nos recursos florestais, restando atualmente apenas 101.875,80 hectares de cobertura florestal, que correspondem a 4,1% da cobertura original da região. O total da área florestal ainda existente representa 4,0% da cobertura florestal do Estado, posicionando a região em sétimo lugar na contribuição da cobertura florestal do Paraná (IPARDES, 2004, pg. 12).

A cobertura vegetal do município de Mirador é caracterizada pela Floresta Estacional Semidecidual com alguns remanescentes preservados em estágio primário ou secundário.

PRANCHA 21: COBERTURA VEGETAL DO PARANÁ

PRANCHA 22: COBERTURA VEGETAL ORIGINAL DO MUNICÍPIO

2.9. ÁREA DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PERMANENTE

Unidade de Conservação (UC), Área de Proteção Ambiental – APA e Área de Proteção Permanente são definições encontradas na lei n.º4.771/1965 – Código Florestal e que regulamenta a questão ambiental:

Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:
- 1) De 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
 - 2) De 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
 - 3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
 - 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
 - 5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
- b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- c) Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
- d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) Nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.

As Unidades de Conservação são definidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA como “porções delimitadas do território nacional especialmente protegida por lei, pois contém elementos naturais de importância ecológica ou ambiental”. Observam-se suas características naturais e estabelecendo os principais objetivos de conservação e o grau de restrição à intervenção antrópica. São categorias de Unidade de Conservação previstas por lei: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Reserva Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista e Área de Relevante Interesse Ecológico.

Conforme o IPARDES (2004), na Mesorregião Noroeste existe 42 Unidades de Conservação, “destas 35 são de proteção integral dos governos estadual e municipal e 07 Unidades de Conservação de Uso Sustentável”, conforme demonstra a tabela a seguir. Destaca-se o Parque Nacional de Ilha Grande, o Parque Estadual de Amaporã e Estação Ecológica do Caiuá.

TABELA 13: ÁREA, LOCALIZAÇÃO E ÂMBITO DE GOVERNO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) DA MESORREGIÃO NOROESTE – PARANÁ – 2003.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA TOTAL(ha)
De proteção Integral			
Parque Nacional de Ilha Grande	Federal	Altônia, Guairá, Icaraíma, São Jorge do Patrocínio, alto Paraíso (antigo Vila Alta)	78.875,00
Estação Ecológica do Caiuá	Estadual	Diamante do Norte	1.427,30
Parque Estadual de Amaporã	Estadual	Amaporã	204
RPPN Estadual Fazenda São José	Estadual	Alto Paraná	66,6
RPPN Estadual Fazenda Bararuba	Estadual	Alto Paraná	359,3
RPPN Estadual Fazenda Leonora	Estadual	Alto Paraná	25,3
RPPN Estadual Agropecuária Manaim	Estadual	Cruzeiro do Oeste	198,7
RPPN Estadual Fazenda Urupês (Mata do Sestito)	Estadual	Cruzeiro do Oeste	274,6
RPPN Est. Fazenda Nova Paranapoema	Estadual	Jardim Olinda	159,7
RPPN Estadual Fazenda Matão	Estadual	Loanda	607,9
RPPN Estadual Fazenda Kondo II	Estadual	Nova Londrina	87
RPPN Estadual Fazenda Kondo I	Estadual	Nova Londrina	62,8
RPPN Estadual São Bento	Estadual	Paraíso do Norte	167,1
RPPN Estadual Fazenda Duas	Estadual	Planaltina do Paraná	173,2
RPPN Estadual Fazenda Santa Fé	Estadual	Querência do Norte	525,1
RPPN Estadual Fazenda Santa Francisca	Estadual	Querência do Norte	545,3
RPPN Estadual Fazenda da Mata	Estadual	Querência do Norte	137,1
RPPN Est. Fazenda São Pedro/Bento		Santa Cruz do Monte Castelo	162,6
RPPN Estadual Fazenda Taquaritinga	Estadual	Santa Isabel do Ivaí	36,3
RPPN Estadual Fazenda Santa Fé do Ivaí	Estadual	Santa Isabel do Ivaí	127,8
RPPN Est. Faz. Mos. – Mata dos Volpon IV	Estadual	Santa Mônica	291,8
RPPN Est. Faz. Mos. - Mata dos Volpon III	Estadual	Santa Mônica	263,6
RPPN Est. Faz. Mos. - Mata dos Volpon II	Estadual	Santa Mônica	330,4
RPPN Est. Faz. Mos. - Mata dos Volpon I	Estadual	Santa Mônica	309,9
RPPN Estadual Fazenda Paranhos	Estadual	São Carlos do Ivaí	43,1
RPPN Est. Faz. Caraguatatiba da Divisa	Estadual	São Manoel do Paraná	222,3
RPPN Estadual Ikatú Agropecuária Ltda.	Estadual	São Pedro do Paraná	135
Parque Municipal Água da Bica	Municipal	Alto Piquiri	3,6
Parque Municipal Cinturão Verde	Municipal	Cianorte	21
Parque Municipal Danilo Marques Moura	Municipal	Goioerê	17,5
Parque Municipal Primavera	Municipal	Iporã	21,6
Bosque Municipal de Nova Londrina	Municipal	Nova Londrina	4,2
Bosque Municipal	Municipal	Paraíso do Norte	1
Bosque Municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	20,2
Parque dos Xetas	Municipal	Umuarama	20
Total			85.927,70

Fonte: Leituras Regionais do IPARDES – 2004.

Conforme a EMBRAPA a Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de UC, voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. A tabela abaixo, elaborada pelo IPARDES, relaciona as Áreas de Preservação Permanente na Mesorregião Noroeste.

TABELA 14: ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA MESORREGIÃO NOROESTE

UNIDADE	DE	ÂMBITO DE	LOCALIZAÇÃO	ÁREA
---------	----	-----------	-------------	------

CONSERVAÇÃO	GOVERNO		TOTAL(ha)
De Uso Sustentável			
APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	Federal	Altônia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta, Icaraíma, Diamante do Norte, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, Querência do Norte e São Pedro do Paraná	174.900,00
APA Municipal de Vila Alta	Municipal	Alto Paraíso	15.890,00
APA Municipal de Xambê	Municipal	Francisco Alves e Iporã	10.319,70
APA Municipal de Altônia	Municipal	Altônia	19.623,00
APA Municipal de Icaraíma	Municipal	Icaraíma	2.000,00
APA Municipal São Jorge do Patrocínio	Municipal	São Jorge do Patrocínio	16.483,00
Porto Florestal paraíso do Norte	Municipal	Paraíso do Norte	1,2
Total			439.218,90

Fonte: Leituras Regionais do IPARDES – 2004.

Conforme dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em Mirador não há até o presente momento alguma Unidade de Conservação (UC).

A figura abaixo mostra as regiões fitogeográficas, a cobertura vegetal, as áreas de reflorestamento, unidades de conservação, corredores de biodiversidade, terras indígenas demarcadas e as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade.

FIGURA 11: ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



Código	Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade
319	Parque Nacional da Ilha Grande
321	Mata do Godoy
323	Parque Nacional do Iguaçu
324	Rio Guarani
419	Juréia – Paranaguá
420	Ilha de Figueira
421	Ilha do Mel
423	Ilha dos Currais
424	Itapoá – Guaratuba
500	Médio Rio Tibagi
504	Várzeas e cabeceiras do Rio Iguaçu/ Vila Velha
507	Médio Rio Iguaçu – Guarapuava
508	Planalto Leste (SC/PR)
502	Campos Gerais
322	Vila Rica
501	Alto Médio Rio Tibagi/ Alto Rio Iguaçu
505	São Mateus do Sul II
506	São Mateus do Sul I
325	Giacometi
422	Tijucas do Sul
503	Nascentes do Rio Piquiri

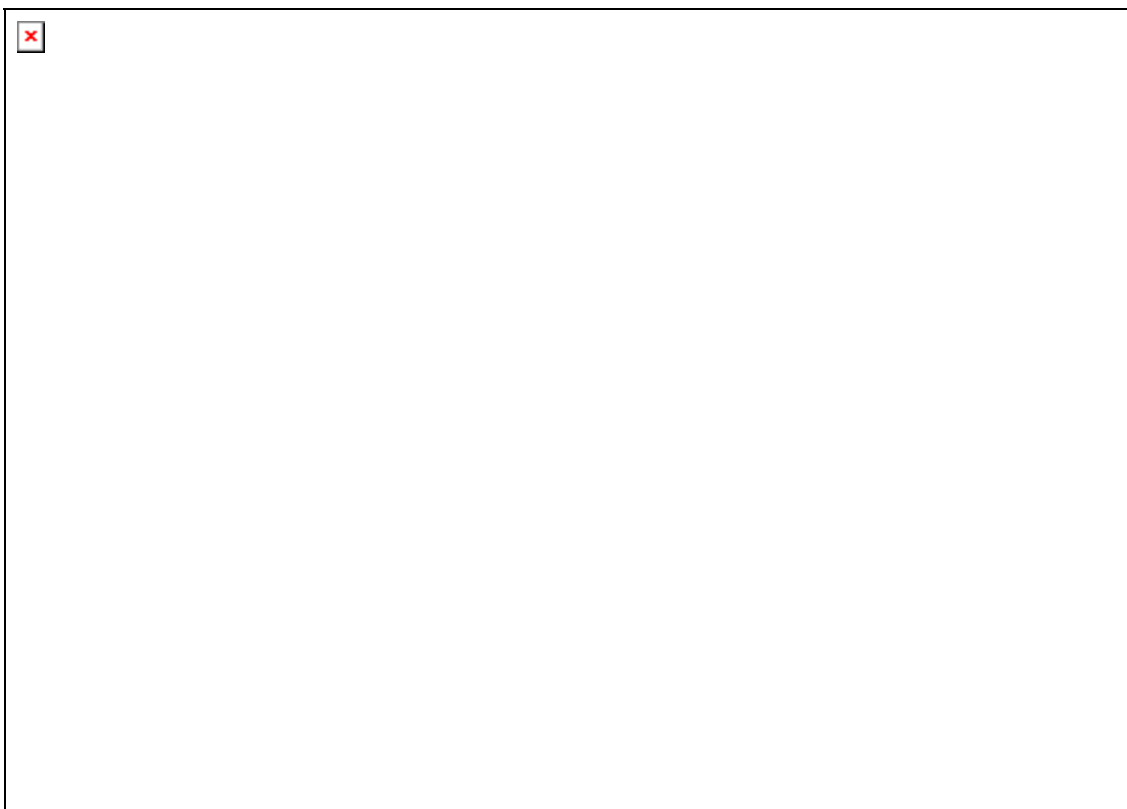
Fonte: ZEE, 2006.

FIGURA 12: COBERTURA VEGETAL NATIVA – REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS



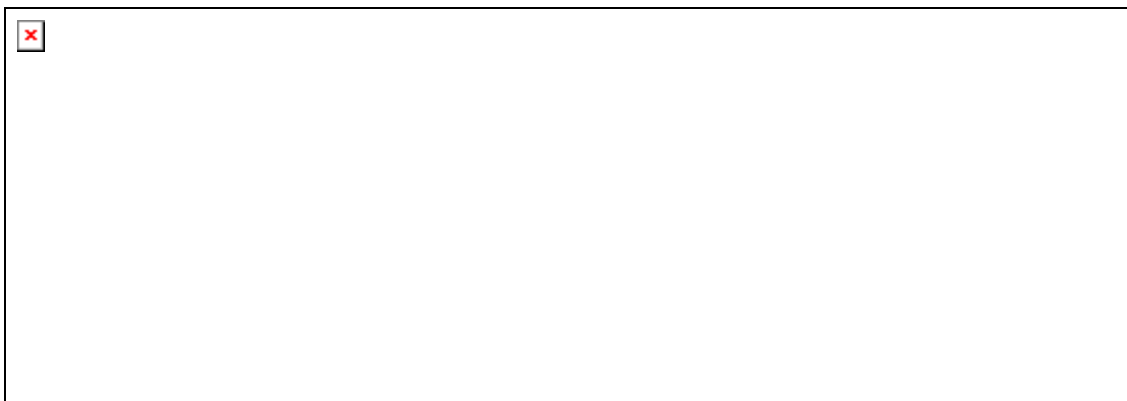
Fonte: IPARDES, 2002.

FIGURA 13: COBERTURA VEGETAL E REFLORESTAMENTO – 2001-2002



Fonte: IPARDES, 2002.

FIGURA 14: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, CORREDORES DE BIODIVERSIDADE E TERRAS INDÍGENAS DEMARCADAS



Fonte: IPARDES, 2002.

2.10. ÁREA PÚBLICA DE LAZER

O lazer é uma necessidade biológica do ser humano, só agora difundida entre nossa sociedade. O Poder Público Municipal deve se preocupar em oferecer estes serviços à comunidade, através da criação de espaços livres, novos parques e incentivo às competições esportivas (MEIRELLES, 2001).

Em Mirador os principais equipamentos públicos de lazer são: o Estádio Municipal, a quadra coberta do Colégio Estadual Pedro Viriato Parigot de Souza e o Campo de Futebol Suíço na Sede; a Quadra de Esportes e a Praça da Igreja no Distrito de Quatro Marcos.

Além destes, a população faz uso da Academia da Terceira Idade – ATI instalada ao lado do Estádio Municipal.

Na zona rural não existe opção de áreas públicas de lazer, ficando restrita apenas a Fazenda Santa Elza, utilizada para aluguel de áreas de lazer. Crianças e idosos sofrem com a falta de equipamentos adequados para lazer e esportes, tais como, playground, campo de bocha, campo de malha, etc.

2.11. ÁREA DE EXPANSÃO URBANA

Conforme os mapas do perímetro urbano, a região leste apresenta condicionante devido à alta declividade na direção do Ribeirão Paranavaí. A região noroeste do perímetro também apresenta condicionante, devido à topografia sendo estas áreas inaptas para o crescimento urbano. As demais regiões são condicionadas pelas áreas de preservação permanente dos ribeirões Paixão e Paranavaí assim como do Rio Ivaí.

As áreas propícias ao crescimento da cidade, segundo fatores ambientais, topográficos, hidrográficos e demográficos são as regiões: Norte e Nordeste. Levando-se em conta o grande número de vazios urbanos. Já atendidos por infra-estrutura básica, a expressão do perímetro se dá depois da ocupação dos lotes vagos. Em atendimento a lei 10.257 de junho de 2001 (Estatuto das Cidades).

3. IDENTIFICAÇÃO DAS TENDÊNCIAS SÓCIO-ESPACIAIS DE MIRADOR

A ocupação de Mirador teve início pela Colonização de “Frentes Pioneiras”, provenientes da expansão da cafeicultura, que se encontrava no auge em termos de Política Internacional. Assim, a partir de 1950, a floresta foi sendo devastada, cedendo lugar às culturas de café.

A economia local foi impulsionada num primeiro instante pelas atividades de extrativismo vegetal. Após o corte da madeira e provocação de queimadas, os terrenos eram preparados para o cultivo do café.

Durante os anos de 1953 a 1970, a cafeicultura foi à atividade econômica predominante, porém, em consequência das condições climáticas, a política cafeeira e o aparecimento de pragas e doenças, os espaços ocupados pelo café foram, gradativamente, sendo substituídos na década de 90 pela soja e outras lavouras, e atualmente pela cana-de-açúcar e pastagens.

A estrutura fundiária regional, herdada da cafeicultura, era composta de pequenas propriedades rurais e com necessidade de bastante mão de obra. Desde a colonização constata-se a predominância das pequenas propriedades perante as médias e grandes.

Em 1970 ocorreu no Paraná política oficial de racionalização da cafeicultura, que consistia na erradicação dos cafeeiros antieconômicos e diversificação das culturas na região Norte do Paraná. O reflexo desta política mais a geada de 1975 fizeram com

que a região Norte do Paraná passasse por uma revolução agrícola denominada Complexo Agroindustrial.

No ano de 1970 o município tinha 3.130 habitantes, com 66% dessa população vivendo na área rural, contudo nesta mesma década, perdeu-se cerca de 35% da população total em função da erradicação da lavoura cafeeira e implantação de culturas mecanizadas e pastagens.

A partir da década de 1980 a população do município volta a crescer, mas em um ritmo muito lento. Em 1991, pouco mais de 1/3 da população ficou na área rural, sendo registrada pelo IBGE uma população de 917 habitantes na área rural e 1.420 habitantes na área urbana.

Este processo de modernização agrícola gerou aprofundamento das relações capitalistas no campo, promovendo uma transformação na distribuição espacial da população. O Brasil, o Paraná e Mirador se urbanizaram.

Em conformidade com as transformações ocorridas no espaço regional, o êxodo da década de 1970 não foi somente uma transferência dos habitantes da zona rural para a urbana, foi à saída de famílias do município em busca de melhores condições de vida em centros urbanos de médio porte como Maringá e Londrina, para metrópoles como Curitiba e São Paulo e uma migração em direção às novas fronteiras agrícolas do país.

A distribuição da população no território no final da década de 1990 sofre a influência da nova redivisão do trabalho, dos aspectos da globalização. Verificou-se a continuação do processo de crescimento populacional iniciado na década anterior, mas com uma diferença significativa: havia mais cidadãos de Mirador habitando na zona urbana do que na zona rural, ou seja, a população rural permaneceu estável, somente a população urbana aumentou. (Tabela 16).

Na estimativa do novo censo, a contagem da população total no município no ano 2008 foi de 2.385 habitantes, apontando uma pequena diminuição da população total.

As tabelas a seguir demonstram esses índices e embasam a análise sobre a distribuição da população no território.

TABELA 15: CADASTRO ELEITORAL 2008

	2008
Zona	100
Quantidade de eleitores	1.807

Fonte: Justiça Eleitoral – TRE / PR.

TABELA 16: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL DAS DÉCADAS DE 1970, 1980, 1990 E 2000

Indicador	1970	1980	1991	2000	2008*
População total	3.130	2.037	2.337	2.500	2.385
População urbana	1.067	853	1.420	1.576	-
População rural	2.063	1.184	917	924	-

Fonte: Muninet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal e IBGE.

TABELA 17: GRAU DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR DA DÉCADA DE 1990 A 2000

Unidade	1991	(%)	2000	(%)
Pop. total	2.337	100 %	2.500	100 %
Pop. urbana	1.420	60,8 %	1.576	63 %
Pop. rural	917	39,2 %	924	37 %

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2009.

Se comparado o Grau de Urbanização do Município de Mirador com os demais municípios do Paraná, constata-se a existência na Mesorregião Noroeste, de um considerado número de municípios com o percentual da população residente em áreas urbanas, entre 50% e 75%, como é o caso de Mirador. Contudo, no Estado do Paraná, no ano de 2000, registrou-se um grau de urbanização a cima de 81,4%, conforme apresenta a figura abaixo:

FIGURA 15: GRAU DE URBANIZAÇÃO – 2000



Fonte: IPARDES, 2002.

Conforme demonstra a tabela a seguir, no ano 2000 a população total de Mirador dividia-se em 1.244 mulheres e 1.256 homens. Deste número de mulheres, os dados indicam que 632 mulheres, que correspondem, a 50,8% da população feminina, possuem idade igual ou superior a 25 anos.

TABELA 18: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MASCULINA E FEMININA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL NAS DÉCADAS DE 1970, 1980, 1990 E 2000

População masc./fem.				
Indicador	1970	1980	1991	2000
Pop. Masc.	1.644	1.069	1.198	1.256
Pop. Fem.	1.486	968	1.139	1.244

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal e IBGE, 2009.

Constata-se o envelhecimento da população de Mirador, visto que no ano 2000, 253 habitantes estavam em idade acima de 60 anos. Já na contagem da população realizada pelo IBGE no ano de 2007, percebe-se que essa faixa etária aumentou para 272. Contudo, as projeções para o ano de 2020 indicam que esse número de habitantes será em torno de 280 habitantes, representando um total de 13% na população nessa faixa etária, o que vai requerer maior oferta de equipamentos públicos, principalmente de saúde, ação social e lazer, que atendem a população idosa.

TABELA 19: POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS E SEXO – 2000

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	Masculino	Feminino	Total
Menores de 01 ano	17	14	31
De 0 a 4	82	94	176
De 5 a 9	155	153	308
De 10 a 14	136	143	279
De 15 a 19	115	114	229
De 20 a 24	108	94	202
De 25 a 29	91	96	187

De 30 a 34	116	98	214
De 35 a 39	88	84	172
De 40 a 44	63	78	141
De 45 a 49	57	60	117
De 50 a 54	48	53	101
De 55 a 59	49	41	90
De 60 a 64	46	41	87
De 65 a 69	30	31	61
De 70 e mais	55	50	105
TOTAL	1.256	1.244	2.500

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 2000 e IPARDES.

**TABELA 20: POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS E SEXO –
CONTAGEM 2007**

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	Masculino	Feminino	Total
Menores de 01 ano	10	14	24
De 0 a 4	71	73	144
De 5 a 9	80	78	158
De 10 a 14	130	159	289
De 15 a 19	137	111	248
De 20 a 24	102	96	198
De 25 a 29	75	64	139
De 30 a 34	71	89	160
De 35 a 39	94	96	190
De 40 a 44	91	75	166
De 45 a 49	69	74	143
De 50 a 54	50	55	105
De 55 a 59	38	47	85
De 60 a 64	46	40	86
De 65 a 69	36	29	65
De 70 e mais	57	64	121
TOTAL	1.162	1.165	2.336

FONTE: IBGE – Trabalhado pelo IPARDES.

3.1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL ENTRE 1991 E 2000

Para a identificação da tendência sócio-espacial de Mirador, com a distribuição da população no território no período 1991 a 2007 serão considerados os quesitos:

- a) evolução da zona urbana e rural do Censo Demográfico do IBGE de 1991 e 2000;
- b) as projeções e dados do IPARDES e IBGE para 2001 a 2007;
- c) sempre que possível, informações anteriores a 1991.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, Mirador apresenta em seu território 02 distritos, o distrito de Mirador onde se concentra a Sede e o Distrito de

Quatro Marcos, constando uma população de 1.576 miradorenses; e a zona rural, representada pelas propriedades rurais e o Assentamento Monte Azul constando uma população de 924 miradorenses, totalizando 2.500 habitantes.

O Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD de 2000 acusa em Mirador que a taxa de urbanização chegou a 63,04% em 2000. A população do município representava 0,11% da população do Estado e 0,0026% da população do País.

Dentro do universo de 2.500 miradorenses, a população está dividida em 1.256 homens e 1.244 mulheres. Confrontando os dados do PNUD e do IPARDES, Mirador tem uma taxa de esperança de vida maior em relação à média do estado do Paraná, sendo uma expectativa de vida de 71,2 anos para Mirador e 69,8 anos para o estado. O Censo Demográfico de 2.000 verificou a existência de 166 pessoas com idade igual ou maior que 65 anos no município.

Analisando a taxa geométrica de crescimento anual do município, com a respectiva evolução da taxa de crescimento total, urbano e rural, constata-se que Mirador ganhou um total de 163 habitantes entre 1991 e 2000, sendo uma média de 18,11 pessoas/ano. Na área rural, a taxa é de pequeno crescimento positivo, mas acompanha o movimento de transformação regional, que teve como uma das características principais o êxodo rural.

TABELA 21: TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE MIRADOR

Evolução da Taxa de Crescimento Total		
1970-1980	1980-1990	1991-2000
-4,34	1,39	0,76
Evolução da Taxa de Crescimento Urbano		
1970-1980	1980-1990	1991-2000
-1,94	4,69	1,18
Evolução da Taxa de Crescimento Rural		
1970-1980	1980-1990	1991-2000
-5,78	-2,04	0,09

Fonte: IPARDES.

TABELA 22: PROJEÇÃO POPULACIONAL DE MIRADOR

Ano	População Registrada – Senso 2000
2000	2.500
Contagem da População - 2007	
2007	2.336
População Total Projetada	
2007	2.502
2008	2.376
2009	2.352
2010	2.318
2011	2.292

2012	2.269
2013	2.239
2014	2.214
2015	2.185
2016	2.145
2017	2.106
2018	2.086
2019	2.044
2020	2.014

Fonte: IPARDES, 2009.

Mirador está se urbanizando e obteve taxas de crescimento total positivo, mas foi baixa, como colocado, de 163 habitantes em 09 anos. Esse pequeno percentual teve como causa as migrações para outros centros devido à baixa expectativa de trabalho e renda. Depois do declínio da cultura do café, Mirador se caracterizou como um Município com tendência a esvaziamento populacional e econômico, necessitando criar condições para gerar renda e emprego e reverter este processo.

Segundo cálculo do IPARDES sobre a previsão da população total dos municípios paranaenses, Mirador teve em 2007, projeção de população para 2.502 habitantes.

O território municipal de Mirador foi delimitado em 1961, durante o processo de emancipação e nunca sofreu algum processo de fusão, incorporação, desmembramento e anexação. Em 1991, o cenário municipal era constituído por uma área total do município de 222 Km², população de 2.337 habitantes e densidade demográfica de 10,52 hab./Km². Transportando os números para a área urbana, verifica-se que o perímetro urbano possui uma área aproximada de 190,23 hectares, população de 1.420 habitantes e densidade demográfica de 7,46 hab./ha.

Em 2000, com a mesma área total e população de 2.500 habitantes, Mirador tem densidade demográfica de 11,32 hab./Km². Transportando os números para a área urbana, tem-se um perímetro urbano de 190,23 hectares, 1.576 habitantes e densidade demográfica de 8,28 hab./ha.

Em 2009, verifica-se em Mirador a mesma área total de 222 Km², população projetada pelo IBGE de 2.352 habitantes, obtendo uma densidade demográfica de 10,68 hab./Km².

O componente migratório, dentre os fatores demográficos, vem tendo peso substantivo na formação do quadro populacional regional. O já conhecido processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões, principalmente a partir da década de 1970, foi paulatinamente se estendendo a todas as

áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. Os municípios que compõem a Microrregião de Paranavaí, inclusive Mirador, não fugiram às características gerais que marcaram esse processo. Mais especificamente, ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominam os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região.

3.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH DE MIRADOR

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um indicador criado pela Organização das Nações Unidas - ONU com o objetivo de medir a qualidade de vida da população. O IDH considera 03 dimensões: saúde, educação e renda. Para estimar o aspecto saúde é utilizado o indicador esperança de vida ao nascer. Para o aspecto educação, a taxa de alfabetização de adultos, assim como a taxa de matrícula combinada nos 03 níveis de ensino. E, para estimar a renda utiliza-se o PIB per capita, ajustados para diferenças no custo de vida de cada nação.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH pode variar de 0 a 1, com a seguinte classificação: a) índice até 0,499, considerado desenvolvimento humano baixo; índice entre 0,500 e 0,799, considerado de desenvolvimento humano médio e índice maior que 0,800, considerado de desenvolvimento humano alto.

Em Mirador o Índice de Desenvolvimento Humano, conforme o PNUD, no período de 1991 – 2000 cresceu 15,10%, passando de 0,629 em 1991 para 0,724 em 2000.

TABELA 23: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH) PARA MIRADOR

	1991	2000
IDH	0,629	0,724
Educação	0,688	0,789
Longevidade	0,646	0,770
Renda	0,552	0,614

Fonte: IPARDES, 2009.

Nesse período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH) foi reduzido em 25,4%, se aproximando cada vez mais do maior IDH-M do Estado: 0,856 (Curitiba – PR).

Segundo a classificação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) elaborado para o Paraná, o município tem seu desenvolvimento humano considerado **como de nível médio (IDH entre 0,5 e 0,8)**. A tabela abaixo demonstra o IDH comparativo entre o País, o Estado do Paraná, a Região Sul e o Município de Mirador.

TABELA 24: COMPARATIVA ENTRE OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH) DE 1991

IDH 1991	
Brasil	0,696
Região Sul	0,737
Paraná	0,711
Mirador	0,629

Fonte: IPARDES, 2009.

TABELA 25: COMPARATIVA ENTRE OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH) DE 2000

IDH 2000	
Brasil	0,766
Região Sul	0,807
Paraná	0,787
Mirador	0,724

Fonte: IPARDES, 2009.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M do Brasil era 0,766. Dentre os municípios da Microrregião de Paranaíba, o município com o melhor valor era Paranaíba (PR), com um valor de 0,787, e o município com o pior valor era Santa Mônica (PR), com um valor de 0,700, estando Paranaíba acima da média brasileira e Santa Mônica menor que a média brasileira. Dos 29 municípios da microrregião, todos tinham um valor entre 0,500 e 0,800, considerado índice médio de desenvolvimento.

TABELA 26: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IDH DE 1991 E 2001 DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PARANAÍBA

Município	IDH – M, 1991	IDH – M, 2000
Alto Paraná	0,684	0,743
Amaporã	0,641	0,709
Cruzeiro do Sul	0,667	0,755
Diamante do Norte	0,657	0,738
Guairaçá	0,653	0,708
Inajá	0,655	0,722
Itaúna do Sul	0,646	0,708
Jardim Olinda	0,670	0,724
Loanda	0,701	0,771
Marilena	0,639	0,738

Mirador	0,629	0,724
Nova Aliança do Ivaí	0,660	0,742
Nova Londrina	0,704	0,762
Paraíso do Norte	0,669	0,763
Paranacity	0,681	0,742
Paranapoema	0,629	0,706
Paranavaí	0,725	0,787
Planaltina do Paraná	0,672	0,737
Porto Rico	0,640	0,748
Querência do Norte	0,636	0,705
Santa Cruz de Monte Castelo	0,648	0,708
Santa Izabel do Ivaí	0,679	0,758
Santa Mônica	0,587	0,700
Santo Antonio do Caiuá	0,654	0,750
São Carlos do Ivaí	0,690	0,738
São João do Caiuá	0,640	0,712
São Pedro do Paraná	0,656	0,762
Tamboara	0,667	0,782
Terra Rica	0,703	0,746

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2009.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Mirador apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2540ª posição, sendo que 2.539 municípios (46,1%) estão em situação melhor e 2967 municípios (53,9%) estão em situação pior ou igual (PNUD 2000).

Em relação aos outros municípios do Estado, o município apresenta uma situação ruim: ocupa a 260ª posição, sendo que 259 municípios (64,9%) estão em situação melhor e 140 municípios (35,1%) estão em situação pior ou igual (PNUD 2000). A tabela abaixo vem delinear sobre os índices de exclusão social na municipalidade.

TABELA 27: INDICADORES DE EXCLUSÃO SOCIAL PARA O MUNICÍPIO DE MIRADOR

- 2000

Índice de Pobreza – 2000	0,49
Classificação Nacional Índice de Pobreza – 2000	Entre os 50% melhores
Índice de Emprego – 2000	0,09
Classificação Nacional Índice de Emprego – 2000	Entre os 50% melhores
Índice de Desigualdade – 2000	0,03
Classificação Nacional Índice de Desigualdade – 2000	Entre os 75% melhores
Índice de Alfabetização – 2000	0,72
Classificação Nacional Índice de Alfabetização – 2000	Entre os 75% melhores
Índice de Escolaridade – 2000	0,39
Classificação Nacional Índice de Escolaridade – 2000	Entre os 50% melhores
Índice de Juventude – 2000	0,64
Classificação Nacional Índice de Juventude – 2000	Entre os 50% melhores
Índice de Violência - 2000	1
Classificação Nacional Índice de Violência – 2000	Entre os 25% melhores
Índice de Exclusão – 2000	0,45
Classificação Nacional Índice de Exclusão – 2000	Entre 50% melhores

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil apud SIMBRASIL – 2003.

Uma das formas de evidenciar de modo mais direto o grau de desigualdade social dos municípios da Mesorregião Noroeste está na mensuração do número de famílias pobres e na obtenção dos indicadores de pobreza. Em Mirador percebe-se que entre 1991 e 2000 houve um aumento na intensidade de pobreza e de indigência da população local.

TABELA 28: INDICADORES DE POBREZA PARA O MUNICÍPIO DE MIRADOR - 2000

Indicador	Índice
% de indigentes, 1991	17,29 %
% de indigentes, 2000	12,62 %
% de pobres, 1991	56,63 %
% de pobres, 2000	37,42 %
% de crianças indigentes, 1991	23,39 %
% de crianças indigentes, 2000	18,88 %
% de crianças pobres, 1991	67 %
% de crianças pobres, 2000	51,25 %
Intensidade da pobreza, 1991	38,65
Intensidade da pobreza, 2000	39,02
Intensidade da indigência, 1991	32,29
Intensidade da indigência, 2000	50,56

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil Apud SIMBRASIL – 2003.

3.3. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO / ESCOLARIDADE

Entende-se por educação a dimensão mais nobre e relevante da vida, uma vez que é a formação do ser humano que torna possível o pleno aproveitamento de suas potencialidades e do seu desenvolvimento moral, material e espiritual ao longo de toda a existência. Dispor de cidadãos bem preparados e capacitados, com boa formação humanística, científica e artística será necessário para atingir desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

Por meio das Constituições Federais - CF de 1946, 1967 e 1988, compete aos Poderes Públicos Institucionais garantir o direito universal à Educação. Pela Constituição de 1946 e 1967 não cabia ao Município organizar seu sistema de ensino. Pela atual Constituição Federal (1988) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios organizarem seus sistemas de ensino em regime de colaboração.

Quanto à identificação das tendências sócio-espaciais em relação às condições de educação/escolaridade, verifica-se no início da colonização, uma Mirador um pouco mais populosa que a atual, superior a três mil habitantes e uma disposição da sociedade civil organizada e institucional para criação de escolas na zona rural e no povoado.

A política de racionalização da agricultura, eliminação dos cafezais antieconômicos e mudança de matriz produtiva promoveram êxodo rural e municipal,

incluindo grande fluxo de população jovem, que partiram em busca de trabalho, renda e educação. Nesse período foram sendo eliminadas as escolas rurais e consolidando os grupos escolares do núcleo urbano. A necessidade de educação, saúde, trabalho e renda (perspectivas de vida) trouxeram fluxos populacionais para a sede.

Na década de 1990, Mirador apresentou índices positivos da taxa de crescimento urbano. Diferentemente dos municípios da região, a população rural de Mirador também teve um pequeno aumento, conseqüentemente o crescimento total do município foi positivo, ainda que minimamente. Diante dessas considerações, verifica-se a necessidade de instalação e estruturação de escolas na zona urbana, acompanhadas de um transporte coletivo escolar de qualidade.

Atualmente as referências educacionais são diversas. A rede educacional de Mirador é composta por 02 Centros de Educação Infantil, 02 Escolas Municipais e 01 Escola Estadual.

O sistema municipal de ensino efetuou em 2010 um total de 134 matrículas nos dois Centros Municipais de Educação Infantil e 219 matrículas nas duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental. Já no Colégio Estadual foram feitas 189 matrículas em 2010.

TABELA 29: NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – 1991 E 2000

Faixa etária	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 04 anos de estudo		% com menos de 08 anos de estudo		% frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Anos								
7 a 14	16,52 %	7,60 %	-	-	-	-	83,27	95,62
10 a 14	6,46 %	1,80 %	56,56	38,88	-	-	79,31	94,90
15 a 17	4,72 %	2,44 %	25,16	10,17	86,78	44,75	50,48	70,89
18 a 24	9,25 %	4,26 %	29,98	16,13	72,65	51,36	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

As tabelas abaixo indicam um número elevado do analfabetismo na população adulta. Apesar da taxa ter diminuído do ano de 1991 para o ano 2000, o índice registrado em Mirador encontra-se abaixo do índice do Estado do Paraná, que em 2000 foi de 11,74. De modo geral, a maior concentração de analfabetos está na área rural, padrão verificado para o Estado como um todo.

TABELA 30: NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA (25 ANOS OU MAIS), 1991 E 2000

	1991	2000
Taxa de analfabetismo	37,59 %	30,86 %
% com menos de 04 anos de estudo	60,09	49,34
% com menos de 08 anos de estudo	86,58	74,75
Média de anos de estudo	3,19	4,25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Como agravante dessa realidade tem-se o analfabetismo funcional, que se aplica a pessoa maior de 15 anos que possui escolaridade inferior a quatro anos de estudo que, mesmo tendo aprendido a ler e a escrever, não desenvolve a habilidade de elaboração e interpretação de textos. De acordo com dados do IPARDES, a taxa de analfabetismo funcional estadual, em 2000, era de 24,5%, enquanto no município de Mirador era de 37,5%. Segundo dados do Núcleo Regional de Educação de Paranaíba fornecido pela Prefeitura Municipal, no ano de 2009 esse índice era de 20%.

TABELA 31: PERCENTUAL DE PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS ANALFABETAS, 2000

Município	Percentual, 2000
Alto Paraná	29,48
Amaporã	34,72
Cruzeiro do Sul	33,48
Diamante do Norte	28,82
Guairaçá	33,70
Inajá	44,87
Itaúna do Sul	39,84
Jardim Olinda	34,46
Loanda	26,33
Marilena	30,17
Mirador	37,59
Nova Aliança do Ivaí	35,17
Nova Londrina	22,29
Paraíso do Norte	29,91
Paranacity	30,16
Paranapoema	37,67
Paranaíba	18,86
Planaltina do Paraná	29,22
Porto Rico	38,09
Querência do Norte	39,13
Santa Cruz de Monte Castelo	30,02
Santa Izabel do Ivaí	28,90
Santa Mônica	39,58
Santo Antonio do Caiuá	40,37
São Carlos do Ivaí	31,47
São João do Caiuá	35,04
São Pedro do Paraná	33,09
Tamboara	30,17
Terra Rica	32,10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

3.4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE MIRADOR ENTRE OS ANOS DE 1991 A 2006

O perfil da saúde no município reflete o contexto socioeconômico e ambiental no qual está inserida sua população. Concorrem para esse perfil, portanto, não somente os quadros econômicos de distribuição de renda, condições de moradia e a abrangência do bem-estar como um todo. A própria estrutura etária caracterizará as doenças e internações de maior incidência no território.

3.4.1. ANÁLISE DOS INDICADORES DE SAÚDE MUNICIPAL

Os indicadores revelam o desempenho do setor da saúde na década de 1990. O município teve sua taxa de mortalidade infantil diminuída em 63,74% em 09 anos, registrando um coeficiente de mortalidade infantil – CMI – de 16,24 por mil nascidos vivos em 2000. É o 82º melhor coeficiente do Estado do Paraná e 491º melhor coeficiente da região Sul. Em 1991, Mirador ocupava a 258ª posição no Estado do Paraná.

Da mesma forma, a longevidade teve um acréscimo de 7,42 anos, passando de 63,78 anos em 1991 para 71,20 anos em 2000. É o 83º melhor coeficiente do Estado do Paraná e 656º melhor coeficiente da Região Sul. Em 1991, Mirador ocupava a 257ª posição no estado.

Em Mirador houve um decréscimo da taxa de fecundidade total, passando de 3,27 filhos em 1991 para 3,00 filhos em 2000. É o 343º melhor coeficiente do Estado do Paraná e 1052º melhor coeficiente da região Sul. Em 1991, Mirador ocupava a 287ª posição no Paraná.

TABELA 32: INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE – 1991 E 2000

Indicadores	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	44,79	16,24
Esperança de vida ao nascer (anos)	63,78	71,20
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,27	3,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

TABELA 33: INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE – 1991 – 2000 – RANKING DE MIRADOR DENTRE OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

	Ranking de Mirador no Estado do PR em 1991	Ranking de Mirador no Estado do PR em 2000
Mortalidade até 01 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	258º	82º

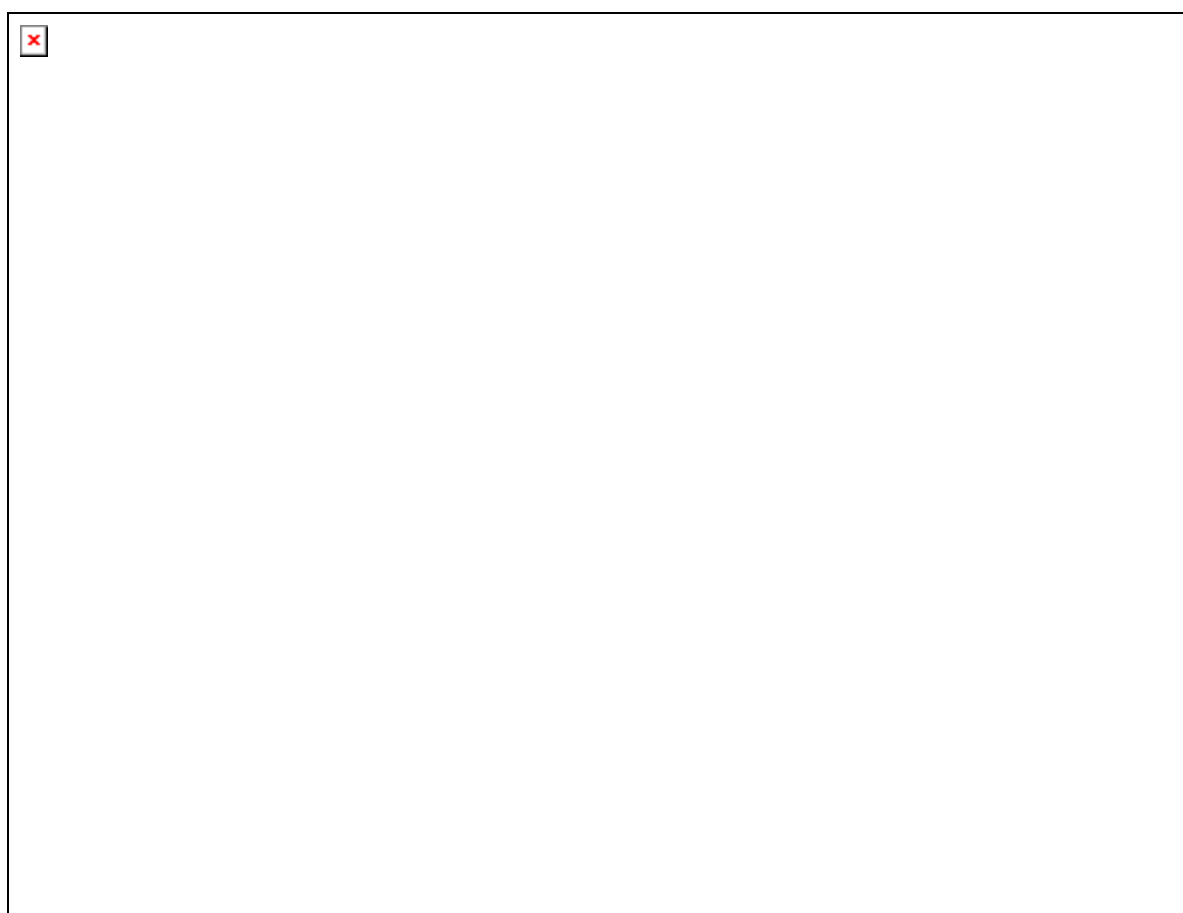
Esperança de vida ao nascer (anos)	257°	83°
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	287°	343°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

A principal causa de óbito para a Mesorregião Noroeste e de Mirador são as doenças do sistema circulatório. Destacam-se também no município óbitos relacionados a neoplasias e sintomas anormais em exames clínicos e laboratoriais.

A figura abaixo demonstra a esperança de vida ao nascer dos municípios paranaenses, com destaque para Mirador, que registrou no ano 2000 a esperança de vida ao nascer de 71,2 anos, ficando classificado na legenda do mapa, entre 70 e 75 anos.

FIGURA 16: ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER – 2000



Fonte: IPARDES, 2002.

TABELA 34: NÚMERO DE ÓBITOS E PRINCIPAIS CAUSAS EM MIRADOR – 2006

Grupo de causa	Número absoluto
Doença infecciosa e parasitária	1
Neoplasias (Próstata/laringe/mama/boca/pulmão/colo uterino)	2
Doenças Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas	1
Doença sistema nervoso	-
Doença aparelho circulatório	3
Doença do Aparelho Respiratório	-

Doença Aparelho Digestivo	-
Doença Sistema Osteomuscular e Tecido Conjuntivo	-
Doença Aparelho Geniturinário	-
Afecções Originadas no Período Perinatal	-
Má Formação Congênita	-
Sintomas Anormais em Exames Clínicos e Laborat.	3
Causas externas	2
Total	12

Fonte: Cadernos Municipais do IPARDES – MIRADOR, 2006.

3.4.2. IDENTIFICAÇÃO DAS TENDÊNCIAS ESPACIAIS NA ÁREA DA SAÚDE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

O perfil da saúde de uma população resulta do padrão demográfico que a caracteriza, bem como reflete o contexto socioeconômico-ambiental mais amplo em que se insere. No quadro das doenças e óbitos que afetam essa população, tem peso o grau de desenvolvimento e a abrangência do nível de bem-estar social.

Os dados relacionados a óbitos e a internações hospitalares, associados a outros indicadores, tais como a cobertura da rede de atenção básica e hospitalar, fornecem elementos necessários para o conhecimento da saúde da população, oferecendo subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção à saúde.

Um dos principais indicadores de qualidade de vida e assistência à saúde é o coeficiente de mortalidade infantil. Apesar da tendência continuada de declínio dos níveis de mortalidade infantil no país, ainda se observam profundas desigualdades sociais e espaciais.

Dados do IPARDES referentes ao ano de 2008 mostram que o município de Mirador não apresentou coeficiente de mortalidade infantil, enquanto a média do Estado foi de 12,9 por mil nascidos vivos.

Vale lembrar que as mortes infantis incidem, principalmente, no grupo de causas das afecções originadas no período perinatal, que são transtornos específico do feto ou recém-nascido ocorridos naquele período perinatal. É preciso assinalar que em áreas sociais deprimidas, parcelas expressivas desse conjunto de óbitos poderiam ser evitadas se os serviços básicos de atendimento à saúde da mulher no período da gestação fossem mais eficientes. Outra parcela da mortalidade infantil decorre das doenças infecto-parasitárias, causadas pela desnutrição e pelas precárias condições habitacionais, de saneamento básico e de padrão de vida das famílias dessas crianças.

A tabela a seguir apresenta as causas de internações hospitalares registradas em 2008 no Estado do Paraná:

TABELA 35: NÚMERO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES DO SUS, SEGUNDO GRUPOS DE CAUSAS – 2008

Causas de internações hospitalares	PARANÁ	
	Abs.	%
Doenças da pele e tecido subcutâneo	11.953	1,6
Doenças do sist. Ósteo-muscular e tecido conj.	17.031	2,3
Doenças do aparelho geniturinário	41.854	5,7
Gravidez, parto e puerpério	106.762	14,6
Algumas Afec. Origin. Per. Perinatal	12.809	1,7
Malf. Cong. Deform. e anom. Cromos	5.773	0,7
Sist. Sinais e achados anormais	9.796	1,3
Lesões e envenenamentos	55.114	7,5
Causas externas de Morb. e Mort.	277	0,0
Contatos com serviços de saúde	27.687	3,7
TOTAL	730.882	100

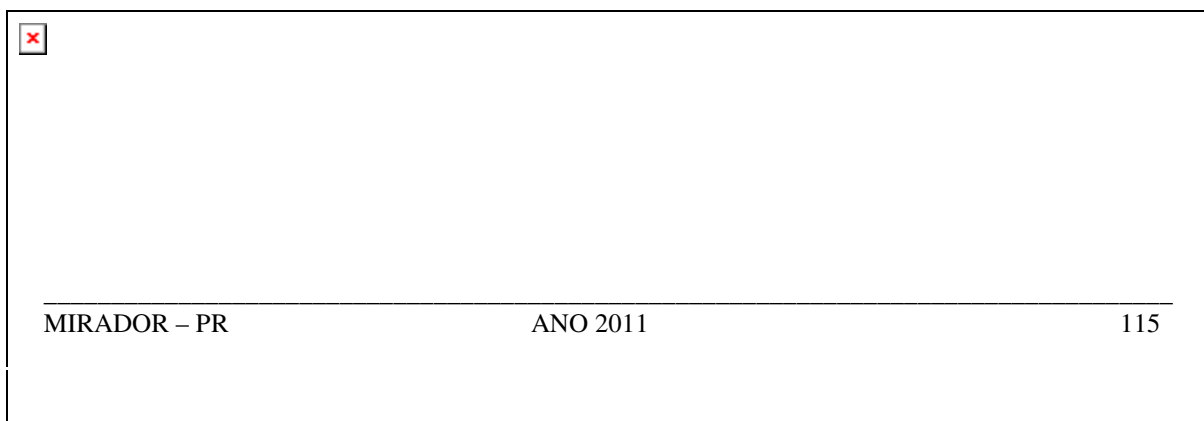
Fonte: IPARDES, 2008.

Segundo informações da Prefeitura Municipal, há uma média de 13 internações mensais. As principais causas de internação são decorrentes de parto normais ou cesáreas, diarreia, cólica renal, crise asmática, infecção urinária, infecção intestinal, febre e dores abdominais.

Os pacientes com necessidade de internamento ou consultas fora do horário de funcionamento da Unidade de Saúde são levados para o Hospital Paraíso, localizado no município de Paraíso do Norte onde o município tem convênio, contando com 18 leitos que são suficientes para atender a demanda do município. Neste hospital também se faz alguns exames como ultrassons obstetríciais, vias biliares e de abdômen e endoscopia digestiva. Somente em casos de urgência os casos mais graves são encaminhados para a Santa Casa de Paranavaí e hospitais regionais e são internados através da central de leitos localizada em Maringá.

No que se refere ao número de leitos municipais, de acordo com os registros do Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD de 2002, a média de número de leitos disponibilizados por habitantes no município é de zero, conforme demonstra a figura a seguir:

FIGURA 17: REDE HOSPITALAR DO SUS – 2002



Fonte: IPARDES, 2004.

Os municípios como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios de Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, em parceria com o Ministério da Saúde, que destina recursos financeiros a fim de estimular a implantação das estratégias nacionais de reorganização do modelo de atenção à saúde.

Nesse contexto, há necessidade de participação permanente dos gestores da saúde, planejando, executando e avaliando se os objetivos e metas estão sendo alcançados dentro dos recursos e tempo previsto, uma vez que o modelo de gestão está diretamente ligado à melhoria dos indicadores básicos de saúde.

A rede ambulatorial de Mirador existente em 2009 está especificada na tabela abaixo, demonstrando a atenção básica atualmente focada no Programa Saúde da Família (PSF) e Saúde Bucal. A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

TABELA 36: REDE AMBULATORIAL DO SUS, SEGUNDO TIPOS DE UNIDADES EM MIRADOR – 2009

Rede Ambulatorial do SUS - 2003	Quant.
Posto de saúde	2
Centro de saúde	0
Policlínicas	0
Ambulatório de Unidade Hospitalar Geral	0
Ambulatório de Unidade Hospitalar Especializada	0
Unidades Mistas	0
Pronto-socorro Geral	0
Consultórios	0
Clínicas Especializadas	0
Clinica Odontológica	2

Centros/ Núcleos de Reabilitação	0
Outros serviços auxiliares de diagnose e terapia	0
Farmácias para dispensação de medicamentos	0
Unidade de Saúde da Família	1
Unidade de Vigilância Sanitária	0
TOTAL	5

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – 2009.

O Ministério da Saúde recomenda para municípios pequenos, o parâmetro de no mínimo uma Unidade Básica de Saúde – UBS com saúde da família e cobertura de uma equipe de saúde da família para cada 4.500 habitantes.

Em relação à cobertura vacinal, a tabela a seguir apresenta a situação do município de Mirador em 2007, comparada ao Estado do Paraná. Os tipos de vacina oferecida pelo Poder Público Municipal são as vacinas BCG, Antipólio, Tetravalente (tétano, difteria, coqueluche e hemophilus influenza b), Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba) e Hepatite B, todas distribuídas pelo Programa Nacional de Imunização e quando algum paciente necessita de imunobiológicos especiais à unidade de saúde solicita à 14ª Regional de Saúde que fornece a vacina mediante receita médica. A cobertura vacinal é acima de 100%, isso ocorrem por diversas circunstâncias, as mais frequentes estão relacionadas à aplicação de vacinas a crianças que demandam o município, mas residem fora dele (invasão de demanda); imunização de crianças maiores de 01 ano; problemas associados ao dado “número de nascidos vivos” que integra a fórmula de cálculo do indicador; e a ocorrência de casos de dupla vacinação de crianças.

TABELA 37: COBERTURA VACINAL DO MUNICÍPIO

COBERTURA VACINAL – 2007	MUNICÍPIO	PARANÁ
BCG	185 %	98,80 %
Contra Poliomielite	160 %	98,47 %
Tetravalente (tétano, difteria, coqueluche e hemophilus influenza)	160 %	98,79 %
Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba)	160 %	99,11 %
Hepatite B	155 %	96,34 %

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, Trabalhado pelo IPARDES, 2009.

3.5. EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

O processo produtivo de Mirador está inserido no modelo de desenvolvimento ocorrido na região Norte do Paraná. Isto equivale dizer que num primeiro momento a cidade foi sustentada pelo extrativismo vegetal e agricultura de subsistência, passando pela cafeicultura. Com a adoção do processo de transformação regional na estrutura

produtiva, houve a inserção do território municipal na pecuária (gado bovino de corte e leite) e o uso do solo em atividades como a agricultura intensiva (cana-de-açúcar) e a agricultura de uso misto (mandioca). Os setores de serviços e agropecuário se destacam significativamente se comparado ao valor adicionado bruto da indústria, de acordo com a tabela abaixo.

TABELA 38: VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2006

Ramos de Atividades	Valor (R\$ 1,00)
Agropecuária	13.014
Indústria	951
Serviços	8.125
Total	22.090

Fonte: IBGE, IPARDES.

Obs.: A soma das parcelas difere do total devido aos arredondamentos

As figuras a seguir apresentam os números referentes à renda per capita e ao índice de desigualdade dos municípios do Estado.

A identificação das tendências sócio-espaciais está relacionada à renda, com a verificação do Produto Interno Bruto - PIB e do Valor Adicionado Fiscal - VAF. Na municipalidade, a renda depende fundamentalmente do setor primário e terciário, com a adoção da agricultura de commodities.

O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda dos indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Em 2000, a renda per capita média do município cresceu 41,35%, passando de R\$109,36 em 1991 para R\$154,58 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 33,92%, passando de 56,6% em 1991 para 37,4% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,48 em 1991 para 0,50 em 2000. Aumentou a renda *per capita* do município, mas não ocorreu redistribuição de renda justa, ocasionando maiores distâncias entre os mais ricos e os mais pobres, ou seja, aumentaram as desigualdades e disparidades sociais.

TABELA 39: INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE, 2000

	2000
Renda per capita (R\$ de 2000)	154,58
Proporção de Pobres (%)	37,42
Índice de Gini	0,500

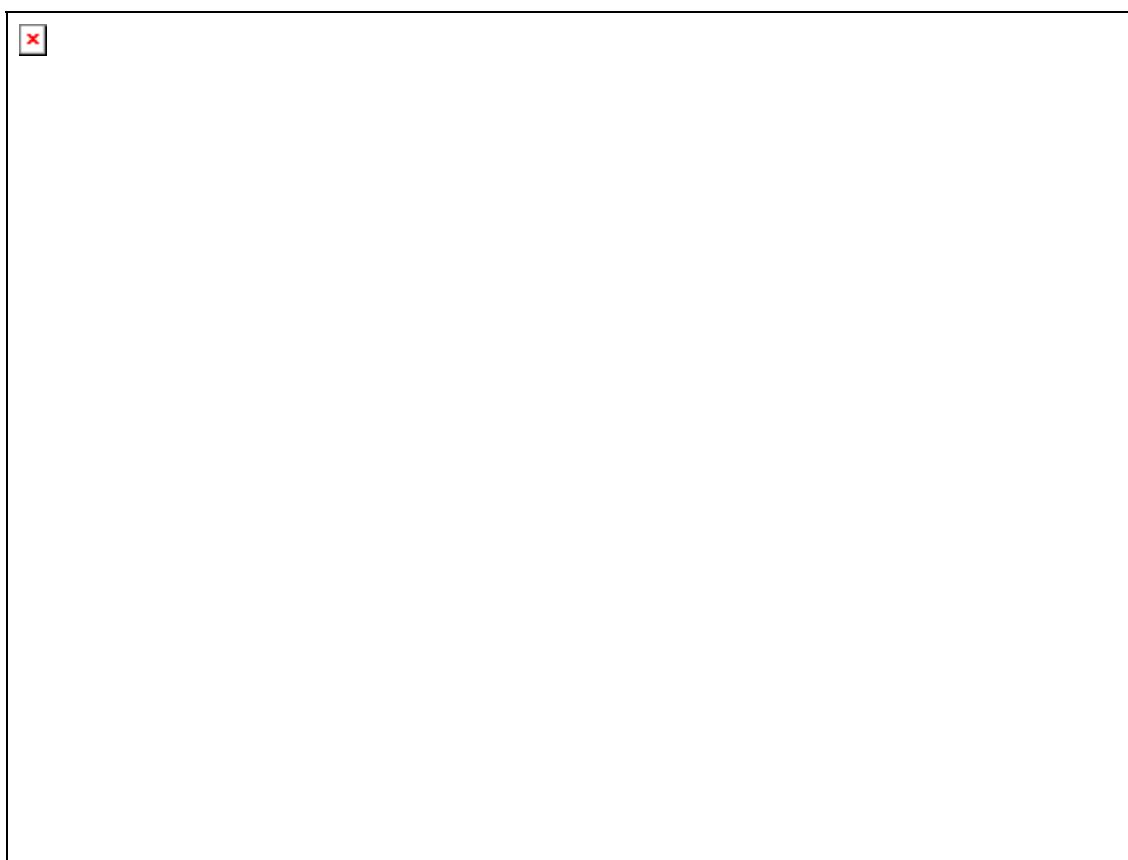
Fonte: Muninet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal, 2000.

TABELA 40: PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR EXTRATOS DA POPULAÇÃO, 1991 E 2000

	1991	2000
20% mais pobres	7,21	4,89
40% mais pobres	18,77	15,32
60% mais pobres	33,80	29,95
80% mais pobres	53,56	50,53
20% mais ricos	46,44	49,47

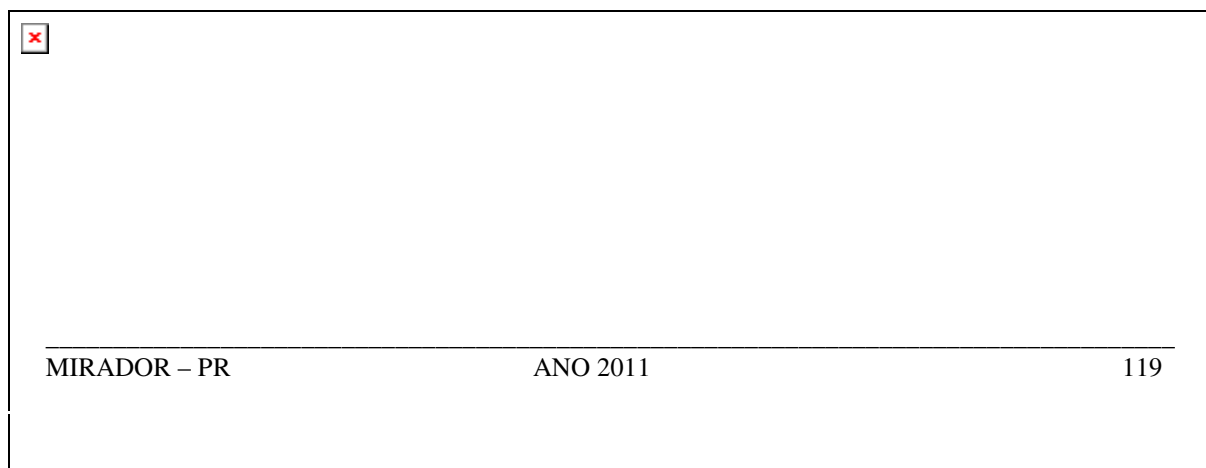
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

FIGURA 18: ÍNDICE DE GINI – 2000



Fonte: IPARDES, 2004.

FIGURA 19: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL - 2003



Fonte: IPARDES, 2004.

3.6. EVOLUÇÃO MUNICIPAL DO USO DA ENERGIA ELÉTRICA E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Os Governos Estaduais, por intermédio de suas companhias, coordenaram e executaram o processo. A rede de energia elétrica em Mirador é ofertada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL e o sistema de abastecimento de água e esgoto são competências do Poder Público Municipal, sendo concedida por meio de lei municipal por tempo determinado, por 30 anos para a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Serviços públicos de fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água adequados demonstram índices positivos de qualidade de vida, principalmente nos indicadores de longevidade e renda. O alto índice de equipamentos que demandam por energia elétrica demonstra aumento da distribuição de renda. Em Mirador, verifica-se a evolução do uso de eletrodomésticos entre 1991 e 2000 e considerando o período maior, retrocedendo até 1960, uma modificação dos hábitos e dos costumes dos habitantes. A tabela abaixo vem demonstrar o percentual de população em domicílios atendida por energia elétrica e utensílios.

TABELA 41: PERCENTUAL DE POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR ENERGIA ELÉTRICA E UTENSÍLIOS

Variáveis	1991	2000
Televisão	66,17	86,95
Geladeira	67,87	86,41
Telefone	3,82	9,69
Computador	-	2,84

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A figura a seguir demonstra o consumo de energia elétrica residencial. Percebe-se que em Mirador este índice registrado está no intervalo de consumo de igual ou maior que 1,20 Mwh a menor que 1,50 Mwh, valor que pode ser considerado baixo, já que 1,99 é a média do Estado do Paraná.

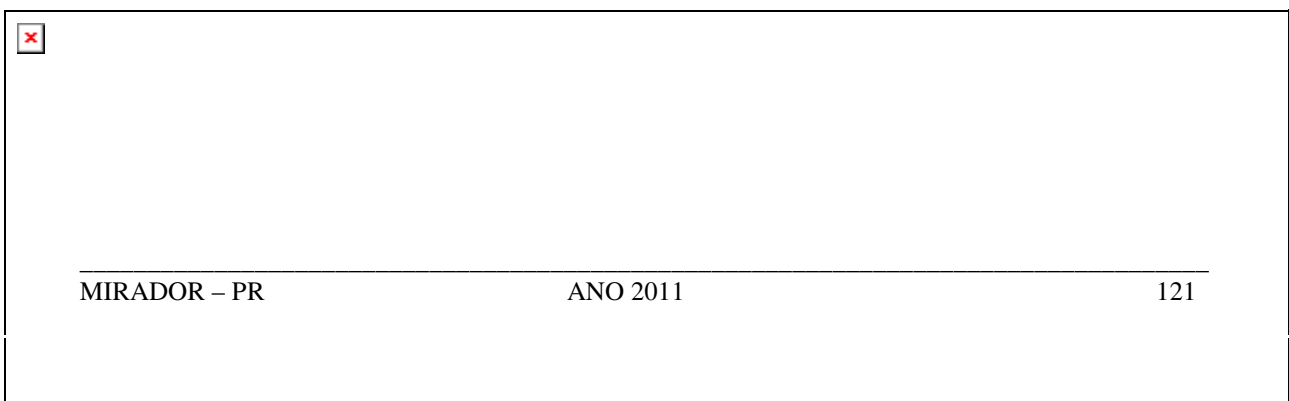
FIGURA 20: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL POR MUNICÍPIO DO PARANÁ – 2000



Fonte: IPARDES, 2004.

A figura a seguir demonstra o consumo de energia elétrica rural. Percebe-se que em Mirador este índice registra o consumo entre igual ou maior que 4,0 e 8,0 Mwh, diferente da área urbana, pode ser considerado na média do Estado do Paraná que é de 4,0 Mwh.

FIGURA 21: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL POR MUNICÍPIO DO PARANÁ – 2000



Fonte: IPARDES, 2004.

O serviço público de saneamento básico é competência do Município de Mirador. Por meio da Lei Municipal nº04/75, de 1º de abril de 1975 e de concessão 198/79 este serviço foi transferido através do instituto administrativo da concessão para a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, com concessão válida para os próximos 30 anos. Este prazo venceu em 2009, sendo prorrogado em caráter precário através da Lei 055/2009, de 07 de agosto de 2009 até 31 de dezembro de 2010.

Em 2007 foram atendidas 577 unidades, num total de 552 ligações de água. Não há rede de coleta de esgoto na cidade, sendo utilizado o sistema de fossas sépticas e em algumas casas, fossas negras.

TABELA 42: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PELA SANEPAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2008

Categorias	Unidades Atendidas	Ligações
Residenciais	556	531
Comerciais	14	14
Unidade Pública	8	8
Poder Público	20	17
Total	598	570

Fonte: Cadernos Municipais - IPARDES, SANEPAR, 2008.

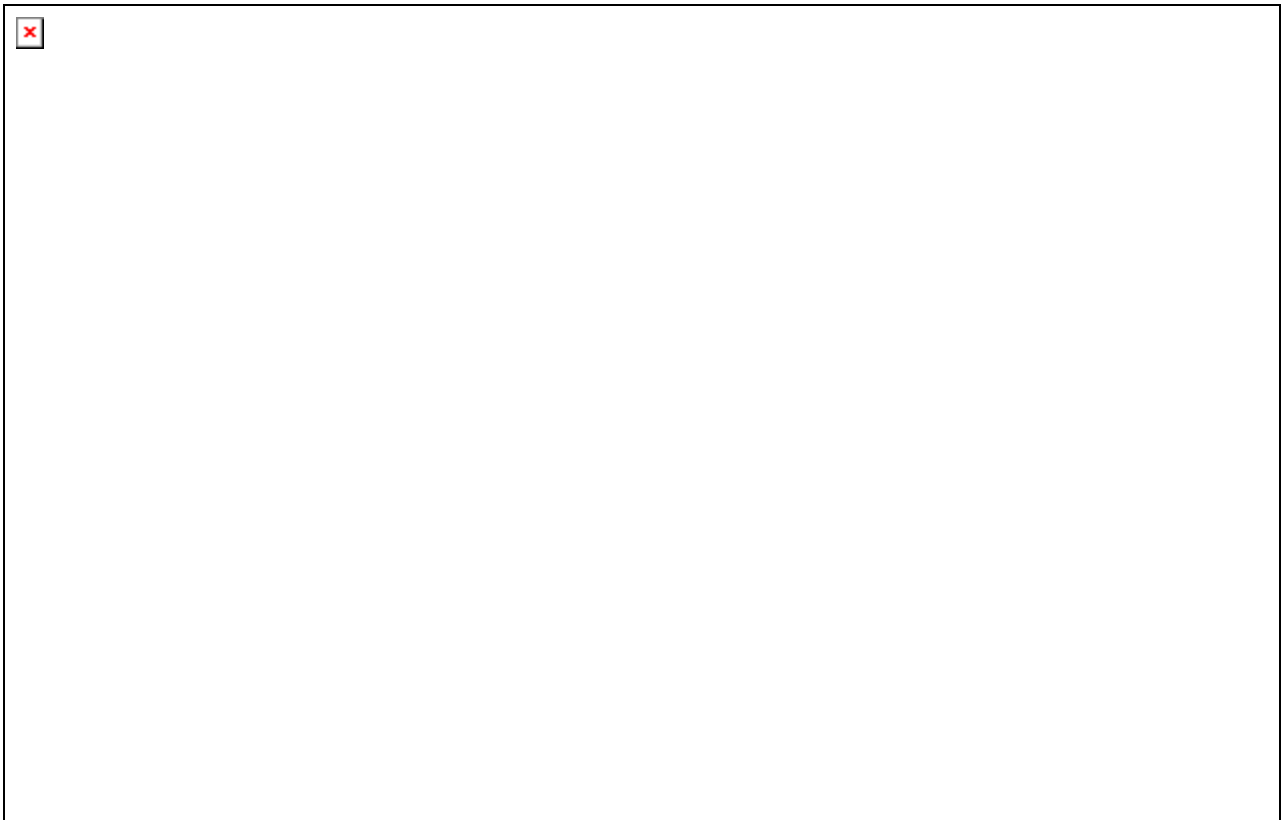
TABELA 43: PERCENTUAL DE POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS ATENDIDA POR SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS – INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA, 1991 E 2000

Serviço Público Básico	1991	2000
Energia Elétrica	92,27	97,13
Água Encanada	70,23	94,89
Coleta de Lixo no Perímetro Urbano	1,16	91,31
Esgoto Sanitário	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000.

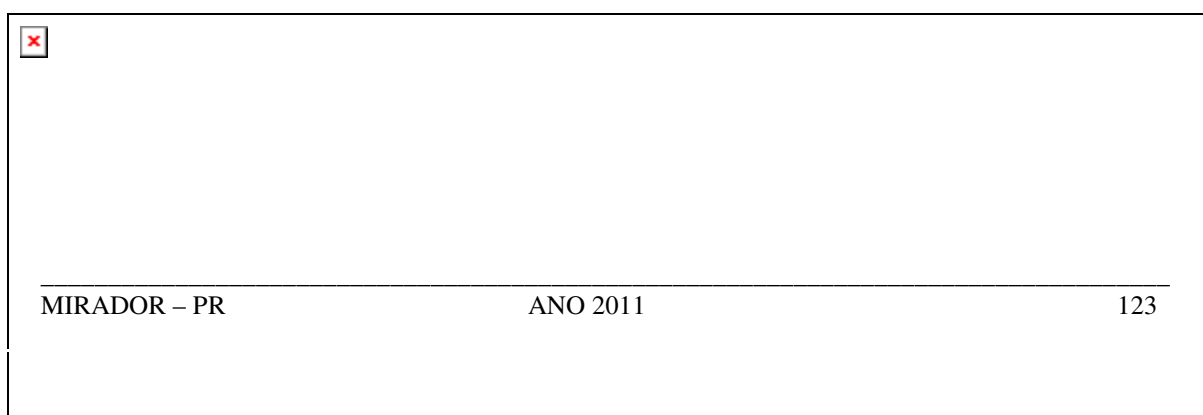
As figuras a seguir apresentam os valores das porcentagens de municípios atendidos por rede de abastecimento de água e por rede de esgotamento sanitário. Percebe-se que em Mirador o índice de abastecimento de água dos domicílios fica no intervalo de 77,8% a 83,6%, considerado na média paranaense, que é equivalente a 83% e a média brasileira, equivalente a 77,8%. O índice dos domicílios atendidos por rede de esgotamento sanitário, em nível municipal, situa-se no intervalo de classificação abaixo de 18,83%, menor que a média paranaense, equivalente a 37%. Contudo, a realidade municipal revela a inexistência total de rede de coleta de esgoto, conforme especificações que serão apresentadas em capítulos posteriores.

FIGURA 22: DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 2000



Fonte: IPARDES, 2004.

FIGURA 23: DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE DE ESGOTO SANITÁRIO POR REDE GERAL OU PLUVIAL – 2000



Fonte: IPARDES, 2004.

3.7. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à moradia como direito social básico e amplia o conceito além da edificação, incorporando o direito à infraestrutura e serviços urbanos.

As condições das habitações do Município de Mirador são consideradas satisfatórias, com predomínio das habitações tipo alvenaria sobre os domicílios de madeira no perímetro urbano. No capítulo anterior percebeu-se um aumento do percentual de domicílios com acesso a serviços como água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, faltando apenas o esgotamento sanitário. Conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2000 existem 822 domicílios particulares permanentes contabilizados, sendo pouco mais da metade localizados em área urbana.

Quando Mirador era um distrito administrativo de Paraíso do Norte e até meados da década de 1970, grande parte dos domicílios particulares permanentes estava localizada nas comunidades rurais espalhadas no município. Neste contexto, estava presente uma estrutura fundiária que primava pela pequena propriedade, facilitando a convivência comunitária e o surgimento de comunidades rurais. A tabela abaixo contempla os dados referentes ao ano 2000 do IBGE sobre a situação geral dos domicílios particulares e permanentes de Mirador:

TABELA 44: NÚMERO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO USO E ZONA - 2000

DOMICÍLIOS	URBANO	RURAL	TOTAL
TOTAL DE DOMICÍLIOS	491	331	822
Coletivos	-	-	-
Particulares	491	331	822

Ocupados	443	256	699
Não Ocupados	48	75	123
De uso ocasional	1	20	21
Vagos	47	55	102

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, trabalhado pela IPARDES.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento trabalhou no seu Atlas as condições das habitações brasileiras. O indicador mais interessante é o percentual de 65,35%, verificado em 2000, de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados. A tabela abaixo demonstra o resultado:

TABELA 45: MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E PERMANENTES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – 1991 E 2000

Município	Mirador
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, 1991	12,64
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, 2000	14,38
Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 1991	58,08
Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 2000	65,35
Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 1991	0,01
Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000	0,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD.

Outro indicador que pode ser analisado em relação a habitação refere-se ao percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade superior a duas pessoas por cômodo⁴, que evidencia o grau de inadequação das condições de habitação. Segundo dados do IPARDES, em Mirador no ano de 1991, 12,6% dos domicílios tinham densidade superior a duas pessoas por cômodo, sendo que no ano 2000 esse valor passou para 14,3% dos domicílios.

Para combater o déficit habitacional e universalizar o acesso de todos à habitação própria, a Municipalidade em convênio com a Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR construiu 66 unidades habitacionais em 04 empreendimentos de 1986 a 1995. Está sendo construído mais um empreendimento com 36 unidades, do Programa Casa da Família – Caução. Os programas e as modalidades, bem como o número de unidades e data de conclusão estão descritos na tabela a seguir.

TABELA 46: EMPREENDIMENTOS ADMINISTRADOS PELA COHAPAR NO MUNICÍPIO

Empreendimento	Unid.	Conclusão	Programa/ Modalidade
Mirador – CR 0570	12	12/1986	Mutirão
Mirador – CR 0686	12	11/1987	Mutirão
Mirador – CR 1192	36	02/1993	Mutirão / Casa da Família – R. T.
Mirador – CR 1501	06	03/1995	Mutirão / Casa da Família – R. T.

⁴ Critério de adequação adotado pelo estudo *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil* (PNUD, 2003).

4. IDENTIFICAÇÃO DA TENDÊNCIA ECONÔMICA DE MIRADOR

O contexto do processo de desenvolvimento regional no Estado do Paraná delineou-se em dois distintos momentos geoeconômicos. O primeiro é conhecido como Complexo Rural, que se estendeu desde o início da ocupação paranaense até 1970. O segundo momento geoeconômico é conhecido como Complexo Agroindustrial, articulado tanto ao mercado externo como o interno, redefinido na década de 1990, de acordo com a base analítica da divisão social/territorial do trabalho.

No período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960, momento geoeconômico Complexo Rural e chamado no Estado do Paraná de Complexo Cafeeiro, **o café foi o principal gerador de riquezas**. Isto contribuiu decisivamente para tornar possível a colonização da parte setentrional do seu território, tornando viáveis as pequenas e médias propriedades agrícolas, numa época de poucas alternativas econômicas, ao mesmo tempo em que direcionou o trabalhador para o meio rural dessa região.

Cabe lembrar que a Mesorregião Noroeste foi à última fronteira da cafeicultura, denominada **Norte Novíssimo**, transformando em estrutura produtiva, dinamizando a economia da região e possibilitando a criação de vários municípios, inclusive Mirador.

Porém, no transcorrer da década de 1960, os crescentes problemas de comercialização do café no exterior tornaram-se mais agudos, levando o Governo Federal a adotar uma política de incentivo à erradicação de cafeeiros que visava adequar a oferta do produto à demanda internacional e aumentar a produtividade na cafeicultura, através da substituição dos cafezais velhos e improdutivos. Até hoje, a lembrança da grande geada de 1975, dizimando os cafezais de todo o Estado, continua presente nas gerações mais antigas. O fim dos cafezais proporcionou o aparecimento de outras atividades agropecuárias. O solo arenito Caiuá, de textura arenosa e de grande susceptibilidade à erosão quando retirada sua cobertura vegetal, possibilitou a expansão da pecuária de corte. Assim, a pecuária surgiu como uma atividade significativa na Mesorregião Noroeste Paranaense.

Inicia-se assim, o momento geoeconômico **Complexo Agroindustrial**, caracterizado como um processo de capitalização e modernização rural, trazendo importantes consequências para a estrutura social da rede urbana e rural e de toda a economia da região.

A transformação tecnológica dos processos produtivos e a mudança na pauta de cultivo regional ocorreram simultaneamente, quase como condição uma da outra. Esse processo, caracterizado pelo tripé da modernização agrícola – mecanização, melhoramento genético das sementes e insumos químicos, para elevação da fertilidade dos solos e controle das pragas e doenças, alterou a trajetória produtiva, econômica e populacional da região. O Estado respondeu com investimentos em infraestrutura econômica, surgiram agroindústrias através do movimento cooperativista e a região passou a expulsar população.

O Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná (2006) registrou que ocorreu uma forte concentração na rede urbana regional em decorrência da estagnação ou esvaziamento populacional das pequenas cidades em favor do fortalecimento dos centros urbanos de grande e médio porte da Região (lê-se Londrina, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama).

Moro & Endlich (2004) explicam este momento histórico, afirmando que a partir de meados da década de 1980, houve uma diversificação mais intensa, visando atender os estímulos do mercado, incentivos do Estado e das agroindústrias regionais, especialmente daquelas atreladas às cooperativas.

Para Fleischfresser (1988) a modernização da agricultura expressa às transformações agrícolas como consequência de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia – aquela proveniente do setor industrial. A modernização tecnológica significa “que as alterações na base técnica da produção agrícola ocorreram devido à adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais e, portanto, adquiridos através do mercado”.

Quando se diz em desenvolvimento sustentável focado no preservacionismo ambiental, o Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná - ZEE (2006) indica que para a Mesorregião Noroeste qualquer atividade deve minimizar os efeitos adversos do potencial de degradação das terras.

4.1. ESTRUTURA PRODUTIVA REGIONAL E MUNICIPAL – EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Os processos de reestruturação produtiva, a abertura econômica e o processo de estabilização monetária marcaram as mudanças na divisão inter-regional no Brasil, pós anos 1990. A Mesorregião Noroeste está inserida na nova dinâmica econômica

regional, caracterizada a modernização da agricultura, o processo de inovação campo-cidade e as novas interações espaciais e urbanas.

Para Santos apud Moro & Endlich (2004), as mudanças econômicas das décadas de 1980 e 1990 proporcionaram a constituição do meio técnico-científico-informacional, caracterizada na produção de objetos com o uso de conhecimento científico, tecnológico e informacional e carregados de intencionalidade. Vale lembrar que a dinâmica econômica paranaense mudou, com destaque para o setor industrial e o agrupamento destas atividades no complexo industrial da Região Metropolitana de Curitiba.

A região Noroeste passou do meio pré-técnico para o meio técnico-científico-informacional em meio século. Registram-se a territorialização da rede elétrica, telefônica (fixa e celular), ampliação da rede viária e presença de profissionais especializados e inseridos no meio citado acima.

Todo este cenário proporcionou à mesorregião mudança na estrutura produtiva. A matriz industrial do Noroeste é fortemente condicionada por dois grupos-chaves, citados pelo IPARDES (2004). O primeiro, da agroindústria, tem na base agrícola local a matéria-prima principal para suas atividades, isto é, empresas que industrializam a cana-de-açúcar, bovinos, aves, mandioca e laranja. Esta atividade deve respeitar as limitações e suscetibilidade do território. O segundo grupo, de confecções, com a expansão da indústria do vestuário, forma um pólo com referência nacional.

Sobre as agroindústrias, destacam-se as atividades das cooperativas e das fábricas de beneficiamento de mandioca, os laticínios, as fábricas de sucos naturais de laranja e as usinas de álcool, sendo a região o maior pólo sucroalcooleiro do Estado. IPARDES (2004) cita que a produção de couros necessita de investimentos e avanços na agregação de valores dos seus subprodutos, verificando a grande quantidade de atividades pecuárias.

Existiam em 2004 na mesorregião 07 (sete) cooperativas agroindustriais:

- a) Cooperativa Agrária Cafeicultores de Nova Londrina;
- b) Cooperativa Regional de Produtores de Cana (Coopcana);
- c) Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Cana de Rondon Ltda. (Coocarol);
- d) Cooperativa Agroindustrial Regional Avicultores (Cooperaves);
- e) Cooperativa Central/Agropecuária Sudoeste (Sudcoop);
- f) Cooperativa Central Agroindustrial (Concepar);
- g) Cooperativa Agroindustrial (Cocamar / Paraná Citrus).

Apesar das mudanças, a atividade agropecuária desenvolvida no Noroeste Paranaense apresenta comparativamente a outras mesorregiões, indicadores de produtividade mais baixos e continua estruturada principalmente em torno da pecuária bovina.

Até meados da década de 60 a produção básica do Município se constituía de: café, amendoim, arroz, batata doce e mandioca, e após a década de 70 a pecuária tornou-se a principal atividade econômica e até o ano de 2.000. A partir deste ano as grandes propriedades começaram a introduzir a cana-de-açúcar para a produção de álcool e soja do projeto Arenito.

4.2. CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DE MIRADOR

O Valor Adicionado Fiscal constitui-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É quanto à entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A representatividade do município de Mirador a respeito do setor econômico no Estado do Paraná correspondeu respectivamente aos índices **0,013% em 2000 e 0,038% em 2008 do Valor Adicionado Total do Estado do Paraná.**

Através dos valores obtidos pela Série do IPARDES Cadernos Municipais – Município de Mirador, observa-se o valor adicionado municipal por setor da economia, identificação da sua realidade e sua vocação. Contribuindo com 81% do valor adicionado do município, o setor primário liderado pela produção de cana-de-açúcar e mandioca concentra o maior percentual de valor adicionado. Percebe-se que a agropecuária persiste como a principal fonte de renda do município de Mirador.

TABELA 47: VALOR ADICIONADO FISCAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2008

VALOR ADICIONADO	VALOR R\$ (1,00)
Produção Primária	41.161.269
Indústria	680.903
Indústria – Simples Nacional	230.011
Comércio/Serviços	8.458.678
Comércio – Simples Nacional	169.115
Recursos / Autos	71.954
Total	50.771.930

Fonte: Secretaria da Fazenda do Paraná – SEFA, IPARDES, 2009.

4.3. PRODUTO INTERNO BRUTO DE MIRADOR E PIB *PER CAPITA*

Através dos valores obtidos pela Série do IPARDES Cadernos Municipais – Município de Mirador, se observa a distribuição do Produto Interno Bruto Municipal. Os valores dos indicadores econômicos do Município têm como objetivo a identificação da realidade e da vocação econômica.

O Produto Interno Bruto – PIB *per capita* do município é menor que a média estadual. Segundo dados da Série do IPARDES - Cadernos Municipais, para o ano de 2009, o PIB per capita do Paraná foi de R\$17.779,00 e de Mirador foi de R\$13.226,00. A tabela abaixo descreve o PIB Municipal a preços básicos segundo os ramos de atividades.

TABELA 48: PIB A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2009

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1000,00)
AGROPECUÁRIA	17.770
INDÚSTRIA	1.303
SERVIÇO	11.510
TOTAL	30.583

Fonte: IPARDES – Cadernos Municipais – 2009.

4.4. OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO A RENDA

Quanto à dinâmica socioeconômica, o mercado de trabalho da Mesorregião Noroeste é caracterizado pela predominância das atividades agropecuárias. Destaca-se também a participação na atividade industrial, tanto nas linhas matriz agroindústria e confecções, de tal forma que se expressa em uma taxa de atividade relativamente mais elevada e uma menor taxa de desemprego nas cidades que sofreram com a reestruturação regional ocorrida no final do século XX.

Sobre esta questão o IPARDES sintetizou de forma lúcida a questão do mercado de trabalho e a renda:

Na Mesorregião Noroeste, as atividades agropecuárias têm peso expressivo na ocupação da mão de obra regional. Ao contrário de outras regiões com forte dependência do trabalho agrícola, nesta mesorregião as relações de trabalho são caracterizadas pela maior participação do assalariamento. Esse tipo de relação de trabalho registrou, inclusive, forte crescimento, com o aumento do emprego formal neste tipo de atividade. Desempenho semelhante foi constatado em relação às atividades urbanas, tendo a mesorregião apresentado, no período 1996/2001, um dos maiores incrementos no nível de emprego formal no Estado, cabendo destacar o forte aumento de emprego na indústria têxtil

(vestuário), muito em função do dinamismo deste setor em Cianorte (IPARDES, 2004, 108).

O número de pessoas ocupadas em Mirador no ano 2000 corresponde respectivamente a 587 pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias, 05 pessoas nas atividades industriais, 58 pessoas nas atividades comerciais e 103 pessoas ocupadas na prestação de serviços. O número da população economicamente ativa é de 1.091 habitantes e a taxa de desemprego é de 69 pessoas. A tabela abaixo traduz esses números, dando conotação à distribuição setorial dos ocupados na municipalidade.

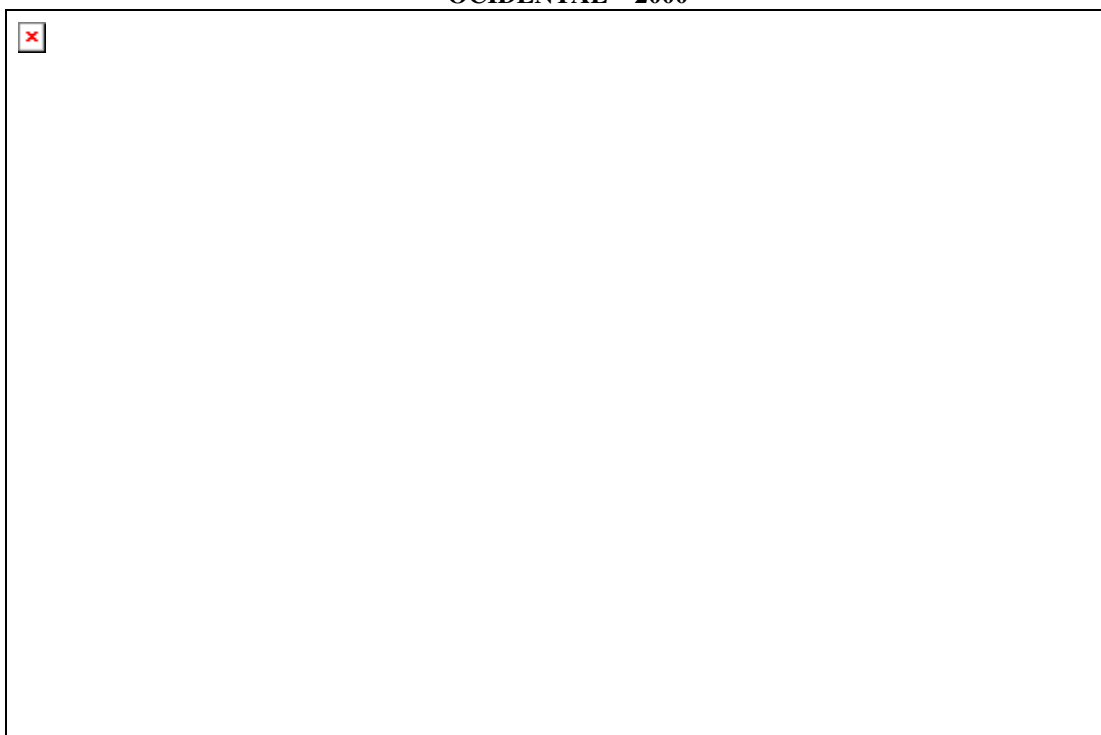
TABELA 49: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS OCUPADOS NO MUNICÍPIO DE MIRADOR - 2000

PEA	Nº ocupado	Taxa de atividade (%)	Taxa de desemprego (%)	Distribuição de ocupados			
				Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviço
1.091	1.022	-	6,3	587	5	58	103

Fonte: IBGE / IPARDES.

A figura da Mesorregião Noroeste demonstra os setores predominantes da economia. Em Mirador mais de 40% da sua mão de obra está ocupada em atividades agropecuárias. A figura abaixo demonstra os setores predominantes da economia no contexto do espaço regional.

FIGURA 24: OCUPAÇÃO POR SETORES PREDOMINANTES DA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL – 2000



Fonte: IPARDES – 2000.

Com uma dinâmica de atividades urbanas menos complexas, a região, nos anos de 1991 e 2000, mantém-se entre aquelas com elevada proporção de chefes de domicílio

com renda familiar *per capita* relativamente baixa entre as regiões paranaenses, apresentando uma variação bastante acentuada entre seus municípios, concentrando as médias mais elevadas nos centros principais.

Em Mirador 84,22% dos chefes de família tem renda entre 01 e 05 salários mínimo. A tabela abaixo relata a porcentagem de domicílios segundo a renda do chefe da família.

TABELA 50: DOMICÍLIOS SEGUNDO RENDA DO CHEFE DA FAMÍLIA – 2000

Sem rendimentos (%)	2,92 %
Inferior a 01 salário mínimo (%)	5,35 %
01 e 05 salários mínimos (%)	84,22 %
05 e 10 salários mínimos (%)	5,51 %
10 e 15 salários mínimos (%)	0,70 %
Maior que 15 salários mínimos (%)	1,27 %

Fonte: IBGE, Censo 2000.

4.4.1. SETOR PRIMÁRIO

O município de Mirador tem sua estrutura econômica fundamentada na pouca diversidade de culturas, sobressaindo às lavouras de ciclo rápido como a cana-de-açúcar e a mandioca, culturas predominantes no município.

Antes da análise do panorama do setor primário da economia, vale primeiro analisar sobre as características municipais em relação à estrutura fundiária. O Censo Agropecuário de 1995/1996 revelou que Mirador possui o total de 171 estabelecimentos rurais. Já no levantamento realizado pela EMATER em 2002/2003 foram identificadas 219 propriedades distribuídas em 04 micro-bacias:

- Micro-bacia do Rio Ivaí – com 23 propriedades e 29 posseiros do Assentamento Monte Azul;
- Micro-bacia do Rio Paranaíba – com 74 propriedades;
- Micro-bacia do Rio Paixão – com 25 propriedades;
- Micro-bacia do Rio Paraíso – com 43 propriedades e 25 posseiros na área urbana.

O município possui irregularidade nas áreas rurais e urbanas, uma vez que existem áreas urbanas sendo utilizadas como áreas rurais e vice e versa.

TABELA 51: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS EM MIRADOR E NO PARANÁ

	Nº DE ESTABELEC
Mirador	171
Paraná	369.875

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996 - Trabalhado pelo IPARDES.

Em Mirador ocorreu concentração fundiária e atualmente tem uma realidade rural marcada pela propriedade de subsistência familiar convivendo num contexto de uma agricultura altamente tecnificada, integrada ao mercado e competitiva.

Após a análise da estrutura fundiária municipal recenseada em 1996, é interessante uma visualização atual da ocupação do solo. Conforme informações do relatório Perfil da Realidade Agrícola Municipal – 2009 da EMATER, o município possui uma área de 22.200 hectares, distribuídos em 2.302 hectares propícios às lavouras anuais, 8.791 hectares preenchidos por lavouras permanentes, 9.602 hectares preenchidos por pastagens cultivadas, 235 hectares ocupados por vegetação constituída através de técnica de reflorestamento e 1.270 hectares equivalentes a outros usos, incluindo as matas naturais e o perímetro urbano.

Conforme demonstra a tabela a seguir, em 2008 a maior área plantada corresponde ao plantio de cana-de-açúcar e mandioca. Quanto ao valor da produção, destaca-se a cana-de-açúcar e a laranja.

TABELA 52: ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE 2010

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Arroz	2	3	1.500	2
Café (em coco)	2	2	1.000	9
Cana-de-açúcar	7.799	687.022	88.091	24.046
Laranja	284	9.741	34.299	2.387
Mandioca	974	23.893	24.531	6.762
Milho	510	2.465	4.833	637
Soja	950	2.527	2.660	1.289

Fonte: IPARDES – 2010 apud IBGE – Produção Agrícola Municipal.

A EMATER trabalha com a tese de que rentabilidade das culturas extensivas é altamente viável em maiores áreas, sendo que para os pequenos produtores a sustentabilidade da propriedade está embasada em alternativas que possibilitem uma maior geração de renda.

Além dos produtos citados acima, há também uma grande representatividade na economia do município a criação de rebanhos de bovinos e galináceos. Neste contexto verifica o efetivo de pecuária e aves de 1998 e 2010.

TABELA 53: EFETIVO DE PECUÁRIA E AVE

	1998	2010
Rebanho de bovinos	27.900	14.259
Rebanho de equino	600	270
Rebanho de galináceos	9.800	260.815
Rebanho de ovinos	850	985

Rebanho de suínos	1.190	430
Rebanho de muares	310	9
Rebanho de ovinos tosquiados	600	400
Rebanho de vacas ordenhadas	5.600	2.010

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal - Trabalhado pelo IPARDES.

O município de Mirador conta com uma unidade da Empresa Frangos Canção, com a produção de ovos férteis. Esta unidade possui 25 barracões atendendo as regiões Norte e Noroeste do Paraná, e empregando 125 funcionários, sendo 80% do município com fornecimento de transporte. A unidade utiliza o plantio de eucalipto nas proximidades dos barracões como barreira natural contra pragas e doenças.

FIGURA 25: BARRACÕES DA EMPRESA FRABGOS CANÇÃO



Foto: Cristina A. Oliveira, 2009.

4.4.2. SETOR SECUNDÁRIO

A assertiva de que se formou um novo perfil industrial no Paraná é válida, conforme considerações já efetuadas anteriormente, notadamente para a área metropolitana. Nas demais áreas, embora tenham se instalado alguns ramos industriais diferentes, tais investimentos não foram suficientes para alterar o perfil da indústria regional. Na realidade, ramos já existentes vêm sendo consolidados. Prevaecem aqueles considerados tradicionais no âmbito da indústria: alimentos e bebidas, vestuários e acessórios, móveis e decoração. É por meio deles que a região insere-se na economia mundialmente articulada.

Nas pequenas cidades, predominaram as agroindústrias, em especial as cooperativas, laticínios, frigoríficos e abatedouros, farinheiras, fecularias e madeireiras, além da forte presença do segmento sucroalcooleiro.

Na década de 1970, quando houve o impulso ao ramo agroindustrial, a Região Noroeste se destacava. Atualmente a região continua sendo agroindustrial, mas num contexto em que o perfil industrial do Paraná foi alterado.

A manutenção desse segmento como o mais significativo para a economia estadual precisou adaptar-se ao contexto de uma economia com amplos e competitivos mercados. As unidades que não o fizeram precisaram encerrar as atividades ou foram incorporadas por outras.

De qualquer maneira, foram produzidos outros patamares de desigualdade espacial, que, por conseguinte, concretizaram-se e reforçaram os diferentes níveis de oportunidades de trabalho, fatos significativos para compreender a dinâmica demográfica no interior do território paranaense. A Região Metropolitana de Curitiba - RMC consolida-se com esses investimentos como área de concentração de empregos, em especial daqueles melhor remunerados.

No período 1995/2002 houve expressivo aumento do parque industrial na Mesorregião Noroeste, com o número de empresas passando de 1.195 (um mil cento e noventa e cinco) para 2.211 (dois mil duzentos e onze). Conforme dados apresentados, a matriz industrial da região caracteriza-se em 02 grupos chaves: a agroindustrialização e as indústrias de confecções.

Registra-se que em Mirador sua indústria não é expressiva, sendo o setor mais incipiente. O município conta com atendimento de três cooperativas, sendo Cocamar, COOPCANA e a Usina São Tomé, instalada nos municípios vizinhos. A COOPCANA e a Usina São Tomé recebem toda a matéria prima da cana-de-açúcar produzida no município e emprega maioria absoluta dos trabalhadores rurais.

TABELA 54: EMPREGO E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NAS INDÚSTRIAS DE MIRADOR – 2008

Setor	Emprego	Estabelecimentos
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	7	1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego Trabalhado pelo IPARDES.

4.4.3. COMÉRCIO E SERVIÇOS

O comércio de Mirador revela-se pouco diversificado e pouco especializado. Verifica-se a presença de bares, lanchonetes, restaurante, mini-mercados e mercearias.

A exemplo de outros municípios pequenos, parte da demanda local de consumo está sendo suprida pelo comércio localizado em Paranavaí e Paraíso do Norte.

Outro ramo comercial encontrado em menor proporção em Mirador é referente à comercialização de produtos agropecuários, comprovando-se mais uma vez que economicamente Mirador depende basicamente da agropecuária. O número de estabelecimentos de comércio varejista registrados no setor de tributação municipal chega a 20 estabelecimentos varejistas.

O município não possui farmácia, hotel e nem clínica particular. Quanto aos serviços bancários, Mirador conta com um posto da Caixa Econômica Federal e um posto de atendimento da Agência Bradesco integrado a agência dos correios caracterizando a pouca diversidade de sua área de atuação e o seu tamanho reduzido.

TABELA 55: BENS DE SERVIÇOS URBANOS DISPONÍVEIS, 2010

Geradora de TV – existência	Não
Provedor de Internet – existência	Sim
Estádios ou ginásios poliesportivos - existência	Não
Livrarias – existência	Não
Lojas de discos CDs e fitas - existência	Não
Vídeo locadoras - existência	Não
Shopping Center - existência	Não
Estação de rádio AM - existência	Não
Estação de rádio FM - existência	Não
Bibliotecas públicas - existência	Sim
Cinemas – existência	Não
Teatros ou salas de espetáculos-existência	Não
Museus – existência	Não
Clubes e associações recreativas - existência	Não
Banda de música - existência	Não
Orquestra – existência	Não
Unidades de ensino superior - existência	Não

Fonte: Prefeitura Municipal de Mirador, 2010.

4.4.4. POTENCIAL TURÍSTICO

Mielke (2000) afirma que o turismo pode ser definido de várias formas. Em pesquisa bibliográfica na rede internacional de computadores a primeira informação pesquisada é a da Organização Mundial de Turismo. A atividade turística compreende "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros".

Mielke (2000) também complementa a informação citada acima, afirmando que o turismo é um conjunto de relações e fenômenos surgidos a partir de viajantes e de suas

estâncias temporais, das quais se dirigem a outros lugares, principalmente por prazer e recreação.

Existem várias modalidades de turismo: turismo balneário, turismo de aventura, turismo de incentivo, turismo de intercâmbio, turismo ecológico, turismo espacial, turismo náutico, turismo rural, turismo de eventos e entre outros. Para Mirador, as modalidades que mais convêm são o turismo rural e o turismo ecológico.

Turismo rural é um conjunto de atividades turísticas compreendidas com a produção agropecuária, agregando valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural das comunidades do campo.

O Congresso Brasileiro de Turismo Regional de 1998 interpretou que o turismo rural é uma atividade multidisciplinar de caráter econômico e social, que se dá no meio ambiente não intensamente urbanizado, através da seção empreendedora e destinado à população geral, com conduta ética e preservação do patrimônio cultural e ambiental (MIELKE, 2000).

Entre as características de turismo rural encontra-se: agroturismo, turismo verde, ecoturismo, naturista, nostalgia, habitação, estância e montanha.

Mirador é banhado pelo Rio Ivaí, sem presenciar praias de água doce, chácaras de lazer, ou pousadas. Apesar disso, o município apresenta um bom potencial hídrico, mas que não se configura como ponto de grande repercussão turística. Como atrativo turístico, há no município uma fazenda que é utilizada como área de lazer, onde pessoas de outras regiões alugam para finais de semana ou temporada de férias. Esta fazenda possui residência com piscina, campo de futebol e outros atrativos rurais.

Os eventos em Mirador acontecem de forma isolada, merecendo destaque apenas a comemoração do Padroeiro São João Batista realizado no dia 24 de junho e a Festa do Peixe, realizada juntamente com o aniversário do município, no dia 13 de novembro. Sobre as condições da rede hoteleira municipal, não há hotel ou pousada. Conclui-se que os locais de potencial turístico não são aproveitados. Acredita-se que o alavancamento do turismo local passa com a integração regional, buscando criar em comum atrativo turístico rural, valorizando o homem do campo e as práticas ambientais.

4.4.5. FATORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

De 1980 até os dias atuais verifica-se uma expansão da população da sede urbana, mas no contexto geral ocorre um **ESVAZIAMENTO ECONÔMICO E POPULACIONAL DO MUNICÍPIO**. Uma solução encontrada que o Plano Diretor

pode identificar é definir e assegurar espaços nos quais se possam desenvolver atividades econômicas, rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda - qualificar imóveis desocupados para micro e pequenas empresas. Este procedimento pode criar condições para gerar emprego e renda e reverter o processo de defasagem.

Mirador possui uma proximidade com os países membros do Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL e próximo dos portos, como o de Paranaguá, Santos e São Francisco do Sul. É necessária a articulação dos poderes públicos constituídos para estreitar vínculos inter-regionais, aprofundar estudos das relações fronteiriças, além do fortalecer a relação do Paraná com a matriz produtiva nacional e dos países do MERCOSUL.

Outro grande diferencial na capacidade de planejamento dos municípios do porte de Mirador é o seu grau de integração microrregional, nas suas diversas formas: consórcio, associações, pactos, fórum de desenvolvimento, comitês. É fundamental a importância da AMUNPAR – Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná na defesa dos interesses da Microrregião de Paranaíba. É válida também a participação do Município nos consórcios intermunicipais, como por exemplo, o de saúde.

São vários os instrumentos e mecanismos institucionais utilizados para fortalecer as relações com outras unidades de governo. Os sistemas de impostos partilhados e os créditos, assim como as subvenções são meios de grande importância para o regime de relações cada vez mais intensas, com vistas a uma compensação de finanças, ou seja, à redistribuição da receita pública, cooperação em projetos de interesse comum, coordenação de interesses, planos e programas em que seja necessária a participação de duas ou mais esferas de governo.

4.4.6. PAPEL E FUNÇÃO DO MUNICÍPIO NA MESORREGIÃO

No caso de cidades pequenas, não há como estudar seus papéis e significados sem o seu entorno, pois tais papéis só podem ser compreendidos mediante a composição deste cenário.

Os estudos realizados pelo IPARDES até o presente momento evidenciam que municípios do mesmo porte de Mirador inserem-se diferentemente conforme sua localização espacial. Enquanto em alguns casos estão submetidos a uma dinâmica social e econômica ditada por um município maior, em outros são os vetores dessa dinâmica em nível regional.

No ambiente da mesorregião, o papel de Paranavaí, Umuarama e Cianorte é sustentar localmente as atividades da base produtiva regional, mais os municípios da região. Paranavaí distingue-se como centro regional, com maior número de funções que Umuarama, embora esta apresente uma área de abrangência de polarização maior, atraindo demandas até mesmo do Mato Grosso do Sul.

Endlich (2006) relata que o enfoque mais próximo da realidade dos municípios e suas pequenas cidades do noroeste paranaense permitem reafirmar o papel destes espaços **como ponto de apoio ao desenvolvimento agroindustrial**. São locais privilegiados para localização de indústrias de baixo valor adicionado e emprego de mão de obra pouco qualificada do entorno. O papel é incrementado com a expansão de tais ramos em um contexto de amplas escalas. A função de Mirador está intimamente ligada para com as atividades agropecuárias e serve de centro local de gêneros de primeira necessidade.

4.4.7. REDE URBANA, ÁREA DE INFLUÊNCIA E RELAÇÕES COM OS MUNICÍPIOS VIZINHOS

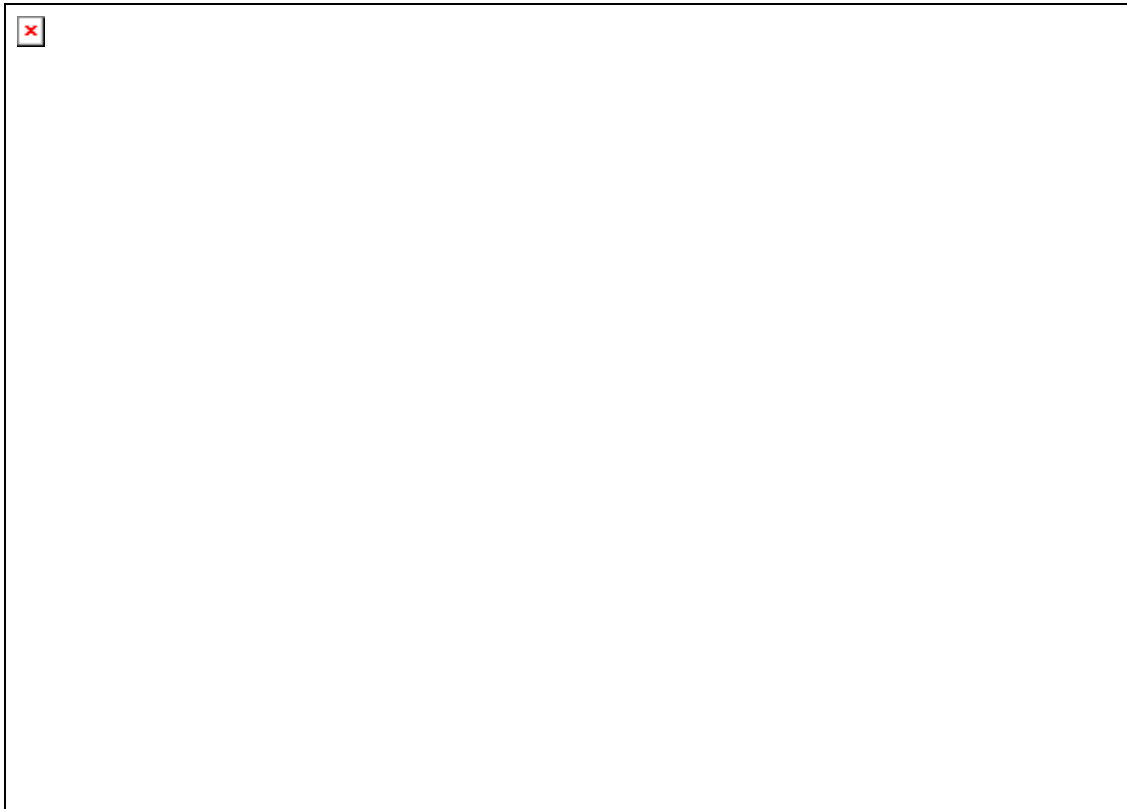
O conceito de rede, *retis* em latim, significa, do ponto de vista natural, entrelaçar fios com cobertura regulares para formar um tecido. Da perspectiva social, rede significa um emaranhado de nós formados pelos encontros ou interações sociais, cujos significados podem ser diferentes.

Para Sperandio (2006) o ponto de partida de uma rede social é a comunicação entre as pessoas. E a comunicação depende de laços estabelecidos e a serem estabelecidos. As pessoas interagem entre si e com o meio em que vivem para descobrir e redescobrir formas de alcançar seus desejos individuais e coletivos, criando canais de transmissão e troca de suas metodologias de ação, resultados e sucessos alcançados.

Na doutrina da geografia urbana existem 02 correntes: a primeira advoga a tese de que somente haveria rede urbana se certas características estivessem presentes, sobretudo nos países desenvolvidos. No caso dos países subdesenvolvidos, a rede urbana estaria em fase embrionária. Para Roberto Lobato Corrêa existe rede urbana: a) a partir do momento em que haja uma economia de mercado que exige uma divisão territorial do trabalho; b) presença de pontos fixos onde se realizam os negócios; c) existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos; articulação no âmbito de circulação.

Convergindo com a doutrina citada acima, a série Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil (2000), relata que “os principais centros da Mesorregião Noroeste são Paranavaí e Umuarama, com nível de centralidade forte para médio, e Cianorte, com centralidade de nível médio, todos urbanos de média dimensão”. A obra explicita que nenhum desses centros está entre os mais fortes na rede urbana no Estado e seu pólo imediato é Maringá.

FIGURA 26: REDE DE CIDADES – 2000



Fonte: IPARDES, 2002.

5. CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DO USO DO SOLO E DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

5.1. EVOLUÇÃO DO PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Para a doutrina jurídica, parcelamento do solo urbano são processos de loteamento, desmembramento e unificação de lotes urbanos. É função de um Plano Diretor Municipal prever como serão ocupados os diversos espaços do município.

Em Mirador a ocupação da área da sede iniciou-se na década de 1950 em uma pequena área onde hoje esta localizada a malha urbana. A partir de 1954 o Sr. Fay

Neves promoveu o loteamento do perímetro urbano Municipal baseado num projeto apenas planimétrico distribuindo a sede urbana em eixos principais, da intersecção dos eixos parte o traçado das vias locais em forma de áreas concêntricas.

Ao sobrepor a base cartografia da Copel com o mapa do loteamento utilizado pela prefeitura, verificou-se que a ocupação se deu de forma desordenada, os terrenos e construções em algumas quadras estão ocupando as calçadas e até mesmo estrangulando as ruas; e algumas ruas saíram do alinhamento invadindo as quadras. Nota-se que a cidade tinha um mapa de loteamento, mas que, ao ser implantado pela prefeitura e moradores, os mesmos ao construírem suas casas, demarcaram erroneamente. Não houve preocupação técnica para delimitação e marcação desses lotes. Foi observado também caso de quadras que apresentam quantidade de lotes a mais do que o projetado e lotes muito maiores do que o tamanho original. Havendo a necessidade de refazer as quadras ocupadas e organizar as que ainda não estão ocupadas através de um Cadastro Técnico Imobiliário que será utilizado para a regularização fundiária de toda a malha urbana.

Para a elaboração dos mapas do Plano Diretor Municipal foram utilizadas linhas contínuas para as quadras existentes já ocupadas; e linhas tracejadas para as quadras projetadas, determinando assim o perímetro urbano.

Até 1990, toda malha urbana era reconhecida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e comunidade municipal como Centro. Com a construção de conjuntos habitacionais, outras áreas municipais ganharam novas denominações, conforme Prancha 23.

5.2. DINÂMICA DO MERCADO DE TERRAS E SUA EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Para compreender a dinâmica do mercado de terras e sua evolução nos últimos 10 anos é necessária uma avaliação sobre o preço do solo urbano, utilizando para isso o valor da alíquota de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

O direito à terra urbana é o grande objeto do Plano Diretor e seu maior lema é combater a especulação imobiliária. O termo terra urbana significa terra servida por infraestrutura e serviços (rede de águas, rede de esgotos, rede de drenagem, transportes, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação e saúde). O acesso à terra urbana, relacionado às condições sociais e à localização da moradia, espelha com absoluta clareza a seletividade na apropriação do espaço nas cidades.

PRANCHA 23: EVOLUÇÃO URBANA

5.3. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

É função do Plano Diretor definir e prever como serão usados e ocupados os diversos espaços do município, a área de expansão das indústrias e das atividades econômicas em geral. Meirelles (2001) disserta sobre a matéria, demonstrando a “necessidade do controle do uso do solo urbano visa equilibrar e harmonizar o interesse geral da coletividade com o direito individual de seus membros no uso da propriedade particular”.

A necessidade do controle do uso do solo urbano visa equilibrar e harmonizar o interesse geral da coletividade com o direito individual de seus membros no uso da propriedade particular, localizando áreas no exercício das atividades urbanas e até na utilização do domínio público.

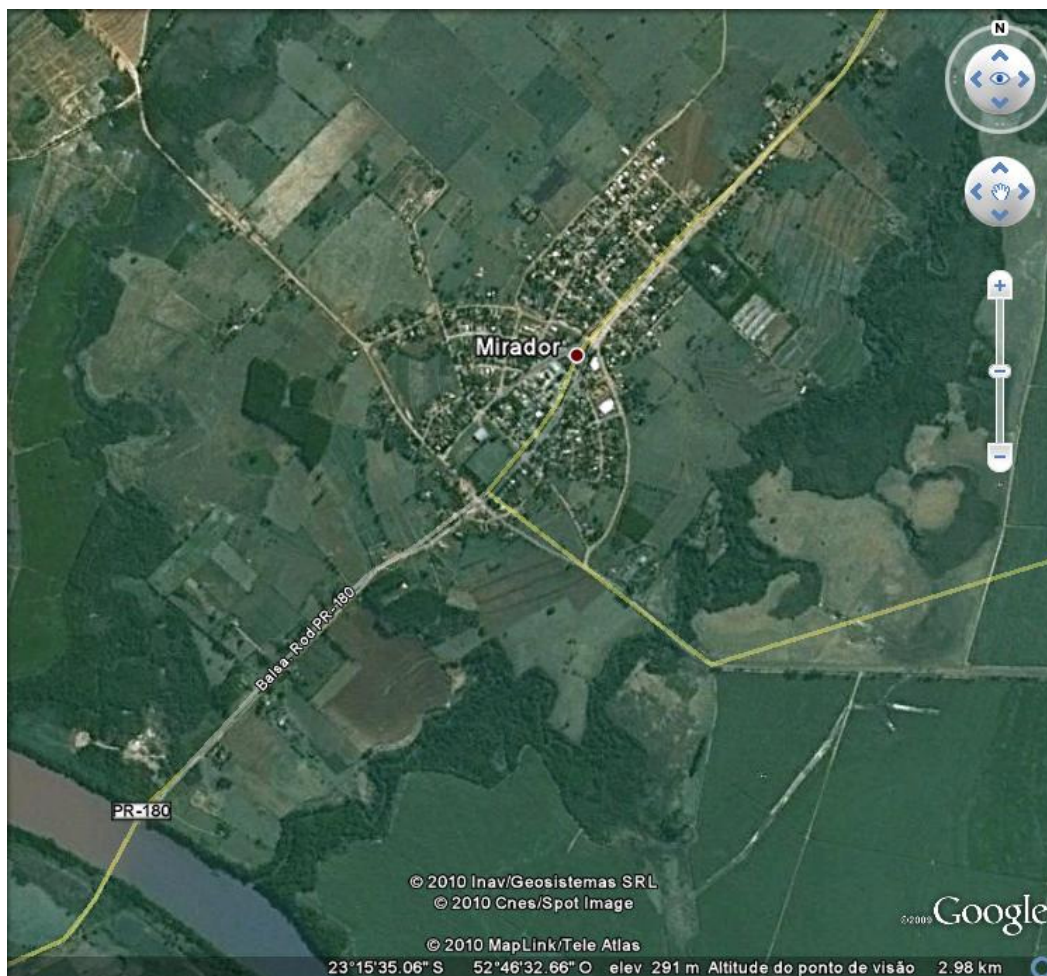
O município de Mirador apresenta esta necessidade de controle do uso do solo urbano, visto que, diferente de muitos municípios do Paraná, Mirador não elaborou PLUOS – Plano de Uso e Ocupação do Solo na década de 90 e nem mesmo conta com uma legislação urbanística, possuindo apenas a Lei de Perímetro Urbano.

Estabelecido pela Lei 005/1979, o Perímetro Urbano de Mirador é descrito a partir de confrontamento de quadras e ruas, não apresentando a dimensão da área urbana e medidas de limite. Porém conforme dados da Divisão de Fiscalização e Tributação em 2011 chegou-se a um valor estimado de 283,25 hectares.

Em relação à disposição sobre o uso e ocupação do solo na área urbana da Sede do Município de Mirador, pode-se perceber que só uma parte do projeto inicial foi urbanizada e nas quadras existentes, são poucos os lotes ocupados. A situação ficou agravada pela existência de muitos lotes disponíveis, então a ocupação se deu pulverizada nas quadras mais distantes do centro, onde estão localizadas a Prefeitura e outros Equipamentos Urbanos, alguns moradores ocupam um ou mais lotes para uma única moradia.

Ao noroeste da Avenida São Pedro está concentrado as casas de Conjuntos Habitacionais, e ao sudeste desta avenida, a ocupação está resumida aos lotes confrontantes a esta avenida, e onde existe uma grande área ocupada por um laticínio desativado.

FIGURA 27: IMAGEM AÉREA URBANA DE MIRADOR



Fonte: Google Earth, 2010.

Quanto ao uso, não existem critérios de ordenamento, contudo ao redor da praça central e nas suas proximidades, estão localizados os estabelecimentos de comércio e serviços.

Em relação à ocupação, também não são respeitados parâmetros para a construção, tais como recuos mínimos, dentre outros.

O município não possui Lei de Uso e Ocupação do Solo e faz-se necessária a elaboração de uma Lei que regulamente o uso e a ocupação do solo, promovendo melhor aproveitamento da infraestrutura existente, e preserve o meio ambiente com suas características naturais.

Quanto à tipologia construtiva da área urbana de Mirador, é possível fazer uma análise espacial das condições sócio-espaciais. A maioria das edificações residenciais e comerciais é térrea, em alvenaria, sem deixar de considerar parcela significativa de equipamentos em madeira espalhada em todas as partes da cidade. Todas as edificações possuem apenas 01 pavimento.

FIGURA 28: USO RESIDENCIAL NA SEDE

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 29: USO RESIDENCIAL NO DISTRITO

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

Sobretudo, o principal problema de Mirador neste aspecto, refere-se à regularização fundiária. Ao contrário do que aconteceu com a maioria das cidades planejadas por loteadoras, os terrenos que não foram comercializados inicialmente, ficaram nas mãos da Prefeitura Municipal.

Com uma malha urbana projetada com área de aproximadamente 6000 alqueires, menos de 25% foi ocupada desde a implantação, fazendo com que a ocupação sem critério cause dificuldades pela distância de algumas residências à área central. Parte da malha urbana está em poder de munícipes que usam áreas de 1 a 6 alqueires com uso agrícola.

Essa ocupação sem critério em Mirador se agrava, pois, apesar de inicialmente a cidade possuir um projeto para sua urbanização, no momento da prefeitura e moradores construírem, muitos lotes foram locados erroneamente. Não houve preocupação técnica para delimitação e marcação dos lotes e conseqüentemente hoje algumas quadras ocupam áreas destinadas à calçada e até mesmo chegam a estrangular ruas. Isso aconteceu por não ser exigida a infraestrutura de meio fio para implantação do loteamento. O meio-fio é importante para delimitar as quadras.

Em discordância com o desenho original e alinhamentos não obedecidos, a Copel ao instalar um poste, obedecendo um alinhamento executado tecnicamente, instalou o poste dentro do lote, como pode ser visto na foto abaixo:

FIGURA 30: PROBLEMA DE LOCAÇÃO



Foto: Stella V. Magalhães, 2009.

Dos aproximadamente 2.719 lotes existentes na malha urbana projetada, atualmente 605 estão ocupados por residências, prédios comerciais e públicos. Alguns lotes possuem proprietários desconhecidos que adquiriram os mesmos, mas nunca

utilizaram, nem procuraram a prefeitura para cadastramento ou pagamento de impostos. Além disso, ao longo dos anos a Prefeitura Municipal não tem lançado a cobrança de IPTU para lotes sem construção. Com essa situação de irregularidade, tanto os lotes com uso urbano, como os com uso rural tem seu valor abaixo do custo do mercado regional. O lote urbano não tem valor, visto que, quando algum munícipe tem interesse em construir, a Prefeitura cede um lote para a família. Quanto ao custo do lote rural, é desvalorizado cerca de 50% em relação aos valores dos lotes do entorno da malha urbana projetada em situação regular.

É desejo de todos é a regularização dos lotes, mas a Prefeitura esbarra nos trâmites legais e o baixo poder aquisitivo da população.

Outro problema em Mirador refere-se à falta de regularidade fiscal dos estabelecimentos comerciais, sendo que apenas 06 deles possui Alvará de Funcionamento.

PRANCHA 24: USO DO SOLO URBANO

PRANCHA 25: TIPOLOGIA CONSTRUTIVA

5.4. USO DO SOLO RURAL

Antes de descrever sobre o zoneamento do solo rural, foram identificadas as diversas formas de uso de produção agropecuária, extração vegetal, exploração mineral, usos não agrícolas como turismo, moradias permanentes, levando em consideração as informações do meio físico.

Através do censo demográfico nacional realizado em 2000, com a publicação de dados em 2001, o município possui área de 221,97km², representando 0,11% do Estado do Paraná, 0,038% da Região Sul e 0,0026% de todo o Território Brasileiro.

O município de Mirador tem 02 distritos político-administrativo, sendo a Sede denominada Mirador e o Distrito de Quatro Marcos. O território municipal é dividido em zona urbana e zona rural.

O município sofreu com o êxodo rural devido às constantes crises da agricultura e a seletividade crescente dos produtores a partir de critérios tecnológicos e econômicos.

Como já relacionado, o município apresenta relevo suave ondulado a plano, com tendência a ondulado nos divisores de água principais, com declividades entre 0% e 8% na maior área do município. A área onde se encontra o município é zona de tensão ecológica, pois existe contato entre a Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Ombrófila Mista, devendo ser preservada e reflorestada. Aliada à área de tensão ecológica, o substrato geológico em que Mirador está amparada é zona de substrato arenito Caiuá, ocorrendo problemas de erosão em algumas áreas do município.

Conforme relatório da EMATER é possível perceber-se quanto ao uso do solo rural o predomínio das áreas agricultáveis sobre áreas de preservação. O perfil da realidade agrícola de 2008 mostra que Mirador possui 2.302 hectares preenchidos por lavouras anuais, 8.791 hectares preenchidos por lavouras permanentes, 9.602 hectares preenchidos por pastagens cultivadas, 235 hectares ocupados por vegetação constituída através de técnica de reflorestamento, 1.270 hectares de matas naturais classificadas como de preservação permanente.

Em detrimento do grande número de áreas agricultáveis sobre as matas nativas e a ocorrência do domínio de propriedades rurais privadas sobre as áreas públicas, prevalece no município a pequena propriedade. Atualmente os solos municipais se destinam ao plantio de cana-de-açúcar, mandioca e pastagens para a pecuária extensiva.

5.5. DEMANDA POR SOLO URBANO NA ATUALIDADE E NOS PRÓXIMOS 10 ANOS

Conforme índices do IPARDES, a população projetada para Mirador em 2010 é de 2.318 habitantes, 182 habitantes a menos que os recenseados em 2000. Analisa-se, *a priori*, que a taxa de crescimento municipal continuará a registrar índices negativos. A média de residentes por unidade habitacional conforme dados do IPARDES é de 3,5 hab./domicílio, considerando o montante de 699 domicílios particulares e 2.500 recenseados em 2000.

Segundo a Lei Municipal 005/1979, o perímetro urbano da Sede é delimitado apenas com o confrontamento de quadras e ruas, não apresentando medidas de limites, porém conforme dados da Divisão de Fiscalização e Tributação chegou-se a um valor estimado de 190,23 hectares. Conforme levantamento *in loco* realizado em 2009, apoiado em material entregue pela Equipe Técnica Municipal, constatou-se que o perímetro urbano possui 2.719 lotes urbanizados, sendo que 2.114 lotes estão sem uso. Além desses lotes urbanizados que se encontram vazios, existem áreas delimitadas pelo perímetro urbano que ainda não foram parceladas. Essa realidade evidencia que não há necessidade de acréscimo de áreas para expansão urbana.

Reforçando esta ideia, aparecem os percentuais trabalhados pelo IPARDES, que apontaram uma população total de **2.336** habitantes em 2007, apesar de existirem indicadores de crescimento da população na zona urbana. Sendo assim, se confirma a hipótese de que se deve manter a mesma área do perímetro urbano atual, sem ampliá-la. Entretanto, é evidente a necessidade de adequação do Perímetro Urbano aos limites de lotes existentes e aos limites naturais/ geográficos, o que pode acarretar uma ampliação ou pequena redução na área total do Perímetro Urbano.

A tabela a seguir demonstra a relação entre número de habitantes por hectare na área urbana, se mantido o Perímetro Urbano e considerando as estimativas populacionais para o ano 2010 e 2020, revelando uma redução na densidade demográfica obtida.

TABELA 56: DEMANDA ESTIMADA DE LOTES URBANOS

Evolução da população urbana (taxa de crescimento anual 0,12%)			
	2000	2010	2020
População Urbana Total	2.500 hab.	2.318 hab.	2.014 hab.
Área Urbana Sede	190,23ha	190,23ha	190,23ha
Densidade Demográfica	13,15 hab./ha	12,18 hab./ha	10,58 hab./ha

Fonte: Cálculos realizados pela Consultoria.

5.6. ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR

Nacionalmente, com as dificuldades que envolvem o acesso à moradia, crescem as ocupações e com elas a precariedade dos assentamentos humanos e da qualidade de vida. Vários exemplos de situações são o contingente de sub-habitações localizadas em favelas, ocupando geralmente áreas impróprias; as áreas alagadiças e de mangues; encostas de morros e deslizamentos; áreas sob rede de baixa tensão; faixas de domínio do sistema viário e reservas ambientais. Em Mirador até o presente momento não são encontradas áreas de ocupação irregular destes tipos. Contudo, conforme descrição no item 5.3 deste volume, o município sofre com problemas de regularização fundiária e conseqüentemente problemas com a baixa arrecadação com IPTU.

TABELA 57: SITUAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	Não
Construção de unidades habitacionais exclusivas pela Prefeitura Municipal	Não
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privados	Sim
Área beneficiada: urbana	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005.

5.7. CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS SUBUTILIZADAS, OCUPAÇÃO DO SOLO E ÁREAS COM PRECARIEDADE DE INFRAESTRUTURA

A disponibilidade de infraestrutura como o abastecimento de água potável, a presença de rede de esgoto sanitário e drenagem adequada das águas pluviais, assim como a coleta de resíduos sólidos, são condicionantes mínimos para evitar doenças epidêmicas. A ausência dessas infraestruturas é um forte indicador das desigualdades sociais, pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida. A tabela abaixo demonstra a relação entre a densidade demográfica no município de Mirador e o suporte de infraestrutura.

TABELA 58: RELAÇÃO ENTRE DENSIDADE DEMOGRÁFICA E SUPORTE DE INFRAESTRUTURA

Mun.	Densidade demográfica	Suporte de infraestrutura						
		Energia Elétrica	Água	Esgoto	Drenagem	Coleta de Lixo	Varrição	Pavim.
Mirador	12,18 hab/ha	Total	Total	Inexist.	Parcial	Total	Total	Parcial

Fonte: Elaborada pela consultoria com base nos dados de cada setor e a Densidade Demográfica com base em dados do ano 2010.

5.8. POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR

A política habitacional é um instrumento para alcançar o direito à moradia e passa, necessariamente, pela esfera municipal. A importância da política habitacional no desenvolvimento urbano, econômico e social das cidades relaciona-se com o processo de reprodução social do espaço urbano, em pelo menos 03 (três) aspectos: social, econômico e territorial. É dever do plano diretor regulamentar sobre as habitações populares. A política habitacional articulada com os instrumentos de ordenação do território pode contribuir para combater a segregação social e espacial.

A tabela a seguir, elaborada com dados do IBGE demonstra os instrumentos e políticas habitacionais aplicadas em Mirador.

TABELA 59: INSTRUMENTOS E POLÍTICAS HABITACIONAIS DE MIRADOR

Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	Sim
Cadastro informatizado	Não
Construção de unidades – existência	Não
Construção de unidades – existência	Não
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Não aplicável
Em convênio(s) da prefeitura com outro órgão(s) público(s) ou privados	Não aplicável
Área beneficiada: urbana	Não aplicável
Área beneficiada: rural	Não aplicável
Oferta de material de construção – existência	Não
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Não aplicável
Em convênio(s) da prefeitura com outro órgão(s) público(s) ou privados	Não aplicável
Oferta de lotes – existência	Não
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Não aplicável
Em convênio(s) da prefeitura com outro órgão(s) público(s) ou privados	Não aplicável
Outras ações – existência	Não
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Não aplicável
Em convênio(s) da prefeitura com outro órgão(s) público(s) ou privados	Não aplicável
Área beneficiada: urbana	Não aplicável
Área beneficiada: rural	Não aplicável
A prefeitura emitiu em 2007 e 2008:	
Licenças para implantação de novos loteamentos	Não
Licenças de construção	Não
"Habite-se" ou alvarás de habitação	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2008.

De acordo com dados fornecidos pela COHAPAR, em Mirador foram executados os seguintes conjuntos:

TABELA 60: CONJUNTOS HABITACIONAIS DA COHAPAR EM MIRADOR

Conjunto	Nº de Unidades	Data de conclusão	Programa
Mirador – CR 0570	12 unidades	Dezembro de 1986	Mutirão
Mirador – CR 0686	12 unidades	Novembro de 1987	Mutirão
Mirador – CR 1192	36 unidades	Fevereiro de 1993	Mutirão/ Casa da Família
Mirador – CR 1501	06 unidades	Dezembro de 1995	Mutirão/ Casa da Família

Fonte: COHAPAR, 2009.

Além dos projetos apresentados na tabela, no final de 2009 ainda estava em execução um Conjunto Habitacional com 36 unidades, executado através do Programa Casa da Família por meio de caução. O conjunto está situado entre a Avenida Taquari e as Ruas Rio Grande do Sul, São Tiago e Minas Gerais.

Quanto à oferta e demanda habitacional na cidade, segundo a COHAPAR, em 2006 foi realizado no município um cadastramento geral para levantamento da necessidade de moradia e o resultado obtido apontou que 112 famílias, dentre elas 36 já foram atendidas na etapa em construção, precisavam de habitação popular. Contudo, de 2006 até 2010, segundo o Departamento Social, essa demanda cresceu e já estaria próximo a 150 famílias.

6. SITUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

O Plano Diretor Municipal é o principal instrumento para os Municípios promoverem políticas públicas urbanas que respeitem os princípios constitucionais das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e da garantia de bem-estar de seus habitantes.

Uma das diretrizes gerais da política urbana estabelecida no Estatuto da Cidade é a garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações. Este capítulo tratará das condições gerais dos aspectos de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, verificando a situação atual e a projeção para os próximos 10 anos, como forma de planejar, cumprir e executar o princípio constitucional das cidades sustentáveis.

6.1. SANEAMENTO AMBIENTAL

O saneamento ambiental ou, como preferem muitos, saneamento básico, representa o mínimo de condição de moradia digna que uma pessoa deveria ter. Trata-se de condicionantes do bem-estar pessoal e ambiental, que se interagem em prol da coletividade.

O Estatuto da Cidade garante em seu artigo 2º o direito à cidade sustentável, definindo como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à

infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações. A doutrina classifica a sustentabilidade, em suas várias vertentes, garantia de condições para que o desenvolvimento municipal seja socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando à qualidade de vida para presentes e futuras gerações, prevalecendo sempre à inclusão social e a redução das desigualdades.

A disponibilidade da infraestrutura de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem adequada para as águas pluviais e coleta de resíduos sólidos são condicionantes mínimas para evitar doenças epidêmicas. A ausência dessas infraestruturas é um forte indicador das desigualdades sociais, pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida.

6.1.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

O abastecimento de água potável e industrial é serviço público necessário a toda cidade ou núcleo urbano, e, como tal, incumbe ao Município prestá-lo nas melhores condições técnicas e econômicas para os usuários. Em Mirador, o Poder Público Municipal concedeu a titularidade da água à Empresa Organizada pelo Estado, a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, por período determinado de 30 anos. A tabela abaixo demonstra o abastecimento de água da SANEPAR, segundo as categorias. Em 2010, foram atendidas 623 unidades em 599 ligações.

TABELA 61: ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA SANEPAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2010

Categoria	Unidades Atendidas	Ligações
Residencial	581	557
Comercial	17	17
Indústrias	1	1
Poder público	16	16
Utilidade Pública	8	8
Total	623	599

Fonte: Anuário Estatístico do Paraná – IPARDES, 2010.

O abastecimento de água na zona rural é feito através de poços sem acompanhamento técnico e a maioria estão condenados pela SANEPAR.

A rede de esgotamento sanitário é obra pública indispensável em toda cidade abastecida com água e indicador de qualidade de vida na promoção de saúde pública e lençóis freáticos sem contaminação. A doutrina especializada considera que este serviço deve ter aprimoramento técnico e urgência para execução.

Em Mirador não existe sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A SANEPAR afirma que não há estimativa de atendimento com sistema de esgoto e que a maior preocupação é a quantidade de fossas sépticas localizadas nos passeios públicos e a existência de fossas negras.

TABELA 62: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR FORMA DE ESCOAMENTO DA INSTALAÇÃO SANITÁRIA – 2000

Total de domicílios	1.869
Com banheiro ou sanitário	1.260
Com banheiro ou sanitário e rede geral	1
Com banheiro ou sanitário e fossa séptica	108
Com banheiro ou sanitário e fossa rudimentar	1.130
Com banheiro ou sanitário ligado a uma vala	16
Com banheiro ou sanitário ligado diretamente a um rio, lago ou mar	0
Com banheiro ou sanitário e outro tipo esgotamento	5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

FIGURA 31: FOSSA NO PASSEIO PÚBLICO



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 26: REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

6.1.2. DRENAGEM URBANA – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

Em Mirador existem galerias de drenagem de águas pluviais apenas na Avenida São Pedro no cruzamento com a Rua Rio Grande do Sul, seguindo até o cruzamento com a Rua Minas Gerais, descendo a direita desta mesma rua até o cruzamento da mesma com a Rua São Matias, prosseguindo até o Ribeirão Paranaíba.

O destino final das galerias pluviais é o Ribeirão Paranaíba, através de dois dissipadores.

Até recentemente não existiam programas para a conservação dos rios e córregos, porém, visto que os mesmos estão com pouca proteção da mata ciliar e assoreamento em praticamente toda a extensão dos rios, foi elaborado em novembro de 2009 um Plano de Recursos Hídricos para o município, com conclusão em fevereiro de 2010, mas, ainda não foi implantado.

FIGURA 32: RIBEIRÃO DO LICA – ASSOAREADO



Foto: Cristina A. Oliveira, 2009.

PRANCHA 27: REDE DE DRENAGEM URBANA

6.1.3. RESÍDUOS SÓLIDOS – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

6.1.3.1. Coleta de resíduos

Conforme dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de 2000, 91,31% das residências urbanas eram servidas por coleta de resíduos, enquanto em 1991 somente 1,16% tinham esse serviço, o que, num primeiro momento representa uma evolução no quadro.

A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos declara que na sede municipal existe coleta de resíduos sólidos 03 vezes por semana, sendo feita a coleta na segunda e na sexta-feira em toda a cidade; e na quarta-feira somente no centro da cidade para atender o comércio; no Distrito de Quatro Marcos a coleta é realizada pelo Município de Mirador uma vez por semana; e na zona rural não há coleta. O volume de lixo recolhido na sede do município é de aproximadamente 420 kg/dia, totalizando 11.760kg (11,76 toneladas) mês.

A estrutura e o sistema de coleta de resíduos sólidos são feito por 01 trator New Holland 4630, ano 2000 e 01 trator Ford T65, ano 1998, ambos em bom estado de conservação. O município necessita de 01 caminhão coletor de lixo.

Quanto a Coleta de Entulhos, a sede do município não possui este serviço, por falta de maquinário adequado, fazendo com que os entulhos sejam recolhidos quando existe disponibilidade. Sendo necessário determinar os dias que poderão ser realizados as limpezas de quintais e podas de árvores para serem recolhidos pela prefeitura e aplicação de multas para quem descumprir. No Distrito o serviço de limpeza é feito através de recolhimento de entulhos, galhos, podas de árvores, carpinagem de canteiros e praça, realizado uma vez a cada quinze dias. São poucos os funcionários para coleta de lixo, varrição e coleta de entulhos e todos precisam de treinamento para aperfeiçoar os serviços. Como consequência é comum à população queimar lixo na rua, o que corresponde a uma prática danosa e perigosa, principalmente nas épocas de seca.

Os resíduos coletados são remetidos ao depósito municipal, localizado na área rural, onde são depositados de forma irregular, diminuindo a vida útil do aterro. Existe a previsão de construção de um novo aterro sanitário do tipo aterro controlado, mas a prefeitura ainda não tem o terreno para sua implantação. O maquinário utilizado no depósito de lixo não é suficiente, necessitando de duas carretas basculantes.

Em relação à coleta de resíduo reciclável, não existe no município programa municipal de coleta de material reciclável, nem aproveitamento de resíduos orgânicos.

Existe no município o Plano de Resíduos Sólidos, elaborado em novembro de 2009, com conclusão em fevereiro de 2010, porém, ainda não implantado.

A coleta de lixo hospitalar é realizada por uma empresa licenciada, contratada pela prefeitura, que recolhe este lixo levando para destino não informado fora do município.

Há necessidade de ampliação, aumento da capacidade de atendimento e qualidade do serviço público oferecido para os próximos 10 anos.

PRANCHA 28: COLETA DE LIXO

6.1.3.2. Varrição Urbana

O serviço de varrição das ruas é realizado pela Prefeitura Municipal. De acordo com o mapa de varrição (Prancha 29), apenas as ruas e avenidas centrais possuem varrição que são realizadas duas vezes por semana. Este serviço está sob a responsabilidade da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, utilizando os seguintes equipamentos para a realização dos serviços: 02 carretas, vassouras, rastelos, vassourões, enxadas e outros. Este serviço conta também com 05 funcionários, mas atualmente apenas 03 estão trabalhando. No Distrito de Quatro Marcos não há varrição por não haver ruas asfaltadas. Há necessidade de ampliação, aumento da capacidade de atendimento e qualidade do serviço público oferecido para os próximos 10 anos.

PRANCHA 29: VARRIÇÃO PÚBLICA

6.2. SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE

A municipalidade de Mirador é interligada à rede viária estadual através da rodovia PR 559. Esta rodovia se inicia no Município de Mirador até o Município de São Carlos do Ivaí, passando por Paraíso do Norte. O levantamento *in loco* identifica que o asfalto da rodovia está em péssimas condições, pouco sinalizado e necessita de acostamento, com difícil acesso das estradas rurais à mesma (Prancha 30).

Conforme levantamento da Prefeitura Municipal de Mirador, as estradas municipais se encontram em condições regulares; as pontes estão em condições ruins; e o município possui uma balsa para travessia do Rio Ivaí para o Município de Guaporema, que também se encontra em péssimas condições. A Prefeitura tem muita dificuldade em manter em boas condições as estradas rurais e as vias urbanas não pavimentadas, por falta de maquinário. O município necessita trocar a moto niveladora que é muito antiga e adquirir uma retroescavadeira. No pátio rodoviário o controle dos serviços é difícil, pois o local não possui uma sala para escritório e nem copa, apenas um banheiro. Outro problema é que todo o maquinário não cabe no pátio, evidenciando um local maior e com a estrutura necessária. Em 2011 o município adquiriu uma pá carregadeira nova para substituir a velha que estava sucateada.

A tabela abaixo apresenta as estradas rurais municipais e suas respectivas extensões:

TABELA 63: ESTRADAS DENTRO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO

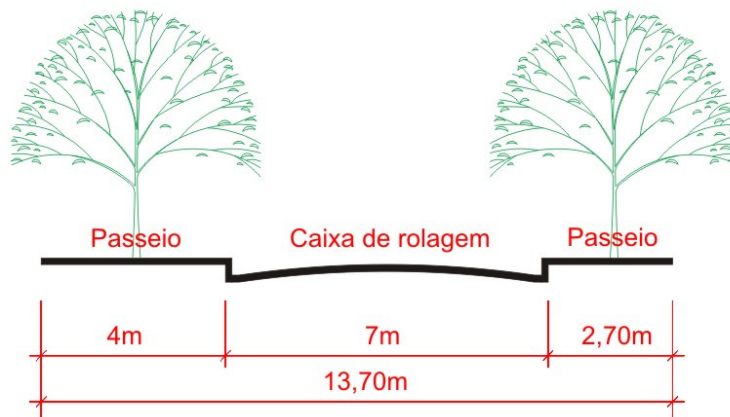
Ordem	Estradas dentro do território do município.	Extensão
01	Mirador ao Distrito de Quatro Marcos.	16 km
02	Distrito até o final na propriedade do Selost.	05 km
03	Encruzilhada da mata até a Divisa de nova Aliança do Ivaí.	02 km
04	Estrada Mirador/Quatro Marcos até Ademar Ravagnani.	1,5 km
05	Estrada do Artulino Rohling.	0,7 km
06	Estrada da Célia Lorenzetti.	1,2 km
07	Estrada do Ignácio Rech.	2,5 km
08	Estrada Escolinha a Paraíso (Tormena).	06 km
09	Estrada dos Marcelos.	04 km
10	Estradas do Dorival Ravagnani.	1,7 km
11	Estrada da Balsa.	0,5 km
12	Estrada Mirador até entrocamento para Amaporã.	2,7 km
13	Estrada do cruzamento para Amaporã até a divisa com Amaporã.	06 km
14	Estrada do cruzamento para Amaporã até o final na propriedade do Jarbas Soares das Dores.	07 km
15	Estrada para Nordestina (Tadeu Camargo).	2,4 km
16	Estrada para Nordestina (Fazenda).	2,8 km
17	Estradas no Assentamento Monte Azul.	07 km
18	Estrada de Nova Aliança até Rogério Lorenzetti	3,5 km
	Total de estradas no território municipal	72,5 km

Fonte: Prefeitura Municipal de Mirador.

As vias urbanas em toda a cidade apresentam largura mínima de 13,7m (treze metros e setenta centímetros), sendo o mínimo de 7m (sete metros) para a caixa de rolagem; e largura máxima de 25m (vinte sete metros e noventa centímetros), sendo a largura das caixas de rolagem 8m (oito metros). A Avenida Guaíra apresenta larguras diferentes em sua extensão, uma vez que esta possui um trecho sem canteiro central, com largura de 14,45m (quatorze metros e quarenta e cinco centímetros), sendo 7,7m (sete metros e setenta centímetros) de caixa de rolagem; e outro trecho com canteiro central, apresentando a largura de 24m (vinte e quatro metros), com 7,5m (sete metros e cinquenta centímetros) para cada uma das caixas de rolagem, mas não delimitados por meio fio, existentes somente nos locais pavimentados.

As figuras a seguir exemplificam o perfil das vias de Mirador:

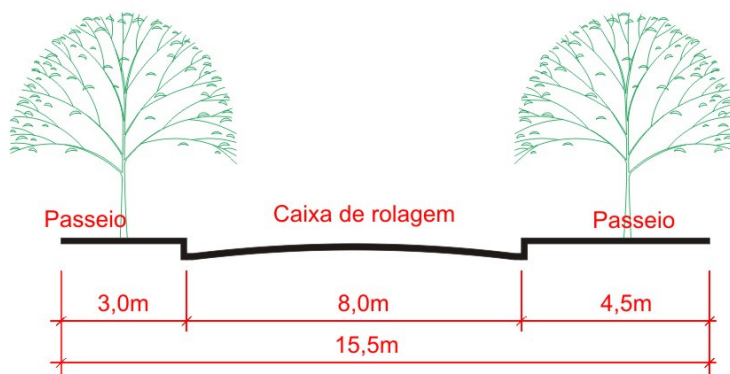
FIGURA 33: PERFIL DA RUA MUNHOZ DE MELLO



Rua Munhoz de Mello

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2009.

FIGURA 34: PERFIL DA AVENIDA PARANÁ



Avenida Paraná

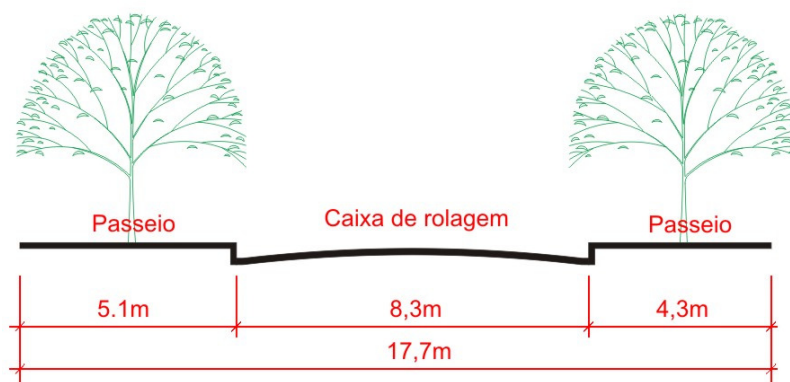
Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2009.

FIGURA 35: PERFIL DA RUA SÃO TADEU



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2009.

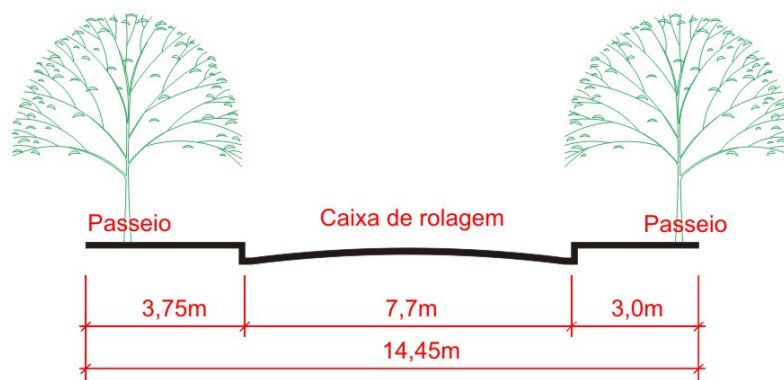
FIGURA 36: PERFIL DA AVENIDA TIRADENTES



Avenida Tiradentes

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2009.

FIGURA 37: PERFIL DA AVENIDA GUAÍRA (TRECHO SEM CANTEIRO CENTRAL)



Avenida Guaíra (trecho sem canteiro central)

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2009.

FIGURA 38: PERFIL DA AVENIDA GUAÍRA (TRECHO COM CANTEIRO CENTRAL)



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2009.

Devido ao projeto traçado da cidade não ser executado e grande parte das ruas do sistema viário municipal não possuem pavimentação nem meio fio, o desenho da mesma se torna confuso.

O tráfego pesado e intenso de caminhões canavieiros passa principalmente pela Avenida Paixão seguindo para a Rua Munhoz de Mello e Avenida Rio do Sul; e pela Avenida São Pedro seguindo para a Avenida Rio Branco.

O município não possui transporte coletivo, apenas transporte escolar com quatro rotas diferentes, com um tempo aproximado de 1 hora cada rota, sendo uma rota com periodicidade manhã, tarde e noite; duas rotas manhã e tarde e uma rota apenas no período da manhã, durante os cinco dias da semana.

O município não possui ciclovia, havendo necessidade de construção da mesma na margem da PR 559, que liga Mirador a Paraíso do Norte, com aproximadamente 3 km, melhorando a segurança dos pedestres e ciclistas que trafegam no local, uma vez que esta via possui grande fluxo de carros, motocicletas e caminhões canavieiros.

PRANCHA 30: SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

6.2.1. PAVIMENTAÇÃO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

A pavimentação do leito carroçável das vias públicas são poucas no Município de Mirador, apresentando-se como deficiência para o tráfego, para o fator de higiene, conforto e estética urbana. A pavimentação das vias públicas é uma questão delicada para qualquer administração municipal visto sua importância e seu alto custo de implantação.

Conforme demonstra o Mapa de Pavimentação (Prancha 31), na área urbana de Mirador a maior parte das vias não possui pavimentação asfáltica. Há apenas 1750m de extensão de vias com pavimentação asfáltica, sendo parte na Avenida Frei Ulrico, parte da Avenida Guaira, e as quadras centrais das ruas Munhoz de Mello, Rocha Pombo, Dario Veloso e da Avenida Paraná. No restante da malha urbana predominam vias cascalhadas, com exceção das vias do Conjunto Habitacional Mirador. Constatase que as vias não tem um desenho ordenado, devido à falta de técnica para demarcação das ruas e a falta do meio fio delimitando a rua.

Além disso, as vias municipais se encontram em estado de conservação ruim, possuindo vários pontos com erosão.

FIGURA 39: EXEMPLO DA PAVIMENTAÇÃO URBANA NA AVENIDA FREI ULRICO



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 31: PAVIMENTAÇÃO URBANA

6.2.2. CALÇAMENTO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

O perfil das vias da área urbana mostra que o passeio não apresenta dimensões satisfatórias para a locação de equipamentos urbanos, arborização e o tráfego de pedestres, pois em alguns lugares estas vias não obedeceram ao projeto inicial.

Em Mirador aproximadamente 95% das vias não possuem calçadas e nas poucas implantadas não existe o cuidado durante a construção a fim de permitir a acessibilidade universal. É comum a existência de degraus entre o limite dos lotes e a construção de obstáculos como bancos, lixeiras e muretas ao redor das árvores. Não existem guias rebaixadas, o que também prejudica a circulação de portadores de deficiências físicas.

Mesmo nas vias pavimentadas, existem passeios que não possuem piso e também não são gramadas. Onde não há pavimentação também não há calçadas públicas pavimentadas e nem arborização. Na Rua Dario Veloso, lateral do prédio da prefeitura foi implantado estacionamento na diagonal na calçada, deixando o pedestre sem ter por onde passar, tendo que escolher entre a rua ou o jardim. O correto seria construir uma calçada no jardim acompanhando o estacionamento que atende bem a demanda do local.

No município é responsabilidade do proprietário do lote a construção da calçada, entretanto percebe-se a necessidade de incentivo, regulamentação, orientação e fiscalização por parte do poder público municipal, a fim de melhorar as condições dos passeios e implementar calçadas que permitam a acessibilidade universal.

FIGURA 40: CONDIÇÃO DAS CALÇADAS



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 41: OBSTÁCULOS NA CALÇADA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

6.2.3. TRÂNSITO

Trânsito é o deslocamento de pessoas ou coisas (veículos ou animais) pelas vias de circulação. Tráfego é o deslocamento de pessoas ou coisas pelas vias de circulação em missão de transporte.

Dentro da sua esfera de competência, o Município deve ordenar o trânsito urbano e os de interesse local; cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas; e implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário, entre outras atribuições regulamentadas no artigo 24 do Código Brasileiro de Trânsito – CBT.

A constituição da malha viária de Mirador foi planejada e projetada com um formato circular, tendo como ponto central a Praça Prefeito José Vaz de Carvalho. Porém, como o projeto não foi executado completamente, a transição nas vias urbanas se torna um pouco confusa mesmo com identificação de todas as ruas anexadas aos postes.

O estacionamento de veículos é feito nas laterais. A quantidade de vagas para estacionamento é suficiente perante o número de veículos existentes no município, não necessitando este item de regulamentação própria. O maior problema de Mirador é a falta de pavimentação das vias e o grande tráfego de caminhões canavieiros. São

comuns situações cotidianas envolvendo o tráfego de caminhões canavieiro no perímetro urbano. As vias municipais não têm estrutura para o trânsito de veículos pesados nas Avenidas Paixão, Rio do Sul, São Pedro, Rio Branco e Rua Munhoz de Mello. A sinalização é deficitária, tanto na modalidade vertical como na modalidade horizontal.

O tráfego de caminhões canavieiros que vem de Paranaíba com destino à Paraíso do Norte, foi desviado para a Avenida Rio Branco, inclusive este desvio foi construído e é mantido pela Usina.

O tráfego é intenso nas estradas vicinais municipais, mas não há registros de acidentes frequentes nestas vias. De acordo com o relatório estatístico de trânsito no ano de 2007, não ocorreram acidentes automobilísticos no município. É muito importante ressaltar que foram procedidas operações mensais durante todo o período do ano de 2007, sendo estas mensais, com abordagens de condutores e veículos.

TABELA 64: NÚMERO DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE MIRADOR – 2010

Veículos	Quantidade
Automóveis	298
Caminhão	13
Caminhonete	26
Camioneta	15
Micro ônibus	1
Motocicleta	191
Motoneta	28
Ônibus	9
Reboque	4
Total	585

Fonte: Departamento Estadual de Transito - DETRAN /PR.

6.2.3.1. TRANSPORTE COLETIVO

Meirelles (2001) entende que “o transporte coletivo urbano e rural, desde que se contenha nos limites territoriais do Município, é de sua exclusiva competência, como serviço público de interesse local, com caráter essencial”.

Não existe transporte coletivo com cobrança de tarifa e deslocamento dentro do território municipal. A municipalidade de Mirador é responsável pelo transporte de alunos que estudam na zona urbana e residem na zona rural e organiza viagens para alunos residentes no município que estudam nas faculdades de Paranaíba e escolas no município de Paraíso do Norte. A garagem municipal está localizada na Avenida Paraná, nº 42, centro.

Em relação ao transporte local de alunos, o Poder Executivo Municipal dispõe de 03 ônibus e 02 micro-ônibus. São transportados diariamente nesses veículos aproximadamente 127 alunos.

O prédio do Terminal Rodoviário é da Prefeitura Municipal, foi reformado recentemente e está sendo mantido pelos seus locatários, permitidos pela prefeitura sem ato oficial. Passa pelo município duas linhas de transporte intermunicipal, pertencente à empresa privada, saindo de Mirador para Paranavaí passando por Paraíso do Norte com saída as 06h15min e retorno às 11h50min, e outro saindo as 12h40min e retornando as 19h30min. O município não possui ponto de táxi e nem frota destes veículos.

Em Mirador existem três pontos de ônibus com cobertura para atender os trabalhadores rurais, estão localizado, um na Avenida São Pedro, um na Avenida Frei Ulrico em frente ao Centro de Saúde – NIS II e um na saída para Paraíso do Norte.

FIGURA 42: PONTO DE ÔNIBUS NA AVENIDA FREI ULRICO



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 32: TRÁFEGO E TRANSPORTES

6.2.4. ARBORIZAÇÃO PÚBLICA

A arborização pública de Mirador encontra-se em condições ruins, como a grande maioria das ruas não possui pavimentação e nem calçadas, só existem árvores dentro dos lotes. Para as árvores que se encontram no passeio público, são os funcionários da prefeitura que fazem a poda quando necessário, e quando cortada os próprios moradores fazem a substituição, de forma irregular.

Isso torna as vias públicas sem unidade e muitas vezes sem sombra, prejudicando a qualidade do espaço urbano, e tirando o papel da arborização viária que consiste em proteger os pedestres dos raios solares, causadores do câncer de pele e contribuir para um micro clima mais agradável na área urbana.

A espécie mais utilizada para arborização viária em Mirador é a Sibipiruna. As ruas mais arborizadas se localizam nas proximidades da prefeitura. O canteiro central das Avenidas Frei Ulrico e Guaíra tem palmeiras, mas estão crescendo e entrando em conflito com a fiação elétrica, visto que as palmeiras escolhidas são de porte maior do que o adequado para o local.

O município necessita de uma Secretaria para o meio ambiente, pois a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos não possui uma equipe exclusiva para esta função, e nem os equipamentos necessários para uma boa execução desses serviços. A prefeitura não possui viveiro próprio para produção das mudas necessárias à arborização urbana.

FIGURA 43: A INADEQUAÇÃO NO CANTEIRO CENTRAL NA AV. FREI ULRICO



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 33: ARBORIZAÇÃO URBANA

6.2.5. ÁREA PÚBLICA DE LAZER

O lazer é uma necessidade biológica do ser humano, só recentemente valorizada por nossa sociedade. O Poder Público Municipal deve se preocupar em oferecer estes serviços à comunidade, através da criação de espaços livres, novos parques e incentivo às competições esportivas (Meirelles, 2001).

Os principais equipamentos públicos de lazer de Mirador são o Campo de Futebol Municipal, a Academia da Terceira Idade – ATI, a Escolinha de Futebol Infantil e o Campo de Futebol Suíço. No Distrito de Quatro Marcos existe somente uma Quadra de Esportes sem cobertura.

Conforme o mapa de Equipamentos Urbanos (Prancha 36), o Campo de Futebol Municipal está localizado na Avenida Frei Ulrico, a Academia da Terceira Idade localiza-se na Avenida Paraná ao lado do Campo de Futebol, a Escolinha de Futebol Infantil funciona no Campo de Futebol, e o Campo de Futebol Suíço localizada na Avenida Guaíra.

O município não tem associação dos funcionários da Prefeitura.

Há no município 02 praças públicas que também são utilizadas como áreas de lazer, são elas a Praça da Igreja Matriz e a Praça da Rodoviária.

O município não possui Ginásio de Esportes. Diante deste quadro, conclui-se que em Mirador faltam equipamentos de lazer.

Falta pista de Caminhadas e praça com equipamentos infantis.

FIGURA 44: ESTÁDIO MUNICIPAL



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 45: ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE – ATI

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

O município necessita de um ginásio de esportes que seria a solução de vários problemas relacionados ao esporte do município, precisaria ainda um campo suíço no distrito, aquisição de um ônibus para atender o esporte e também uma casa da cultura.

6.3. ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES

6.3.1. ENERGIA ELÉTRICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.

O município de Mirador é parte integrante do sistema de subtransmissão da COPEL, o município é suprido energeticamente em 13,8 kV através da subestação Paraíso do Norte de 34,5 kV, que por sua vez é alimentada através do Circuito Tamboara da SE Paranaíba de 138/34,5/13,8 kV. A demanda estimada para o município de Mirador é de aproximadamente 550 kW. Conforme mapa de Energia Elétrica (prancha 34), todas as ruas da área urbana são atendidas por rede de energia elétrica.

A Copel informou que a Rede de Distribuição Rural (até 34,5kV) possui uma faixa de com largura de 10 metros, sendo 5 metros para cada lado do eixo da linha, e a Rede de Distribuição Urbana (até 34,5kV) o afastamento mínimo horizontal entre condutores e edificações é de 1,0m a 1,70m (conforme a situação).

A tabela a seguir apresenta o consumo de energia elétrica no município de Mirador por classe nos anos de 2006 a 2008:

TABELA 65: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE NOS ANOS DE 2006 A 2008

Consumo (MWH) no mês	2006	2007	2008
Residencial	663	899	905
Industrial	21	21	16
Comercial	107	116	181
Rural	500	1.214	1.603
Poder Público	84	121	108
Iluminação Pública	246	232	242
Serv. Público	80	93	85
Próprio	0	0	0
Total	1.701	2.696	3.140

Fonte: COPEL, 2009.

Comparativamente, percebe-se um aumento no consumo mensal de energia elétrica em todas as classes do ano de 2006 para 2008, com exceção apenas da indústria e da iluminação pública, sendo o maior aumento de consumo registrado pelo rural, seguido pelo residencial.

A tabela a seguir aponta o número de consumidores nos anos de 2006 a 2008 no município de Mirador:

TABELA 66: NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE NOS ANOS DE 2006 A 2008

Número de Consumidores	2006	2007	2008
Residencial	578	605	617
Industrial	2	3	2
Comercial	31	32	35
Rural	87	151	148
Poder Público	21	19	21
Iluminação Pública	3	5	5
Serv. Público	2	2	2
Próprio	0		0
Total	724	817	830

Fonte: COPEL, 2009.

Se comparado o número de consumidores no ano de 2006 com o número em 2008, observa-se um acréscimo maior nas classes rural e residencial, mantendo-se estável a indústria, o Poder Público e o serviço público. (Prancha 34).

6.3.2. ILUMINAÇÃO PÚBLICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

Mirador conta com iluminação pública em toda malha urbana da Sede e do Distrito, porém não é rebaixada.

O tipo de lâmpadas utilizado não é homogêneo nem mesmo nas avenidas principais, mas a maior parte da cidade é iluminada com lâmpadas de vapor de mercúrio de 80 w, mesclada com vapor de mercúrio 125 w.

6.3.3. TELECOMUNICAÇÕES SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

Mirador não conta com estação de rádio. Quanto aos canais de televisão, nenhum é transmitido diretamente no município. A maioria dos canais de televisão é sintonizada através de sinal de antena parabólica.

O município não possui jornal local. O jornal de outros centros que circula no município é o Diário do Noroeste de Paranavaí, sendo entregue pelo correio chegando ao município ao meio dia, sendo este para atender a prefeitura, a população não tem atendimento.

Os serviços postais são de responsabilidade da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com uma agência central localizada na Sede do município, e no Distrito existe um posto do Correio pertencente ao Município de Paranavaí. O município possui um provedor de internet na prefeitura com transmissão via rádio e distribuição gratuita para a população e dois estabelecimentos que fornecem internet com sistema de lan house e transmissão via cabo. Mirador possui o sistema de telefonia fixa e telefonia móvel, com disponibilidade deste sistema através das empresas Vivo e TIM. Quanto ao serviço de telefonia pública, localizam-se na área do perímetro urbano existem telefones tipo orelhão instalados e que se encontram em bom estado de conservação. O mapa de comunicações traz a localização da agência de correios, dos telefones públicos e da operadora de telefonia (Prancha 35).

FIGURA 46: ANTENA PARABÓLICA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 47: ANTENA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 34: REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

PRANCHA 35: TELECOMUNICAÇÃO

6.4. EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS

6.4.1. EDUCAÇÃO – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

A Secretaria Municipal de Educação está localizada na Avenida Guaíra, 153 e tem como objetivo atender a rede municipal de ensino.

De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 208 da Constituição Federal e a Lei 9394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, devendo ser oferecido a toda população brasileira. Assim, o poder público deve promover políticas educacionais que garantam o acesso e a permanência com qualidade a todos os munícipes.

A infraestrutura dos instrumentos públicos disponibilizados para a educação compreende 05 estabelecimentos, oferecendo educação infantil, ensino fundamental e médio distribuídos nas redes pública (municipais e estaduais) – Prancha 36.

A rede municipal de ensino no município conta com: 01 secretária e 01 auxiliar na Secretaria Municipal de Educação; 22 professores, 01 administrativo, 04 equipes pedagógicas e 09 servidores de apoio atendendo ao todo 235 alunos nas escolas municipais de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos; e 02 profissionais na equipe pedagógica, 04 atendentes, 10 auxiliares servidores de apoio e 06 estagiárias para atender 110 crianças de 0 a 6 anos de idade nos centros de educação infantil.

A escola municipal atende o Programa de Ações Pedagógicas Descentralizadas – APDs, com 33 alunos e 02 professores estaduais. Atende também 04 turmas do Programa Paraná Alfabetizado com 48 alunos e 04 professores, sendo 01 turma no Distrito de Quatro Marcos, 01 turma no Assentamento Monte Azul e 02 turmas na Sede.

A tabela a seguir demonstra os estabelecimentos de ensino de Mirador:

TABELA 67: ESTABELECEMENTOS DE ENSINO DE MIRADOR

Estabelecimento de Ensino	Qualidade	Endereço	Ensino	Turnos	Nº Professores	º de Alunos
Escola Municipal Carlos Chagas	Não	R. Munhoz de Melo, 78	Educ. Infantil, Fundamental, EJA, APDs e Paraná Alfabetizado	Matutino, Vespertino e Noturno	14	191
Escola Rural Municipal Eleodoro Ébano Pereira	Não	R. Três Marcos, S/N, Distrito de Quatro Marcos	Educ. Infantil, Fundamental e Paraná Alfabetizado	Matutino, Vespertino e Noturno	05	46
Centro Municipal de Educação Infantil Menino Jesus	Não	R. Tiradentes, 117	Educ. Infantil	Matutino e Vespertino	0	73
Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Valdomiro Ravagnani	Não	R. Seis, S/N, Distrito de Quatro Marcos	Educ. Infantil	Matutino e Vespertino	0	37
Colégio Estadual Pedro Viriato Parigot de Souza	Não	R. Munhoz de Melo, 06	Fundamental e Médio	Matutino e Noturno	17	300

Fonte: Departamento de Educação de Mirador, 2009.

FIGURA 48: ESCOLA

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 49: ESCOLA MUNICIPAL

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

Nenhum dos prédios que atendem a rede de ensino no município possui rampas e instalações sanitárias em conformidade com a Lei de Acessibilidade Universal.

A Escola Municipal Carlos Chagas, necessita de equipamentos; computadores, mesas, bancos, armários, data show, etc., recursos pedagógicos; acervos didáticos e literários, jogos e brinquedos pedagógicos. Para os Recursos Humanos, precisam ser contratados, por meio de concurso 02 professores regentes, 01 servente, 01 professor de informática e 01 professor de educação física. Quanto às condições físicas do prédio que atende a escola, percebe-se a necessidade de adaptação para acessibilidade universal, reformas de muros, calçadas, casa do caseiro, piso para salas de aula e cantina,

construções de refeitório (60m²), 02 salas de aula(16m²), almoxarifado(48m²), quadra de esportes coberta(400m²) e uma sala de múltiplo uso (35m²).

A Escola R. M. Eleodoro Ébano Pereira também precisa de equipamentos, computadores, mesas, armários, laboratórios de informática, recursos pedagógicos, acervos didáticos e literários, jogos e brinquedos pedagógicos, e para os Recursos Humanos, 01 professor regente, 01 professor de educação física e 01 administrativo. A escola deve passar por reformas como acessibilidade universal, muro, piso para salas de aula e cantina, e construções de 02 salas de aula (16m²), almoxarifado (48m²) e quadra coberta (375m²).

A situação das instalações do Centro Municipal de Educação Menino Jesus aponta para a necessidade reformas, porém está sendo construída uma nova escola.

Quanto às condições do Centro Municipal de Educação Vereador Valdomiro Ravagnani, identifica-se a necessidade de construção do muro, lavanderia, lactário e solário, parque infantil e acessibilidade universal, além da aquisição de equipamentos, computadores, mesas e cadeiras infantis, móveis, armários, televisão, DVD, rádio, recursos pedagógicos, acervos didáticos e literários, jogos e brinquedos pedagógicos, etc. e também profissionais habilitados. Os centros de Educação Infantil não atendem a demanda atual, sendo necessária a construção de mais uma unidade.

Para o Colégio Estadual Pedro Viriato Parigot de Souza, há a necessidade de equipamentos, computadores, mesas e cadeiras, armários, televisão, DVD, rádio, recursos pedagógicos, acervos didáticos e literários, de pesquisa e outros. Para os Recursos Humanos, deverão ser contratados 02 serventes e 01 bibliotecária. Há também a necessidade de reformas no muro e portal, adaptação dos banheiros e construção de banheiros na área da quadra coberta, acessibilidade para Inclusão (rampas, corrimão), refeitório, cozinha e almoxarifado.

No município não existe um laboratório de informática para atender a pessoas com necessidades especiais.

Em relação aos índices de repetência, índice de evasão escolar e índice de analfabetismo no município, o Órgão Municipal Competente relata que em 2000, 22% dos habitantes eram analfabetos, a taxa de repetência na Escola Municipal Carlos Chagas é de 2,51% e a de evasão escolar é de 4,33% e na Escola Rural Municipal Eleodoro Ébano Pereira as taxas de repetência e evasão escolar é de 0,0%.

Para estimular os alunos e professores, existem 02 bibliotecas, localizadas na Escola Municipal e no Colégio Estadual, cujo atual acervo consiste basicamente de

livros didáticos, literários, de pesquisa e informativos. Entretanto o município construiu em 2011 um prédio de 120m² para instalação da Biblioteca Pública.

A municipalidade de Mirador é responsável pelo transporte de alunos que estudam na zona urbana e residem na zona rural e organiza viagens para alunos residentes no município que estudam nas faculdades de Paranaíba e escolas no município de Paraíso do Norte, que oferecem curso a distancia em nível superior.

No caso de equipamentos urbanos, é importante verificar não somente a quantidade, mas onde se localizam na cidade. Ao planejar a localização de escolas, por exemplo, o fator distância da casa à instituição percorrida a pé pelas crianças é de extrema importância. Para educação infantil, a distância máxima entre a residência e os estabelecimentos de ensino não deve ultrapassar 400m, as crianças em idade escolar não devem ser obrigadas a caminhar mais de 500m, e os jovens do ensino médio não mais do que 1000m, assim como a travessia de rodovias ou outros tipos de barreiras urbanas, que se tornam perigosas nesse percurso.

Sob esse prisma, verifica-se no mapa de Equipamentos Urbanos I (Prancha 36), que a distribuição dos estabelecimentos de ensino pode ser considerada satisfatória, uma vez que toda a área urbana ocupada está coberta pelos raios de abrangência. Mas, para atender o CEMEI, existe a necessidade de um ônibus para o transporte dessas crianças.

PRANCHA 36: EQUIPAMENTOS URBANOS I

6.4.2. SAÚDE - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

O perfil da saúde no município reflete o contexto socioeconômico e ambiental no qual está inserida sua população. Concorrem para esse perfil, portanto, não somente os quadros econômicos de distribuição de renda e condições de moradia, mas a abrangência do bem-estar como um todo, a própria estrutura etária caracterizará as doenças e internações de maior incidência no território. Neste capítulo será caracterizada a situação geral da assistência médico-hospitalar e odontológica do município de Mirador.

O Conselho Municipal de Saúde tem o compromisso de acompanhar, fiscalizar, e colaborar com todas as atividades na área de saúde do município, com o objetivo de melhorias e qualidade de atendimento à população, mas não tem uma sala para suas atividades.

Faz parte da infraestrutura municipal de saúde o Núcleo Integrado de Saúde – NIS II e a Clínica Odontológica Mirador na Sede e no Distrito o NIS I e Clínica Odontológica Quatro Marcos, e o Programa Saúde da Família – PSF. O atendimento médico é realizado 4 vezes por semana em Mirador e 1 vez no Distrito de Quatro Marcos das 13 às 18 horas sem limite de vagas para consulta, sendo que das 17 às 18 horas o atendimento é destinado aos pacientes que chegam do trabalho e casos de emergências. As consultas odontológicas, na Clínica Odontológica de Mirador há atendimento por 8 horas diárias durante 5 dias por semana contendo 2 Dentistas, com agendamento feito diariamente e são atendidas em torno de 20 pessoas por dia. Em Quatro Marcos a clínica funciona 5 dias por semana na parte da manhã, e o agendamento também é feito diariamente, a dentista que atende o distrito é concursada pelo município de Mirador e atende em torno de 7 pacientes ao dia. Não existem no município leitos apropriados para cirurgias.

O Programa Saúde da Família – PSF conta com uma equipe de 6 agentes comunitários de saúde, 1 auxiliar de enfermagem, 1 enfermeira, 1 médico, 1 dentista, 1 auxiliar de consultório dentário – ACD e 1 técnico de higiene dental – THD que juntos atuam na cobertura de 100% da população atendendo o município sede, o distrito de Quatro Marcos, Assentamento Monte Azul e áreas rurais. A enfermeira é responsável por toda parte técnica da unidade de saúde e pela equipe do PSF, tanto de Mirador como do Distrito.

As consultas de média e alta complexidade são encaminhadas para o Centro Regional de Especialidades – CRE, onde são avaliados pelos especialistas e quando

necessário são encaminhados através do Tratamento Fora de Domicílio – TFD para outros centros.

Os pacientes com necessidade de internamento ou consultas fora do horário de funcionamento da Unidade de Saúde são levados ao hospital de Paraíso do Norte onde o município tem convênio, os casos mais graves são encaminhados para a Santa Casa de Paranavaí e hospitais regionais através da central de leitos localizada em Maringá.

A assistência farmacêutica vem sendo mantida com recursos do município e repasses do Estado e União, os medicamentos são adquiridos através de licitações.

A equipe de saúde desenvolve ações de acompanhamento dos pacientes com algum distúrbio (alcoolismo e dependência química) ou doença mental com participação dos agentes comunitários de saúde, enfermeira, médico e psicóloga na unidade de saúde ou na residência. As crianças com necessidades especiais são encaminhadas para atendimento na APAE de Paraíso do Norte e quando há necessidade de internamento os pacientes são encaminhados ao Hospital Psiquiátrico Nosso Lar de Loanda.

O município adquiriu em 2011 uma ambulância equipada para atendimento de pacientes em estado grave.

FIGURA 50: CENTRO DE SAÚDE NA SEDE



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

Não existe programas para a capacitação dos servidores da área da saúde.

Como o município não possui laboratório, o material é coletado na Unidade Básica de Saúde e encaminhado para análise em laboratórios conveniados de Paranavaí.

A Unidade de Saúde possui uma sala própria para vacinação, nela as vacinas são estocadas e monitoradas através de programas específicos e planilhas que contém informações sobre entrada e saída de vacinas, doses aplicadas e validades das mesmas.

Os tipos de vacina oferecida pelo Poder Público Municipal são as vacinas BCG, Antipólio, Tetravalente (tétano, difteria, coqueluche e hemophilus influenzae b), Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba) e Hepatite B, todas distribuídas pelo Programa Nacional de Imunização e quando algum paciente necessita de imunobiológicos especiais à unidade de saúde solicita à 14ª Regional de Saúde que fornece a vacina mediante receita médica. A cobertura vacinal é acima de 100%. Esse índice ocorre por diversas circunstâncias, as mais frequentes estão relacionadas à: aplicação de vacinas a crianças que demandam o município, mas residem fora dele (invasão de demanda); imunização de crianças maiores de 1 ano; problemas associados ao dado “número de nascidos vivos” que integra a fórmula de cálculo do indicador; e a ocorrências de casos de dupla vacinação de crianças. Na tabela abaixo, verifica-se a cobertura vacinal no município e no Estado no ano de 2007.

TABELA 68: COBERTURA VACINAL DO MUNICÍPIO

COBERTURA VACINAL – 2007	MUNICÍPIO	PARANÁ
BCG	185 %	98,80 %
Contra Poliomelite	160 %	98,47 %
Tetravalente (tétano, difteria, coqueluche e hemophilus influenza)	160 %	98,79 %
Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba)	160 %	99,11 %
Hepatite B	155 %	96,34 %

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, Trabalhado pelo IPARDES

A Secretaria de Saúde necessita de aquisição de focos de luz, sonares, mesa para exames ginecológicos, cauterio elétrico, ar condicionado e biombo.

A unidade de saúde possui programas que registram a produção médica, ambulatorial, visitas domiciliares, procedimentos odontológicos, estoque de medicamentos, vacinas, etc., estes programas estão distribuídos na sua maioria em computadores novos. Possui também 01 data show para reuniões e demais atividades, internet 24 horas de boa qualidade, além de manutenção regular nos equipamentos. Porém há ainda a necessidade de adquirir um computador para sala de reuniões e trocar os computadores antigos do PSF por novos.

Há necessidade de estabelecer uma barreira física entre o expurgo e a sala de esterilização de materiais e criação de um espaço para aplicação de injeções, visto que esta assistência é prestada junto à sala de inalação (ao menos um biombo para preservar a privacidade), consultório de enfermagem e sala para soroterapia e hidratação.

O município necessita de construção de uma Clínica Odontológica na Sede, pois a existente está em situação precária. No Distrito de Quatro Marcos a Clínica é totalmente equipada e adequada para o atendimento odontológico.

6.4.3. AÇÃO SOCIAL - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

O serviço de Ação Social, realizado no município de Mirador é prestado apenas a Pastoral da Criança, com sede em Paranaíba e o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

No CRAS são realizadas atividades voltadas ao atendimento de pessoas com problemas de alcoolismo, drogas, gravidez na adolescência, subemprego, falta de qualificação profissional, desestrutura familiar, moradias inadequadas, trabalho braçal - por consequências da exclusão do mercado de trabalho, problemas de saúde causados por esforço físico (a tendência é aumentar o número de “inválidos e encostados pelo INSS”), falta de cursos profissionalizantes para os jovens e baixo índice de escolaridade. O prédio onde funciona a instituição precisa de adaptação universal.

A Prefeitura Municipal, através da Secretária de Educação confirmou que existe muita violência entre jovens no município, e que muitas brigas são verificadas até mesmo no pátio da escola. Esse problema é detectado pelo tempo livre que as crianças, adolescentes e jovens possuem, sem ocupação com cursos técnicos e atividades esportivas no contra-turno. E com a falta de educação e moral na família a violência vem aumentando. Muitos pais jogam a culpa no ensino público, achando que a responsabilidade de educar e passar bons modos são da escola também.

Para reverter esse quadro, é necessário criar programas educacionais e profissionalizantes para esta faixa etária, como por exemplo, modalidades esportivas, cursos de teatro, informática, artesanato, música, etc., de modo que os mesmos venham aprender a viver em sociedade e a importância destas ocupações em suas vidas, além de mudar o comportamento familiar, para evitar uso de drogas, prostituição e bebidas alcoólicas. .

O município necessita de criação do Conselho Municipal do Idoso e demais órgãos que venham melhorar o atendimento no serviço de ação social, bem como a construção de um salão para atividades da melhor idade.

O Conselho Tutelar vem trabalhando com muita dificuldade, pois não possui sede própria e o espaço físico não é adequado e o veículo que possui está em condições precárias.

6.4.4. SEGURANÇA PÚBLICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

O Módulo da Polícia Militar de Mirador está localizado na Rua Santos Dumont, 06, Lote 06 quadra 61. O efetivo da Polícia Militar é de 05 policiais, dispendo de 02 viaturas em condições adequadas de uso.

Em relação às estatísticas e características das ocorrências de trânsito, pela média de 0,33 ao mês, pode se afirmar que não há problema de segurança para a população neste setor. Sobre a situação das placas de sinalização, na malha urbana é inexistente e nas estradas rurais apenas com indicação de destino.

Outro ponto primordial em relação à segurança pública é o conselho da defesa civil, chamada para atuar em caso de enchentes, inundações, enxurradas, vendavais, desmoronamentos e acomodações de solo. Em Mirador não há histórico destes desastres e nem o número de ocorrências mensais atendidas pelo Conselho de Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros.

O corpo de bombeiros que responde por Mirador é a unidade de Paranavaí, distante 50 km. O município não possui legislação ou participação do Corpo de Bombeiros na aprovação de projetos de edificações. Conclui-se que seria necessária a implantação da participação deste órgão nas aprovações destes projetos.

FIGURA 51: POLICIA CIVIL



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

6.4.5. ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

A prática esportiva é necessidade biológica do ser humano, só agora difundida entre nossa sociedade. Os municípios devem se preocupar em oferecer estes serviços à

comunidade, através da criação de espaços livres, novos parques e incentivo às competições esportivas.

Os equipamentos de esporte e lazer no município de Mirador são o Campo de Futebol, a Academia da Terceira Idade – ATI, o Campo de Futebol Suíço e a Escolinha de Futebol Infantil, todos mantidos pela prefeitura municipal.

O Campo de Futebol e o Campo de Futebol Suíço atendem cada um cerca de 200 pessoas entre jovens e adultos, desenvolvendo atividades como jogos e campeonatos municipais e regionais. Estes equipamentos necessitam de reformas no alambrado, vestuários e gramado. A ATI, recém-instalada, atende aproximadamente 150 pessoas entre jovens, adultos e idosos. E a Escolinha de Futebol, atendendo 80 pessoas, sendo crianças e adolescentes entre 08 e 16 anos, necessita de mais equipamentos para melhor desenvolver suas atividades.

Mirador necessita de um ginásio de esportes, que seria a solução de vários problemas relacionada ao esporte do município, precisaria ainda um campo suíço no distrito, aquisição de um ônibus para atender o esporte e também uma casa da cultura.

As atividades culturais desenvolvidas no município de Mirador podem ser resumidas às festividades do aniversário da cidade, realizado no dia 13 de novembro e nos festejos em homenagem ao Padroeiro da cidade São João Batista, realizado dia 24 de junho, juntamente com a Festa do Peixe, eventos esses que precisam ser divulgados regionalmente.

Percebe-se que o município necessita de mais investimentos para o esporte e lazer na Sede e no Distrito, como por exemplo, pista de caminhadas, equipamentos para lazer infantil e para idosos.

TABELA 69: EQUIPAMENTOS CULTURAIS

	PARANÁ	MIRADOR
Anfiteatro	44	0
Auditório	235	0
Arquivo	22	0
Biblioteca	349	1
Casa da Cultura	112	0
Cinema	72	0
Coreto	23	0
Museu	93	0
Sala de Exposição	45	0
Teatro	49	0
Igreja Capela	169	4
Outros	276	0

Fonte: Anuário Estatístico do Paraná – 2007 e Prefeitura Municipal de Mirador

PRANCHA 37: EQUIPAMENTOS URBANOS II

6.4.6. IGREJAS E TEMPLOS

No município de Mirador, a maior parte da população é de religião católica, mas observa-se a existência de várias igrejas além da Igreja Católica Matriz, denominada Paróquia São João Batista, localizada na Avenida Frei Úlrico, Praça Matriz.

De acordo com o que demonstra o mapa de Equipamentos Urbanos IV, na área urbana de Mirador existem os templos das seguintes denominações: Igreja Congregação Cristã no Brasil, na Rua Rocha Pombo; Igreja Assembleia de Deus, localizada na Avenida São Francisco, Igreja Batista Renovada, situada na Rua Rocha Pombo; Igreja Só o Senhor é Deus, na Avenida São Pedro; Igreja Deus é Amor, localizada na Avenida Taquari; e a Igreja Assembleia de Deus Ministério Madureira, situada na Rua São Tadeu.

FIGURA 52: TEMPLO - DEUS É AMOR



Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 53: IGREJA SÓ O SENHOR É DEUS



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 54: IGREJA CATÓLICA NO DISTRITO DE QUATRO MARCOS



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

6.4.7. CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Cabe à municipalidade a parte administrativa dos cemitérios e os serviços funerários propriamente ditos. No município de Mirador existem dois cemitérios, sendo um na Sede, localizado na Rua Anchieta, nº 42, dentro do perímetro urbano e o outro no Distrito de Quatro Marcos, localizado ao lado da quadra 08, na Rua Oniro Fernandes, fora do perímetro urbano. Em relação ao serviço funerário, não existem funerárias no município.

Os cemitérios da Sede e do Distrito se encontram em péssimas condições, a maioria dos túmulos encontra-se em estado de abandono, sem pinturas, manutenção, com rachaduras, principalmente do lado “mais antigo”. Alguns túmulos são conservados pelas famílias. Existe um grande número de vasos com água parada, arranjos de flores de arame enferrujados, e mato em volta dos túmulos. Nos túmulos rachados há algumas “árvores e folhagens” que cresceram naturalmente. Não existe local específico para cultos. Há 02 banheiros para o público, distintos, os quais se encontram em péssimas condições, como vazamento, sem torneiras, falta de higiene, portas rachadas, etc. Quanto a arborização, há poucas árvores tanto do lado interno como do lado externo. Também não tem iluminação e nem calçamento, apenas uma pequena calçada da entrada principal. O cemitério necessita de manutenção e limpeza com urgência, pois o mesmo já foi notificado pelo IAP.

O cemitério da Sede está localizado em situação topográfica desfavorável, apresentando problemas de erosão, os quais se destacam do lado esquerdo na “parte

antiga” e na entrada até o cruzeiro, com a presença de erosão em sulco no local. Muitos túmulos já foram levados pela enxurrada segundo os moradores dos sítios ao lado do cemitério.

O município conta com uma Capela Mortuária, localizada na Rua Garibaldi, nº 04, inaugurada em 06 de julho de 2009. A Administração da capela está a cargo da prefeitura municipal.

O Poder Público Municipal informou que a área do cemitério é grande e calcula-se aproximadamente 2.500 vagas disponíveis. Não existe um mapa do cemitério e nem identificação de ruas e números dos túmulos, o que dificulta a identificação.

Quanto à estrutura de funcionamento dos cemitérios, não existe um sistema de coleta dos resíduos advindos da decomposição dos corpos, estes resíduos são despejados no solo. A prefeitura não possui um controle e nem legislação específica para o setor, além disso, não existe relatório do IAP.

É necessária a criação de um órgão específico na prefeitura e um coveiro em cada cemitério, reforma geral nos cemitérios, calçamento, identificação dos túmulos (rua, lote, placas, etc.), registro de anotações de inumações, exumações e traslados (sistema e banco de dados).

FIGURA 55: CAPELA MORTUÁRIA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 38: EQUIPAMENTOS URBANOS III

7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MIRADOR

A Constituição Federal de 1988 conceitua que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. A

legislação federal caracteriza o Município como pessoa jurídica de direito público interno e como entidade federativa de 3º grau. O Município brasileiro atualmente tem uma das mais avançadas legislações do mundo e maior grau de liberdade e autonomia institucional que em épocas passadas. São características do município brasileiro:

a) Autonomia política, consagrando o poder de auto-organização (composição de seu governo e legislação local);

b) Autonomia administrativa, consagrando a administração própria para criar, manter e prestar os serviços de interesse local;

c) Autonomia financeira, dispondo liberdade da decretação de tributos e aplicação das rendas municipais.

O prefeito, o vice-prefeito e os vereadores são os responsáveis pelo governo municipal, cabendo ao prefeito e vice-prefeito à função executiva e aos vereadores a função legislativa. A Prefeitura é o órgão pelo qual se manifesta o Poder Executivo e a Câmara dos Vereadores é o órgão pelo qual se manifesta o Poder Legislativo. O prédio da Prefeitura Municipal localiza-se na Avenida Guaíra, 153; e a Câmara Municipal está localizada na Avenida Guaíra, 155, conforme mapa de Equipamentos Urbanos II (Prancha 37).

7.1. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O Prefeito é o chefe do Executivo Municipal, com competência e atribuições governamentais e administrativas. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito Municipal, com o auxílio dos secretários municipais, coordenadores ou secretários equivalentes. As atribuições e responsabilidades do Prefeito, como toda organização estão regidas na Lei Orgânica Municipal. O Prefeito Municipal de Mirador na gestão 2009-2012 chama-se Luiz Wessler.

A Lei 074/2009 dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município. Os secretários, assessores e diretores serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 21 anos, residentes no município de Mirador.

A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria. Necessita também dispor e executar os serviços públicos municipais. Como decorrência natural, existe a necessidade do elemento humano para executá-lo, segundo as normas da administração e as necessidades dos administrados (MEIRELLES, 2001).

Este elemento humano são os servidores municipais, subordinados a legislação municipal. No caso de Mirador, a Lei Orgânica Municipal prevê para seus servidores o regime jurídico estatutário, no concernente aos ocupantes de cargos de provimento em concurso público e ao regime especial, os agentes políticos designados para, mediante provimento em comissão, ocupar o cargo de Diretor Municipal e outros que a este sejam equiparados. Na forma da lei este material humano é integrado pelos servidores públicos municipal, caracterizado na seguinte tabela.

TABELA 70: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Total e funcionários ativos da administração direta	154
Total de funcionários ativos da administração direta - Estatutários	112
Total de funcionários ativos da administração direta – CLT	8
Total de funcionários ativos da administração direta - Somente comissionados	13
Total de funcionários ativos da administração direta – Sem vínculo permanente	13

Fonte: IBGE. Pesquisas de Informações Básicas Municipais – Gestão Pública 2008.

Outra informação pertinente aos cadastros imobiliários, o município conta com o registro público dos bens de imóveis e o registro de bens privados. Este dispositivo é utilizado na atuação fiscal dos governos municipais, como instrumento fundamental para a instituição de tributos próprios, como o IPTU e o ITBI, e para as alternativas complementares para a geração de receita e/ou ordenamento urbano, como solo criado, IPTU progressivo no tempo e cobrança de preço público pelo uso do espaço público por redes de infraestrutura urbana. A tabela abaixo verifica a existência deste instrumento em Mirador.

TABELA 71: CADASTRO IMOBILIÁRIO

Cadastro imobiliário – existência	Não
Cadastro imobiliário informatizado – existência	Não aplicável
O município cobra IPTU	Sim
Ano da lei	1991
Número da lei	114
Planta Genérica de Valores – existência	Não
Planta Genérica de Valores informatizada – existência	Não aplicável

Fonte: IBGE. Pesquisas de Informações Básicas Municipais – Gestão Pública 2005.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Mirador, foi implantado no ano de 2007 o Cadastro Imobiliário com arquivos dos projetos aprovados, e no ano de 2009 foi implantada a Planta Genérica de Valores.

Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções e garantir o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe a atribuição do Planejamento Municipal.

A Lei Orgânica Municipal enumera os seguintes instrumentos municipais de planejamento:

- a) Plano Diretor Municipal;
- b) Plano Plurianual;
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) Orçamento Anual.

Mirador confecciona os Planos Plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e os planos, programas e projetos setoriais e de acordo com o princípio constitucional da gestão democrática da cidade, promovendo conferências e congressos municipais de saúde, educação, assistência social e agricultura. A tabela abaixo retirada do IBGE trata sobre a Gestão Pública dos municípios brasileiros de 2005, variável instrumentos de planejamento municipal.

TABELA 72: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Ano da Lei Orgânica do município	2004
Lei de Parcelamento do Solo – existência	Não
Lei de Zoneamento ou equivalente – existência	Não
Código de Obras – existência	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005.

O Estatuto da Cidade regulamenta em seu artigo 4º os seguintes instrumentos municipais:

- a) Plano Diretor;
- b) Disciplina de Parcelamento, do Uso e da Ocupação do Solo;
- c) Zoneamento Ambiental;
- d) Plano plurianual;
- e) Diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- f) Gestão orçamentária participativa;
- g) Planos, programas e projetos setoriais;
- h) Planos de desenvolvimento econômico e social.

A gestão democrática da cidade é a participação efetiva da sociedade nos processos de planejamento e gestão da cidade, na formulação, execução e monitoramento de planos, programas e projetos do território municipal.

TABELA 73: INSTRUMENTO DE GESTÃO URBANA

Existência de lei específica de Solo criado	Não
Existência de lei específica de Contribuição de melhoria	Não
Existência de lei específica de Oneração urbana consorciada	Não
Existência de lei específica de Estudo de impacto de vizinhança	Não

Está havendo debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual - PPA, da lei de diretrizes orçamentárias - LDO e do orçamento anual - LOA	Sim
O município utiliza os instrumentos de política urbana previsto no Estatuto das Cidades – Plano Diretor	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005

A Agenda 21 também é um poderoso instrumento de planejamento. Ela procura estabelecer equilíbrio negociado entre os objetivos e as estratégias das políticas ambientais e de desenvolvimento econômico e social. O Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal instituiu a Agenda 21 como princípio na elaboração de todos os seus programas e institucionalizou o tema no Ministério do Meio Ambiente (MMA). O Poder Público Municipal deve incentivar a comunidade a refletir sobre a agenda 21, pois a mesma é um processo participativo de planejamento e propõe a implementação e monitoramento de ações ambientalmente, socialmente e economicamente sustentáveis.

A Agenda 21 atua nas questões socioambientais no campo, como por exemplo, o uso do solo, a agricultura, a pecuária, a exploração de recursos naturais, infraestrutura, conservação de áreas protegidas e recuperação de áreas degradadas. Dentro das cidades, a Agenda 21 atua no campo do planejamento urbano, na qualidade e extensão da infraestrutura e de serviços públicos, saúde, educação, transporte, qualidade ambiental, ocupação do solo urbano e proteção em ambientes naturais.

A tabela abaixo retirada do IBGE trata sobre a Gestão Ambiental dos municípios brasileiros de 2005, variável implementação da Agenda 21 Local.

TABELA 74: SITUAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL NO MUNICÍPIO DE MIRADOR

Agenda 21	
Foi iniciada no município a elaboração da Agenda 21 local	Não
Foi Instalado o Fórum da Agenda 21 Local	Não se aplica

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2002.

7.1.1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A Constituição Federal enaltece que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Os Conselhos Municipais, tanto deliberativos como consultivos devem cumprir o mandamento constitucional da participação popular. Os Conselhos Municipais estão descritos na tabela abaixo.

TABELA 75: RELAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE MIRADOR

CONSELHO	CARÁTER
	Deliberativo e/ou Consultivo
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS	Deliberativo
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Deliberativo
Conselho Municipal da Saúde - CMS	Deliberativo
Conselho Municipal da Educação - CME	Deliberativo

A seguir, no item 7.3, faz-se uma descrição das leis que compõem a Legislação Urbana Básica que estão em vigor no município.

7.2. PODER LEGISLATIVO DE MIRADOR

A Câmara Municipal de Mirador é composta de 09 vereadores – agentes políticos escolhidos pelo voto secreto e direto, em eleição realizada simultaneamente em todo o país – e tem funções legislativas e fiscalizadoras conforme o artigo 29 XI, da constituição Federal. Como poder independente, a Câmara Municipal não está subordinada ao Prefeito, assim como este não se subordina administrativamente à Câmara. Duas são as funções primordiais da Câmara Municipal. A primeira é legislativa, ou seja, votar as leis relacionadas com a competência do Município. A segunda função importante está em fiscalizar a condição financeira do Município, mediante controle externo exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados.

O artigo 14 da Lei Orgânica Municipal diz “A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional como representantes do povo, com mandato de quatro anos”.

TABELA 76: RELAÇÃO DOS VEREADORES ELEITOS DE MIRADOR PARA A GESTÃO 2009-2012

NOME	COLIGAÇÃO
Salvina Rodineia Oliveira	PMDB
Antonio Mendes da Silva	PMDB
Aparecido Moreira da Costa	PMDB
Francisco Nairton Oliveira	DEM
Iderceu Irineu Pereira	PSDB
Luis Gesser Rohling	PSDB
Reinaldo Pinheiro da Silva	DEM
Fernandes Alves de Lima	PMDB
Elias Pereira da Silva	PSDB
Danilo Tiveron	

Fonte: TRE – PR, 2009.

7.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A autonomia política do município compreende o poder de legislar sobre sua auto-organização. O artigo 30, I, II, III, IV, VIII e IX da Constituição Federal de 1988 regulamenta sobre o assunto:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Denomina-se agora a Lei Orgânica Municipal, a Lei que estrutura a Administração Direta, Plano Plurianual 2006-2009, Lei de Diretrizes Orçamentária para 2006, Lei Orçamentária Anual para 2006, Código Tributário Municipal, e Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Posturas.

7.3.1. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL – CAPÍTULO DA POLÍTICA URBANA

A Lei Orgânica elaborada em 2004, corresponde à Constituição do Município. Sua finalidade é organizar fundamentalmente o município, em consonância com os princípios e preceitos estabelecidos pela Constituição do Estado do Paraná, visando assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, no âmbito da comunidade.

A Lei Orgânica Municipal (LOM) trata sobre o tema política urbana no artigo 114. Este artigo diz que “a política urbana, executada pelo Poder Executivo em conformidade com as diretrizes gerais fixadas em lei, terá por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

7.3.2. PLANO PLURIANUAL – LEI 61/2009

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Mirador para o quadriênio de 2010 a 2013. Meirelles (2001, pg. 248) diz que “a lei do plano plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes e metas da Administração Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas de duração continuada”.

O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes para ação do Governo Municipal:

- ofertar ensino fundamental de qualidade para todos;
- oferecer a todos o acesso à pré-escola e a programas de ensino, saúde e assistência social;
- incentivar projetos de cultura e esportes, agregados aos programas de ensino, saúde e assistência social;
- oferta a todos os municípios, serviços de saúde de boa qualidade;
- intensificar as relações com os municípios vizinhos, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;
- assegurar a prestação de serviços de proteção à população mais sujeita a exclusão social;
- criar programas de habitação;
- incentivar o comércio e prestação de serviços;
- fomento a indústria;
- apoio a agricultura;
- programar nos municípios projetos de melhoria da infraestrutura urbana;
- melhoria da infraestrutura rural;
- ofertar serviços públicos de qualidade à população;
- integrar os programas municipais com os do Estado e os do governo Federal.

7.3.3. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2009 do Município de Mirador e dá outras providências. Meirelles (2001, pg. 249) diz que “a LDO deve estabelecer as metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, orientar a elaboração da lei orçamentária anual (LOA) e dispor sobre alterações na legislação tributária local”. Deve ser aprovada até o final do primeiro semestre de cada ano.

7.3.4. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Estima a Receita e fixa as despesas do município de Mirador. O grande mestre Meirelles (2001, p.252) reza que a “lei orçamentária anual - LOA deve compreender o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, aos seus Fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, entre outras”.

7.3.5. LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

O município de Mirador não possui Legislação Urbanística, bem como nunca foi elaborado Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Das leis que compõem a legislação urbanística básica, Lei do Perímetro Urbano, Lei de Uso e Ocupação de Solo, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Sistema Viário, Código de Posturas, e Código de Obras, o município de Mirador conta apenas com a Lei de Perímetro Urbano.

A Lei que delimita a área urbana, distinguindo-a da rural foi elaborada inicialmente no município em 1979 e corresponde a Lei Municipal nº 005. Essa lei delimita o perímetro urbano apenas com o confrontamento de quadras e ruas, não apresentando as medidas de limite.

7.4. DESEMPENHO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MIRADOR

7.4.1. INDICADORES DE RECEITA

Os indicadores de receita permitem aferir o grau de autonomia e de estabilidade das diversas fontes de recursos do município de Mirador e da liberdade na sua utilização. A tabela abaixo aponta as Receitas do Município de Mirador em 2008, segundo as categorias:

TABELA 77: RECEITAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$ 1,00)
Receitas Correntes	7.181.449,71
Receitas de Capital	202.925,00
Deduções de Receita Corrente - FUNDEB	1.066.074,78
TOTAL*	6.318.299,93

NOTA: Total das Receitas Municipais corresponde à soma das Receitas Correntes e de Capital, menos as deduções.

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

As Receitas Correntes que obtiveram o montante de R\$7.181.449,71, tem 95,1% do seu valor proveniente de Receitas de Transferência Correntes e 3,1% decorrentes da Receita Tributária, conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 78: RECEITAS CORRENTES MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$ 1,00)
Receita de Contribuições	64.024,92
Receita de Serviços	2.575,00
Receita Patrimonial	30.894,62
Receita Tributária	223.674,23
Receita de Transferências Correntes	6.834.499,69
Outras Receitas Correntes	25.781,25
TOTAL	7.181.449,71

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

Esses dados revelam o grau de dependência financeira de Mirador em relação aos repasses do Estado e da União, característica bastante frequente de municípios de pequeno porte.

As Receitas Tributárias, ou seja, as receitas resultantes da arrecadação municipal própria, através de tributos administrados diretamente pelo município e sobre os quais ele pode legislar (IPTU, ISS, ITBI e taxas), segue o valor de 3,1% do total geral das Receitas Correntes, enquanto o principal componente das receitas municipais. Em relação a sua composição, a tabela a seguir expõe as categorias constituintes das Receitas Tributárias de Mirador:

TABELA 79: RECEITAS TRIBUTARIAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$)
Impostos - Total	220.017,28
Imposto predial e territorial urbano (IPTU)	7.945,61
Imposto de Renda retido na fonte (IRRF)	23.843,58
Imposto de Renda retido nas fontes sobre outros rendimentos	21.670,98
Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI)	130.168,71
Imposto sobre serviços (ISS)	36.388,40
Taxas - Total	3.656,95
Pelo exercício do poder de polícia	584,39
Pela prestação de serviços	3.072,56
TOTAL	223.674,23

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

Dos impostos, o Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI), seguido pelo Imposto sobre Serviços foram os que mais contribuíram para o total das Receitas Tributárias. Em contra partida, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) correspondeu a apenas 3,6% dos impostos arrecadados em 2008.

7.4.2. INDICADORES DE DESPESA

Os indicadores de despesas demonstram a estrutura de utilização de recursos por grupo de despesa e por funções de governo. Os dados demonstram predomínio das despesas correntes e, dentre essas, as despesas com pessoas são as mais significativas. As tabelas a seguir apresentam a composição das despesas do município em 2008:

TABELA 80: DESPESAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$)
Despesas Correntes	5.075.701,14
Despesas de Capital	966.422,49
TOTAL	6.042.123,63

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

TABELA 81: DESPESAS CORRENTES MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$)
------------	-------------

Pessoal e encargos sociais	2.199.638,63
Juros e encargos da dívida	553.772,38
Outras despesas correntes	2.322.290,13
TOTAL	5.075.701,14

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

TABELA 82: DESPESAS DE CAPITAL MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$)
Investimentos	569.066,85
Amortização da dívida	397.355,64
TOTAL	966.422,49

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

Em relação aos gastos referentes à educação e saúde, denominados gastos sociais, verifica-se que Mirador destinou 22,4% da receita total para a saúde e 19,1% para a educação, transformando os gastos sociais em prioridade dos gastos no município, conforme desdobro apresentado na tabela a seguir:

TABELA 83: DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO – 2008

FUNÇÃO	VALOR (R\$)
Administração	1.240.329,61
Assistência Social	341.177,25
Saúde	1.358.264,85
Educação	1.155.878,91
Cultura	38.427,74
Urbanismo	390.062,27
Agricultura	187.839,07
Energia	67.355,08
Transporte	337.432,42
Desporto e lazer	92.302,38
Encargos Especiais	833.054,05
TOTAL	6.042.123,63

NOTA: Despesas Municipais por Função correspondem ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas na esfera municipal, para a consecução dos objetivos de governo.

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul / IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2004.

ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná. Tese de Doutorado. UNESP Presidente Prudente;

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2003 – Curitiba, 144p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná: uma contribuição ao zoneamento ecológico- econômico – ZEE / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2006. 160 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Malheiros Editores, 2001 12ª Edição.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Diretor Participativo. Coordenação de Benny Schasberg Otilie Macedo Pinheiro. Brasília, 155p.

MORO, Dalton Aureo (org). Maringá Espaço e Tempo. Maringá: Programa de Pós graduação em geografia – UEM, 2003.

NAKASHIMA, P. Sistema pedológico da região noroeste do estado do Paraná: distribuição e subsídios para o controle da erosão. São Paulo, Departamento de Geografia/FFLCH/USP-SP, 2000 (Tese de Doutorado).

SPERANDIO, Ana Maria Girotti (org). O Plano Diretor: uma ferramenta para o desenvolvimento das políticas públicas de um município potencialmente saudável: o processo de entendimento, construção e implantação do plano diretor;

TREWARTHA, G.T.; HORN, L.H. An introduction to climate. New York: McGrawHill,1980.

CONSULTORIA CONTRATADA

URBANIZADORA E CONSTRUTORA VILELA LTDA

Maringá – Paraná

EQUIPE DE TRABALHO

URBANIZADORA E CONSTRUTORA VILELA LTDA

Fabiana Legnani - Coordenadora Geral do Plano

Arquiteta CREA 85710D/PR

Jurandir Guatassara Boeira, Arquiteto CREA 4092D/PR

Stella Vilela Magalhães – Arquiteta CREA 13052D/Pr

José V.Magalhães Júnior – Engenheiro Civil CREA 714 D/Pr

Juça Valéria Baracat – Advogada 8531 OAB-Pr

Leandro Pessoto – Economista CORECON 7013-Pr